

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PEDRO HENRIQUE IGLESIAZ MENEGALDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA MICRORREGIÃO
DE IVAIPORÃ, PR: CONCEPÇÕES E AÇÕES DOS GESTORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS**

IVAIPORÃ
2015

PEDRO HENRIQUE IGLESIAZ MENEGALDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA MICRORREGIÃO
DE IVAIPORÃ, PR: CONCEPÇÕES E AÇÕES DOS GESTORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à disciplina de Seminário de Monografia do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá - como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof. Ms. Andréia Paula Basei

IVAIPORÃ
2015

PEDRO HENRIQUE IGLESIAZ MENEGALDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA MICRORREGIÃO
DE IVAIPORÃ, PR: CONCEPÇÕES E AÇÕES DOS GESTORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à disciplina Seminário de
Monografia do curso de Educação Física da
Universidade Estadual de Maringá - como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Educação Física.

Aprovado em _____ / _____ / _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Andréia Paula Basei
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Eduard Angelo Bendrath
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Dedico este trabalho a fonte de minha
inspiração e exemplo de ser humano,
sendo extremamente importante em
minha vida e que amo
incondicionalmente, minha mãe Roseli...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre me iluminando e me dar forças em momentos de superação, estando sempre à frente em cada passo de minha vida.

A minha família por todo o carinho, amor e presença, entendendo os momentos de minha ausência, porém atribuindo todo o suporte e incentivo durante minha formação.

A minha mãe por todo o amor, carinho, esforço e dedicação na minha formação, entendendo que a educação é o bem mais precioso na vida do ser humano.

Agradeço a minha professora orientadora Andréia Paula Basei, que sempre esteve presente guiando os passos para a construção deste trabalho, sempre disposta a sanar dúvidas e proporcionando momentos de reflexão, inspiração e aprendizados, contribuindo imensamente em minha formação pessoal e profissional.

Gostaria de agradecer a todo grupo GEPEFE, pelos momentos de estudos e discussões, os quais contribuíram significativamente para a realização desta pesquisa. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Eduard Ângelo Bendrath, que sempre esteve me incentivando, proporcionando momentos de reflexão e conhecimentos, transmitindo princípios que carregarei comigo enquanto profissional e ser humano.

Meus agradecimentos também ao grupo GEPOL, por toda a receptividade e apesar de ter participado de poucos encontros, foram momentos significativos e de grande aprendizado. Gostaria agradecer também ao professor Fernando Augusto Starepravo, por todo o apoio e incentivo para a realização deste estudo.

Agradeço a todos os professores que proporcionaram momentos de aprendizagem e reflexão durante minha formação acadêmica, no qual não elencarei os nomes, apenas quero dizer que todos foram extremamente importantes durante todo este processo.

Gostaria de agradecer a Universidade Estadual de Maringá, em especial ao Campus Regional do Vale do Ivaí, a qual foi minha segunda casa durante os últimos quatro anos, proporcionando momentos que foram extremamente importantes em

minha vida, em diversos aspectos. Agradeço também a todos os funcionários desta instituição que atribuíram suporte para a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial aos da minha turma que durante estes últimos quatro anos, passamos por momentos de superação e muitos momentos de alegrias, diversão, risadas, loucuras, entre tantos outros. Porém, gostaria de mencionar que dentre tantas denominações que recebemos durante a graduação (somente eles entenderão), os considero únicos e que carregarei em minha memória e meu coração pelo resto da minha vida.

Enfim, este momento na construção do trabalho, permite realizar uma reflexão de todo o processo pelo qual passamos para atingir os objetivos ao qual nos dedicamos, com diversos momentos, desde as viagens para a coleta de dados, reuniões e discussões nos grupos de pesquisa e em sala de aula, conversas nos corredores e pátios da universidade, momentos de ansiedade e de conselhos de diversas pessoas, dentre muitos outros. Por isso, meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram na realização deste estudo.

*“Ver as coisas por fora
É fácil e vão!
Por dentro das coisas
É que as coisas são!”*

Carlos Queirós

MENEGALDO, Pedro Henrique Iglesias. **Políticas públicas de esporte e lazer na microrregião de Ivaiporã, PR: concepções e ações dos gestores públicos municipais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2015.

RESUMO

O subcampo das políticas de esporte e lazer é uma área recente de estudos que se expandiu no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando estes segmentos passaram a ser direitos dos cidadãos e dever do Estado. Neste cenário, os municípios a partir das secretarias e/ou departamentos são os responsáveis por desenvolver ações neste setor, em que os gestores têm a responsabilidade de articular este processo. Considerando a importância desta função, o objetivo desta pesquisa foi analisar as concepções e ações dos gestores públicos municipais da microrregião de Ivaiporã, Paraná, em relação às políticas públicas de esporte e lazer. Caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa descritiva e de campo, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com os gestores dos municípios selecionados, no qual os dados foram analisados com base na análise de conteúdo. Adotando a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu como referencial teórico de análise, os resultados apontam que os gestores carecem de conhecimentos específicos de gestão pública, assim como em relação ao esporte e ao lazer. O subcampo não desfruta de autonomia suficiente para se avançar na transformação das políticas públicas de esporte e lazer, à medida que os gestores não possuem capital cultural específico capaz de refratar e retraduzir as pressões externas. Evidencia-se a configuração do capital social, relativo à trajetória no meio esportivo como condição para se adentrar neste subcampo, em que os agentes incorporam negativamente o *habitus* em sua conduta profissional na reprodução de práticas antigas de ação, sem reflexão das mesmas, baseadas no empirismo, constatando-se que não estão alicerçadas nas transformações das demandas, e sim pela imposição da oferta como ações legítimas no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. Portanto, a falta de conhecimento acerca das manifestações esportivas e dos conteúdos do lazer, somado a carência de conhecimentos de gestão pública, a identificação de um modelo de gestão centralizadora, conclui-se que as ações neste subcampo são limitadas e não garantem a democratização do acesso ao esporte e lazer.

Palavras-chave: Políticas públicas. Esporte. Lazer. Gestores.

MENEGALDO, Pedro Henrique Iglesias. **Public policy of sport and leisure in Ivaiporã microregion, PR: concepts and actions of public municipal managers.** Work of Conclusion of Course (Graduation in Physical Education) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2015.

ABSTRACT

The subfield of sports and leisure policies is a new area of study that has expanded in Brazil since the promulgation of the Federal Constitution of 1988, when these market segments have been citizens' rights and duty of the state. In this scenario, municipalities from the offices and/or departments are now responsible for developing actions in this sector, where managers are responsible for articulating this process. Considering the importance of this function, the objective of this research was to analyze the conceptions and actions of municipal managers of microregion Ivaiporã, Paraná, in relation to public policy for sport and leisure. Characterized as a descriptive qualitative research field, a semi-structured interview with managers of selected municipalities in which the data were analyzed based on content analysis was applied. Adopting the Theory of Pierre Bourdieu Fields as theoretical analysis, the results indicate that managers lack the specific knowledge of public administration, as well as in relation to sport and leisure. The subfield does not enjoy sufficient autonomy to move forward in the transformation of public policies on sports and leisure, as the managers do not have specific cultural capital able to refract and retranslate external pressures. Highlights the configuration of social capital on the trajectory in sports as a condition to enter this subfield, in which agents negatively incorporate the *habitus* in their professional conduct in the reproduction of ancient practices of action without reflection of the same, based on empiricism, noting that are not grounded in the transformations of the demands, but by the imposition of supply as legitimate actions in the subfield of public policies for sport and leisure. So the lack of knowledge about the sports events and leisure content, coupled with the lack of public management knowledge, identifying a model of centralized management, it is concluded that the actions in this subfield are limited and do not guarantee the democratization of access to sports and leisure.

Key-words: Public policy. Sport. Leisure. Managers

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	ORÇAMENTO DOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA.....	105
----------	---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS.....	56
QUADRO 2	CARACTERIZAÇÃO DOS GESTORES PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais
ATI – Academia da Terceira Idade
CEDES – Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPEP – Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
GEPEFE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Esporte
GEPOL – Grupo de Estudos em Políticas Públicas de Esporte e Lazer
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social
JAVI's – Jogos Abertos do Vale do Ivaí
PST – Programa Segundo Tempo
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE IVAIPORÃ - PR.....	142
------------	---	-----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	MODELO DA AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	143
ANEXO B	MODELO DO TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	144
ANEXO C	ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	146

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. JUSTIFICATIVA	19
3. PROBLEMA DE PESQUISA	22
4. OBJETIVOS	23
4.1. OBJETIVO GERAL.....	23
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
5. REVISÃO DE LITERATURA	24
5.1 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES COM O SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO	24
5.1.1 Políticas públicas: enquanto área do conhecimento	29
5.1.2 Conceitos e definições em políticas públicas	34
5.2 ESPORTE E LAZER: INTERFACE COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	38
5.3 A GESTÃO PÚBLICA E O PAPEL DOS GESTORES PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER	48
6. METODOLOGIA	54
6.1 TIPO DO ESTUDO.....	54
6.2 PARTICIPANTES.....	55
6.3 INSTRUMENTOS DE COLETA	58
6.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	59
6.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	60
7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
7.1 COMPETÊNCIAS DO GESTOR DE ESPORTE E LAZER	62
7.2 CONCEPÇÕES DE ESPORTE	74
7.3 CONCEPÇÕES DE LAZER	79
7.4 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	83
7.5 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	99
7.6 AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS	113
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133

1. INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil uma das principais estruturas na elaboração de políticas públicas nos municípios são as Secretarias ou Departamentos de esporte e lazer. Este espaço social se relaciona com uma infinidade de agentes e demais estruturas, com redes que apresentam implicações diretas e decisivas nas políticas públicas de esporte, em seus municípios (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2013).

A Educação Física e suas aproximações com a temática das políticas públicas são observadas desde a década de 1980, momento em que é atribuído um olhar atento para área. Esta por sua vez, é acometida com fragilidade nas disciplinas de gestão e organização esportiva, se restringindo a manuais de eventos e conhecimentos administrativos, apresentando redução na reflexão crítica acerca do sistema e as transformações econômicas e sociais (WERLE, 2010).

Neste mesmo período, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o esporte passa a ser considerado como um direito de todos os cidadãos, conforme o Art. 217 “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]” (BRASIL, 1988). O esporte e o lazer reconhecidos como direitos individuais e sociais previstos constitucionalmente, consolida a obrigatoriedade de que os mesmos sejam também o escopo das políticas sociais (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015).

No entanto, o esporte e o lazer como direito, somente passaram a ter um cenário favorável a partir da criação do Ministério do Esporte, conforme Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015, p. 5)

A transição política de 2003 criou a expectativa nos setores progressistas da Educação Física de que os rumos da política esportiva e de lazer fossem modificados. A chegada de um partido vinculado à classe trabalhadora e a criação, na estrutura organizativa governamental brasileira, de um órgão responsável pela elaboração e gestão das políticas sociais públicas esportivas, o Ministério do Esporte (ME), anunciavam um cenário favorável ao tratamento do esporte e lazer como direito.

Uma das estratégias no Ministério do Esporte foi a criação da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer), tratando-se de uma ação política voltada a estabelecer uma simultaneidade entre os centros produtores de pesquisa do país e o governo (TAVARES; SCHWARTZ, 2013). Esta relação visa assentar sinergicamente o conhecimento produzido e ações governamentais

desenvolvidas ou a serem elaboradas no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

Tal ação apoia diretamente o *lócus* de pesquisa nesta área do conhecimento, por meio da implementação de políticas públicas consideradas inovadoras, que permitiu a participação de diferentes grupos sociais na construção dessas políticas ou também devido o país ter adotado a causa de realizar megaeventos esportivos. Estas ações do Ministério do Esporte podem ser os fatores que colocaram atualmente as políticas públicas de esporte e lazer em evidência no campo científico/acadêmico da Educação Física (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2011).

Considerando estes aspectos em cenário nacional, este estudo trata especificamente das políticas públicas de esporte e lazer, sendo estas as ações governamentais voltadas ao desenvolvimento de programas, projetos e ações no âmbito do esporte e lazer. A relevância de tais políticas está na busca de atender e/ou garantir os direitos básicos dos cidadãos relacionados à prática esportiva em suas diferentes dimensões, bem como desfrutar do lazer como promoção social (BRASIL, 1988). No entanto, tais ações virão a se concretizar pela intermediação dos denominados agentes públicos do esporte e lazer, isto é, os gestores. Nesse sentido, destacamos o importante papel destes agentes no campo do esporte e lazer, mais especificamente no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer¹.

Adotando a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu como referencial teórico de análise, o autor define campo como “espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio” (ORTIZ, 1983, p. 21). Bourdieu afirma que o esporte se constitui como um campo específico dotado de instituições e agentes que garantem seu funcionamento, com condições sociais e história autônoma (BOURDIEU, 2003).

Para Bourdieu, os agentes desempenham uma importante função, se não fundamental, para a concretização de ações no campo, “os agentes – por exemplo, as empresas no caso do campo econômico – criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que

¹ Subcampo das políticas públicas de esporte e lazer é entendido a partir da delimitação da interseção entre o campo político e o campo esportivo, ou seja, a interação entre estes dois campos (MEZZADRI, 2011).

aí se encontram” (BOURDIEU, 2004a, p. 23). Vale ressaltar que o destaque do papel dos agentes empregado nesta pesquisa é justamente pelo fato dos mesmos serem o foco de investigação deste estudo, ou seja, a atuação dos gestores empreendida dentro do subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

Esta pesquisa foi desenvolvida vinculada ao projeto “Análise dos agentes públicos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer” do Grupo de Estudos em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (GEPPOL), do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, financiado pelo CNPQ (chamada n. 091/2013) e coordenado pelo Professor Dr. Fernando Augusto Starepravo. Deste modo este estudo procurou analisar as concepções e ações dos gestores públicos municipais em relação às políticas públicas de esporte e lazer da microrregião de Ivaiporã, PR.

A estruturação deste estudo apresenta em seu primeiro capítulo o contexto histórico das políticas públicas, estabelecendo relações com o surgimento do Estado e os delineamentos históricos que permearam esta área, enquanto campo do conhecimento. Será apresentado também os conceitos e definições sobre políticas públicas, procurando estabelecer relações com o esporte e o lazer enquanto direito social. Para a construção deste capítulo foram utilizados os seguintes autores Starepravo, Souza e Marchi Junior (2011); Carnoy (1988); Moraes (2009); Veronez (2005); Linhales (1998); Höfling (2001); Souza (2006); Faria (2003); Frey (2000); Melo (1999); Arretche (2003); Terra, Imenês e Pacheco (2011); Bobbio (2000).

O segundo capítulo apresenta os conceitos sobre o esporte, no qual é apresentado sucintamente seu processo de desenvolvimento relacionado às questões sociais até o estabelecimento de suas diferentes manifestações, buscando esclarecer os conceitos destas dimensões esportivas. Ainda neste capítulo, são estabelecidos os conceitos de campo esportivo e campo político proposto por Pierre Bourdieu, no qual a partir da interação entre estes dois campos origina-se o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. O lazer e o esporte são tratados pelo Estado como equivalentes, porém tais fenômenos são distintos. Deste modo são apresentados os conceitos referentes ao lazer e os conteúdos que o compõe, procurando estabelecer uma interface com as políticas públicas. Estes conteúdos foram organizados com base em Melo (2010); Bracht (2005); Elias (1995); Tubino (2006, 2010); Mezzadri (2011); Stigger (2003); Rechia (2015); Gomes (2004); Bramante (2004); Bourdieu (2003).

O terceiro capítulo retrata o papel dos gestores no desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer, nas quais são apresentadas algumas considerações referentes às competências deste profissional na atuação neste subcampo. Procurou-se estabelecer relações com os conceitos de campo e subcampo, na área de políticas públicas de esporte e lazer, em que a constituição deste espaço social configura-se pela existência de tipo de capital dos agentes que permitem a entrada em determinado campo, no qual é apresentado os conceitos de *habitus* como disposições estruturadas e estruturantes que levam determinado grupo de agentes a escolher determinadas práticas. Este capítulo utilizou Ortiz (1983); Bourdieu (2008, 2009); Galindo (2010); Vieira e Stucchi (2007); Trevisan e Van Bellen (2008) para fundamentar seus conteúdos.

Deste modo, serão apresentados os percursos metodológicos para se alcançar os objetivos da pesquisa, no qual a partir dos dados encontrados, procuramos identificar as concepções de esporte e lazer dos gestores, assim como os conhecimentos burocráticos e dificuldades no gerenciamento das políticas públicas, estabelecendo relações diretas com as ações realizadas pelas secretarias/departamentos de esporte e lazer, dos municípios da microrregião de Ivaiporã, PR.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse em estudar políticas públicas de esporte e lazer, inicialmente surgiu através da participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Esporte (GEPEFE), através da apresentação da pesquisa intitulada “Análise dos agentes públicos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (GEPPOL). Tal proposta de pesquisa aguçou o interesse em investigar a gestão de esporte e lazer nos municípios da região de Ivaiporã, PR, com o intuito de identificar e fornecer conhecimentos que possam subsidiar futuras intervenções nesta área, como forma de contribuir para a implantação de ações consistentes, efetivas e abrangentes na garantia do direito ao esporte e ao lazer dos cidadãos.

A relevância desta pesquisa está sustentada na necessidade de compreender a gestão atual do esporte e lazer nos municípios da microrregião geográfica de Ivaiporã, PR. Trata-se de um estudo inédito nesta área de abrangência que busca compreender os elementos essenciais das políticas públicas de esporte e lazer dos municípios, assim como, em que bases se fundamentam as ações dos gestores públicos em consonância com as necessidades preconizadas pelo Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Necessidades estas de articular a inclusão e a universalização de políticas públicas de modo que atendam aos anseios locais aos quais estão submetidos, podendo através de todas as dimensões esportivas e do lazer fornecer subsídios que atendam suas finalidades para assim justificar sua existência (BRASIL, 2009a).

A relevância social desta pesquisa está respaldada na análise das principais ações desempenhadas pelos agentes públicos municipais das secretarias/departamentos de esporte e lazer, permitindo identificar quais os projetos e programas desempenhados neste setor nos municípios, e, que são oferecidos à população, portanto, ações essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população.

Deste modo, poderemos obter um panorama das ações dos agentes públicos municipais quanto às políticas públicas de esporte e lazer, considerando que estes podem ser caracterizados como articuladores de necessidades sociais e de políticas que atendam a toda a sociedade, sendo capaz de balizar as

expectativas e as demandas aos recursos existentes. Com isso, será possível fazer apontamentos, ampliar o conhecimento diante de tal assunto e futuramente proporcionar encaminhamentos para um programa de formação, proporcionando a capacitação necessária destes profissionais para assumirem estes cargos públicos, com intuito de oferecer mecanismos que possam garantir o acesso e inclusão social em todas as dimensões que compreendem o esporte e lazer.

Apesar do crescimento dos estudos em políticas públicas ser evidenciado pelas disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação, linhas de pesquisas de pesquisas voltadas a este campo do conhecimento e a proliferação de trabalhos abordando esta temática, estes elementos não são suficientes para o progresso de uma ciência ou campo multidisciplinar, pois o objeto de análise da área são as ações do Estado, os programas governamentais, em relação aos modos de operações e seus impactos sobre a ordem social e econômica. No entanto, carecem de métodos de investigação e as abordagens teóricas de análise, no debate dessa área de pesquisa (ARRETCHE, 2003).

Apesar deste panorama, Starepravo, Nunes e Marchi Junior (2009) relatam em sua pesquisa sobre a produção de conhecimento na área de políticas públicas de esporte e lazer, que no Grupo de Trabalho de Políticas Públicas, no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, em 2007, houve um avanço nas produções sobre esta temática com discussões mais consistentes.

Conforme os autores, os trabalhos analisados apresentam predominância na análise de programas federais e análise de políticas públicas municipais de esporte e lazer, no qual foi superada a fase de relatos de experiências, em que as produções passaram ter exposições empíricas, com delineamentos metodológicos bem definidos, mas que ainda não possuem um diálogo consistente com a literatura. Deste modo, visando superar esta lacuna na produção científica na área, esta pesquisa procurou realizar a análise dos dados a partir da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, procurando não investigar apenas a análise das ações, mas elementos que influenciam diretamente no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

Por outro lado, há que se destacar a importância do desenvolvimento de projetos dessa natureza para a consolidação da universidade enquanto instituição com compromissos sociais, neste caso específico, destacamos que ainda se busca pela consolidação da Universidade Estadual de Maringá na região do Vale do Ivaí,

haja visto que sua implantação se deu há poucos anos, assim como pela consolidação e reconhecimento da relevância dos cursos de ensino superior oferecidos neste campus. Destacando especificamente o curso de Educação Física e a formação de profissionais que poderão vir a atuar como gestores públicos ou mesmo contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas do esporte e lazer. Com relação ao compromisso social da universidade, destacamos a importância de desenvolver suas ações em consonância com as demandas locais e regionais criando parcerias e ações cooperativas com vistas à melhoria dos índices de desenvolvimento humano.

3. PROBLEMA DE PESQUISA

A questão norteadora desta pesquisa foi investigar quais são as principais concepções e ações/programas desempenhados pelos agentes públicos municipais, da Microrregião de Ivaiporã, PR, em relação às políticas públicas de esporte e lazer?

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

- Analisar as concepções e ações dos agentes públicos municipais da Microrregião de Ivaiporã, PR, em relação às políticas públicas de esporte e lazer.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os conhecimentos dos agentes acerca das competências e experiências para atuação no cargo de gestão pública de esporte e lazer;
- Identificar o entendimento acerca do esporte e do lazer dos agentes públicos municipais e as implicações no desenvolvimento das ações;
- Verificar como se constituem os elementos e os aspectos que compõem as políticas públicas de esporte e lazer;
- Caracterizar como estão estruturadas administrativamente as Secretarias/Departamentos de esporte e lazer e suas inter-relações com as dificuldades na gestão das políticas públicas;
- Identificar as principais políticas/ações relativas ao esporte e lazer nos municípios da microrregião de Ivaiporã, evidenciando as relações entre a oferta e a demanda.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES COM O SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO

Neste capítulo será abordado o contexto histórico e o desenvolvimento das políticas públicas, as quais estão relacionadas às transformações que a sociedade passou no decorrer da sua história, destacando-se as relações estabelecidas a partir do surgimento do Estado, bem como as mudanças decorrentes nas características deste, no seu papel e nas ações empreendidas por seus agentes.

A formação do Estado possui ligação direta com as transformações sociais, relacionado às questões econômicas, razão estabelecida pelo surgimento da moeda, alterações no formato da economia de troca e o monopólio econômico (ELIAS, 1993 apud STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2011).

Tello (2012, p.74) afirma que “o Estado é uma forma de organização política que marca o início da modernidade e o final da era feudal”. Esta transição é assinalada por transformações no contexto social, conforme Carnoy (1988) a teoria clássica do Estado tem origem nas mudanças das condições do poder econômico e político, no século XVII na Europa. Neste momento, o sistema feudal já havia se transformado pelas monarquias nacionais, que eram centralizadas e autoritárias, entrando em declínio, onde a existência entre o Estado estabelecido e o Estado Virtual (exemplo: a Igreja Católica) foi questionada e também atacada, resultando em inúmeras guerras civis, que ocasionaram uma devastação no século XVI e XVII, na Europa.

Neste período, entre o século XVI e XVII, ocorreram drásticas alterações no continente europeu, conforme Carnoy (1988, p. 22) "o ponto crucial é que houve uma mudança drástica e por causa dessa mudança foi possível o desenvolvimento de novas formas de governo". Segundo o autor, tais mudanças foram responsáveis pelo surgimento de novos conceitos e formas de se pensar o governo, no qual a difusão destas ideias foi importante para as mudanças posteriores.

Tello (2012, p.74, grifo do autor) apoiado em Chevallier (2011), relata que o conceito de Estado foi edificado através de alguns elementos essenciais:

O conceito de Estado foi construído progressivamente na Europa, mediante a configuração de elementos essenciais tais como: *a nação* soberana dentro de um território delimitado; *o interesse geral* expresso mediante lei, com base na autoridade e no poder do Estado; *o monopólio da força*, onde o Estado é a única fonte legítima de violência dentro de seus limites territoriais, e *as burocracias funcionais* apresentadas como aparatos especializados, encarregados de cumprir com as funções estatais.

Já no final do século XVII, surge a redefinição sobre o estado de natureza, assim como a elaboração sistemática dos direitos individuais e substituição das leis divinas que exerciam os fundamentos das hierarquias políticas (CARNOY, 1988). Desta forma, serão apresentadas, ainda que brevemente, as teorias dos principais autores em relação ao surgimento do Estado, baseados na relação sobre a sociedade civil atrelada ao seu nascimento.

De acordo com Moraes (2009), muitos consideram que o surgimento da sociedade e mais tarde o Estado, com todos seus aparatos e instituições, que o mesmo se deu de maneira natural, visto que sua existência percorre muitos anos e seus mecanismos são conhecidos e estão presentes no nosso dia-a-dia. No entanto, o ser humano viveu por muito tempo sem o mesmo e ainda hoje é encontrado este modo de vida em comunidades indígenas, pois possuem uma organização de vida distinta.

As abordagens que tratam sobre o surgimento da sociedade e do Estado, surgem a partir do conceito de "estado de natureza" motivando os autores contratualistas a idealizarem sua origem através da ideia de contrato social. Esta ideia refere-se à nova estruturação política, partindo do princípio dos pactos sociais, em que os indivíduos eram entendidos como homens em estado de natureza, no qual renunciam sua liberdade natural para terem direitos políticos garantidos pelo Estado. Deste modo, os autores são denominados contratualistas, entendem que na nova forma de organização social o estado de natureza é substituído pela sociedade civil e o Estado (GUEDES; SILVA, 2013).

Sobre este ideal, os principais autores são Hobbes e Rousseau, sendo de suma importância a compreensão de seus pensamentos para compreender o surgimento do Estado e da sociedade (MORAES, 2009). Cabe ressaltar que é importante a compreensão destes pensamentos, sendo necessário mesmo que minimamente, ter noção sobre a teoria destes autores. Entretanto, neste estudo não serão aprofundado teoricamente estes conceitos, pois não se refere ao foco principal desta pesquisa.

No que se refere ao surgimento do Estado, este processo está atrelado ao conceito de *societas civilis*, no qual ambos estão diretamente relacionados. Thomas Hobbes (1988) apud Veronez (2005) atribuiu a origem da sociedade ou do Estado, amparando-se a partir do "contrato" estabelecido entre os homens, firmando regras de convívio social e da autoridade política, sendo exercida pela soberania, pelo fato de proteger a própria vida, a paz e a segurança para o Estado.

A diferença presente no pensamento de John Locke (1979) apud Veronez (2005) está no direito a propriedade e a forma de contrato para a criação do Estado, onde o seu "contrato social" baseava-se mais em uma concessão estabelecida entre homens, por meio da elaboração de um pacto para formar a sociedade civil ou política, com a finalidade de garantir os direitos já estabelecidos no "estado de natureza". Este pensamento difere ao de Hobbes que vê na criação do Estado, também a consolidação ao direito de propriedade, sendo ele o criador.

Veronez (2005) relata que Rousseau, por sua vez, apresenta valores inversos aos apresentados até o momento quanto às concepções de "estado de natureza" e de sociedade civil, pois denuncia a confusão que permeia os jusnaturalistas, que atribuíam ao homem natural, peculiaridades próprias do homem civilizado. Na sua teoria, a origem da sociedade e das leis se associa ao receio dos ricos por suas propriedades, buscando manter a ordem e dominação sobre os pobres, desta forma pautava-se pelos interesses particulares para manterem suas posições como classe dominante em contrapartida aos interesses de todos.

Desta forma, em relação ao pensamento de Hobbes e Rousseau, quanto ao surgimento do Estado, Moraes (2009, p. 15) concluiu:

[...] a partir de uma concepção negativa da natureza humana, Hobbes postula em sua obra que a sociedade civil criada através do contrato social, seria algo benéfico para o homem e necessária para que este saísse do estado de barbárie. Somente através dela os homens poderiam finalmente se dedicar ao desenvolvimento máximo de suas potencialidades bem como ao trabalho, uma vez que sua integridade física e sua propriedade seriam garantidas pelo Estado nascente. Já Rousseau, defensor de uma concepção positiva da natureza humana, lamenta a criação da sociedade civil, uma vez que esta não era necessária para a manutenção da paz e beneficiou apenas alguns - detentores de bens - em detrimento da maioria, fomentando assim a desigualdade.

Percebemos que estes autores buscam investigar o estado de natureza do ser humano e compreender suas relações com Estado, que no momento estava se consolidando com a formação da sociedade civil.

Posteriormente no século XIX, segundo Starepravo; Souza e Marchi Junior (2011, p. 237) o "Estado desempenhava um papel relevante, e mesmo sendo vital para o crescimento das sociedades, sua ação não era tão fortemente determinante para a sociedade quanto nas últimas décadas".

Neste mesmo período, porém, o papel do Estado mesmo que significativo ainda era limitado, pois havia uma reação ao poderoso Estado mercantilista, período que antecede a Revolução Industrial, em função do dinamismo do capitalismo privado, em razão de que a força propulsora da sociedade capitalista até os anos 1930 se baseava na produção da empresa privada (CARNOY, 1988).

No século XIX, segundo Starepravo, Souza e Marchi Junior (2011, p. 237), fundamentados em Elias (1993):

[...] a força propulsora do capitalismo residia na produção da empresa privada, que acabava se tornando o centro da mudança social, pouco influenciada pela atuação estatal. Desde o surgimento do Estado, o gradual aumento da sua importância para o desenvolvimento das sociedades está relacionado com o processo não planejado da transição de sua administração pelo poder privado para as "mãos" do poder público. Neste momento, as funções dentro daquilo que viria a ser a máquina do Estado, e que eram ocupadas por familiares da casa real e pessoas ligadas mais diretamente ao rei, e os órgãos que nada mais eram que extensões e subdivisões dos interesses da família real, passam lenta e inevitavelmente a atender interesses não mais exclusivos do então governo absolutista.

Esta concepção de Estado liberal clássico não compreendia, portanto, a concretização dos direitos sociais, dentre suas atribuições, acabando por excluir da sua agenda tais direitos, sendo grande defensor dos direitos civis e priorizando a propriedade privada (LINHALES, 1998). Torna-se importante ressaltar, no decorrer da história das distintas culturas políticas, o choque entre a autoridade soberana do Estado e os direitos e liberdades dos indivíduos, responsável por gerar sistemas democráticos diferentes, sendo alguns Estados mais autoritários e outros mais participativos (TELLO, 2012).

Neste sentido, um dos modelos de Estado se refere ao Estado mínimo ou liberal, que preza pelo respeito à liberdade e os direitos individuais, como aponta Bobbio (2000, p. 11):

O pressuposto filosófico do Estado liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao Estado absoluto, é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural (ou jusnaturalismo): doutrina segundo a qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força

para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros.

Conforme o autor, este modelo pode ser entendido como Estado limitado ou de limites do Estado. Neste caso o liberalismo tem como preceito o Estado limitado em relação aos seus poderes e também as funções. Desta forma, apresenta-se como modelo diferente e se contrapondo ao Estado absoluto.

Portanto, no decorrer da evolução social, somente a partir do século XX ocorrem transformações profundas no Estado, pelo expansivo processo dos direitos políticos e sociais, se estabelecendo também pelo aumento do conceito de cidadania estabelecido, apresentando reformulações permanentes nos interesses representados pelo Estado, deparando-se com a inclusão de novos conteúdos na agenda pública, com alterações significativas (LINHALES, 1998).

Desta forma, instaura-se um novo modelo de Estado, conforme Linhales (1998, p. 74):

O Estado Moderno incorpora, em suas atribuições, novas demandas surgidas a partir de importantes conquistas das classes subalternas, que se constituíram, em seu processo de organização, como sujeitos políticos legítimos, capazes de representar diferentes interesses.

Ainda conforme a autora, este processo possibilitou a efetivação de novos interesses e processos relativos à ampliação da intervenção do Estado, os quais foram se assentando historicamente, em virtude da universalização da participação na construção dos interesses políticos e sociais.

Por outro lado, a vertente do Estado mínimo defende que somente os Estados oriundos de revoluções liberais são democráticos, pois somente os Estados democráticos resguardam os direitos dos homens, ao ponto de que os Estados autoritários são simultaneamente antiliberais e antidemocráticos (BOBBIO, 2000). Deste modo, entende-se que neste modelo estatal, há complementariedade do liberalismo e a democracia, como menciona Cenci, Bedin e Fischer (2011, p. 82):

Nesse sentido, a democracia e o liberalismo possuem em comum o fato de se basearem no indivíduo, apesar de o "indivíduo" democrático não ser o mesmo que o liberal. Isso não significa uma contradição, mas justamente o fato de que a combinação entre liberalismo e democracia, mais do que possível, é necessária.

Apesar de distintos modelos estatais, com posicionamentos e entendimentos divergentes, no decorrer das transformações sociais, ocorreu a ampliação da intervenção do Estado com universalização da participação na construção dos

interesses políticos e sociais, moldando a estrutura do Estado moderno. Sendo este o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo, ou seja, os órgãos legislativos, tribunais, o exército e também aquelas que não formam um bloco monolítico. Já o Governo representa o conjunto de projetos e ações oferecidas para toda sociedade, proposta por uma parcela da sociedade que podem ser os políticos, técnicos, organismos da sociedade civil, dentre outros, que procuram estabelecer uma orientação política de determinado governo, por um período ao qual desempenha e assume as funções do Estado (HÖFLING, 2001).

As intervenções, ou seja, os projetos e ações estabelecido por determinado governo, são implantados por meio das políticas públicas que são compreendidas como as ações do Estado, na implantação de um projeto de governo, com programas e ações voltadas à setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2001).

O surgimento e a consolidação do Estado, suas responsabilidades perante a sociedade civil, projetos e ações começaram a fazer parte da agenda política dos governos, no qual são elaboradas e implantadas as políticas públicas em diversos segmentos da sociedade, sendo estas as ferramentas fundamentais de intervenção estatal para atender as necessidades e direitos dos cidadãos. Em consonância, instaurou-se uma nova área do conhecimento, que procurou estudar a gestão pública, mais especificamente as políticas propostas pelos órgãos governamentais, a qual como todas as áreas do conhecimento, apresenta alguns percalços no decorrer de sua história.

5.1.1 Políticas públicas: enquanto área do conhecimento

Após compreendermos como se deu o surgimento do Estado Moderno e a consequente necessidade de um campo específico para tratar das ações e projetos/programas, denominados políticas públicas, consideramos relevante para o momento ampliarmos a discussão sobre as políticas públicas enquanto área do conhecimento. Para isso, apresentamos os trajetos percorridos historicamente na área e alguns autores que se dedicaram aos estudos deste campo do conhecimento, assim como o contexto brasileiro dos estudos na área.

De acordo com Souza (2006), políticas públicas como área do conhecimento e também como disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos, no campo acadêmico, com a proposta de adquirir conhecimento por meio de bases teóricas que procuravam estudar diretamente a ação dos governos, sendo estes produtores por excelência de políticas públicas. Sendo diferente da tradição europeia, em que os estudos e pesquisas possuíam como foco analisar o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições, o governo.

Conforme a autora, a introdução da política pública, como instrumento de decisões do governo surge a partir da Guerra Fria. Relata que a área de políticas públicas teve quatro grandes fundadores, sendo estes:

- Laswell (1936) responsável por introduzir o termo *policy analysis* (análise política) e também conciliar o conhecimento acadêmico/científico com as ações empíricas dos governos;
- Simon (1957) apresentou o conceito de racionalidade limitada (*policy makers*) dos decisores públicos, pois acreditava que esta limitação está associada a problemas como informação incompleta ou imperfeita, o tempo para tomar decisões e os interesses particulares dos decisores. No entanto, acredita que a racionalidade pode ser maximizada a um ponto satisfatório, através da criação de estruturas, com regras e incentivos, visando alcançar resultados desejados e reduzir a expansão de interesses próprios;
- Lindblom (1959; 1979) em contrapartida contesta o racionalismo de Laswell e propõe a incorporação de variáveis, como as relações de poder e integração das diferentes etapas presentes nos processos decisórios, defendendo que as políticas públicas deveriam congrega outros aspectos a sua formulação, tais como o papel das eleições, os grupos de interesse e a burocracia dos partidos;
- Easton (1965) apresenta como contribuição para área a definição de política pública como um sistema, isto é, formado por meio das relações entre formulação, resultados e ambientes. Segundo ele, a política recebe *inputs* dos partidos, dos grupos de interesse e da mídia, que influenciam diretamente sobre seus resultados e efeitos (SOUZA, 2006).

Faria (2003) relata que inicialmente a ciência política considerava as políticas públicas como *outputs* do sistema político, tal fato justifica a atenção atribuída dos investigadores estarem concentrada nos *inputs*, ou seja, nos interesses

aos quais estavam presentes as demandas e as articulações. Denotando-se que a terminologia eastoniana, atualmente relegada, estava plenamente adequada neste momento.

A ênfase dos estudos estava pautada nos processos de formação de políticas públicas, o que se pode refletir sobre o *status* privilegiado no qual os processos decisórios sempre estiveram presentes junto aos profissionais da área, antes da análise de políticas públicas ser reconhecida como uma subárea da disciplina (FARIA, 2003).

As pesquisas em políticas públicas começaram a se estabelecer nos Estados Unidos, no início dos anos 1950, sob a denominação *policy science*, já na Europa, especialmente na Alemanha, a preocupação com o campo das políticas só adquire força por volta de 1970, com a expansão significativa da socialdemocracia, o planejamento e as políticas setoriais (FREY, 2000).

De acordo com Faria (2003) apoiado em Randaelli (1995) a partir de 1950 as próprias políticas públicas passaram a ser as unidades de análise, fornecendo consequentemente destaque aos aspectos dinâmicos chamados de *policy process* e aos distintos atores, estatais e não estatais, que estão envolvidos.

Estes delineamentos estão atrelados à trajetória percorrida pelos estudos do mundo público, apresentados por Souza (2006, p. 22):

O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

Podemos verificar que o terceiro caminho trilhado pelos norte-americanos, apresenta relação direta aos estudos das ações governamentais, ou seja, as políticas públicas que gradualmente se tornaram as unidades de análises de diversos estudos.

No contexto brasileiro os estudos sobre políticas públicas são recentes. De acordo Trevisan e Van Bellen (2008, p. 531) a ênfase dos estudos sustentava-se na “[...] análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas”.

Conforme Melo (1999) no Brasil sobre o olhar de sua institucionalização, os estudos sobre o campo de políticas públicas apresentaram aspectos semelhantes à

trajetória europeia, as quais as ciências sociais na análise de políticas estiveram associadas às entidades governamentais e distantes da gestão do governo, em que muitos trabalhos da área, principalmente aos que remetem à avaliação de políticas, eram realizados por instituições governamentais.

Conforme o autor, esta área temática passando a ser denominada análise de políticas públicas possui um conjunto de contribuições bastante heterogêneo, a qual estava desagregada em subconjuntos de trabalhos. O primeiro subconjunto apresenta como objeto de estudo o regime político, as instituições políticas e aspectos constitutivos do Estado brasileiro, como forma de investigar uma política específica. Já o segundo, abrange trabalhos referentes às políticas setoriais que aliaram a análise do processo político com a análise do conjunto de problemas internos das áreas setoriais. Por fim, o terceiro subconjunto de trabalhos se baseia nas análises de avaliação de políticas.

Para mais, a análise em políticas públicas em nosso país foi impulsionada pela transição democrática que eclodiu na década de 1980, sendo que esta expansão foi determinada por três motivos, como aponta Melo (1999). Em primeiro lugar, pelo deslocamento na agenda pública brasileira, onde durante os anos de 1970, sua estrutura baseia-se em questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, em que as discussões se limitavam sobre os impactos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que carregou o projeto de modernização conservadora do regime burocrático autoritário. Deste modo, a democratização acelerou a passagem da análise crítica e maximalista do Estado autoritário à pesquisa sistemática, produzindo diagnósticos e que visa informar o projeto reformista da Nova República. Este novo modo de pesquisa é direcionado para as questões sobre o *modus operandi* do Estado, centralizando para a agenda emergente de pesquisa de questões referentes ao arranjo institucional, sobre descentralização, participação, transparência e a redefinição do *mix* público-privado. Estas transformações na agenda política proporcionaram a redescoberta sobre a agenda de pesquisas das políticas municipais e sobre a questão da descentralização.

Em segundo lugar, com o fim do período autoritário, as barreiras que recaiam sob a efetividade das políticas sociais permaneceram as mesmas, o que proporcionou o fortalecimento de estudos sobre políticas, causado principalmente pelo desencantamento em relação ao Estado, no tocante à sua capacidade de

intervenção social, no qual os interesses pautaram-se sobre as condições efetivas da ação pública (MELO, 1999).

Em terceiro lugar, nos anos de 1980 há a proliferação de estudos de políticas públicas sustentada pela ideia de reforma de Estado, difundida internacionalmente, tornando-se o princípio organizador da agenda pública nos anos de 1980 e 1990. Soma-se a isso, o acompanhamento de estudos sobre o arranjo do aparelho do Estado, no qual a centralidade dos estudos pautavam-se no modo e na qualidade de intervenção pública na economia e na sociedade, gerando um programa de pesquisa de caráter empírico acerca das questões relativas à eficiência de políticas e programas (MELO, 1999).

No contexto brasileiro, os momentos apresentados denotam que os estudos sobre políticas públicas no Brasil, centravam-se inicialmente na instituição do Estado, que posteriormente passaram a ser direcionada gradativamente a sociedade.

Deste modo, o campo de políticas públicas em nosso país, apresenta interesse relacionado diretamente com as alterações ocorridas em nossa sociedade, como relata Arretche (2003, p. 07):

O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado –, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais – seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses – despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo. Paradoxalmente, essas novas questões da agenda política brasileira constituem também um problema para o desenvolvimento da agenda de pesquisa em políticas públicas.

A autora relata ainda que atualmente não há como negar o crescimento dos estudos sobre políticas públicas em nosso país, visto o aumento das teses e dissertações com temas abordando as políticas governamentais, assim como a inserção e criação de disciplinas de políticas públicas nos cursos de graduação, programas de pós-graduação e linhas de pesquisa destinadas especialmente para este campo do conhecimento. Além das agências de fomento que criaram linhas especiais de financiamento para as investigações nesta área.

Podemos compreender que esta subdisciplina vem se expandindo pelo Brasil, de acordo com Arretche (2003, p. 07)

[...] a área de políticas públicas é uma das seis áreas temáticas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). E, finalmente, o Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Públicas tem mantido, embora com intervalos, uma presença regular na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) desde o início dos anos de 1980. Não há dúvidas, portanto, quanto à institucionalização e expansão dessa subdisciplina no Brasil.

Diante do crescimento do interesse nos estudos nesta área é necessário compreender os conceitos e definições sobre o tema, buscando compreender os processos e a essência que estão presentes nas políticas públicas.

5.1.2 Conceitos e definições em políticas públicas

Quanto aos conceitos e definições sobre política pública, podemos mencionar que não há uma única definição para o termo, pois vários autores vêm se dedicando nos últimos anos às pesquisas e construção de conceitos e teorias sobre este tema (TERRA; IMÊNES; PACHECO, 2011). Embora haja esta diversidade de definições, este subcapítulo apresentará conceitos de alguns autores relevantes para o estudo.

As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de objetivos ou intenções, dentro das opções e prioridades, que atribuem forma a um programa de ação governamental, dependente de sua execução. São derivadas do Estado, responsável por sua formulação e execução, apresentando suas características e formas de intervenção. Em seu sentido mais amplo, é caracterizada "[...] pelas iniciativas e diretrizes, pelos planos e programas governamentais adotados em resposta aos problemas socialmente relevantes" (CARVALHO, 2012, p. 28).

Terra; Imênes e Pacheco (2011, p. 55) apresentam alguns conceitos de autores que estudam políticas públicas:

Lynn (1980), que estuda as políticas públicas, defende a ideia de que estas constituem um conjunto de ações governamentais específicas que poderão produzir efeitos diretamente na população-alvo. Já Mead (1995) as define como um campo de estudo dentro da política que analisa os governos com base em importantes questões públicas. Lowi (1972) trabalha com o conceito que pesquisa as políticas públicas a partir das ações governamentais e suas autoridades. Por meio do uso de sanções, uma ou

mais autoridades governamentais formulam regras que visam, de forma intencional, a influenciar, regular ou alterar o comportamento individual ou coletivo de uma sociedade específica.

Souza (2006) relata que as definições de políticas públicas, muitas vezes, direcionam os olhares para onde ocorrem os certames de preferências, ideias e os interesses se desenvolvem, sendo estes os governos. Desta forma, as diversas abordagens apresentam definições que geralmente expõem uma visão holística do tema, em que a totalidade acaba por se tornar mais importante que as somas das partes, no qual devem contar as instituições, indivíduos, ideologia, interações e interesses, ainda que haja diferenças na importância que concerne estes fatores.

Conforme a autora, enfatizar o conceito de políticas públicas apenas como ação do Estado na solução dos problemas sociais, ignora toda a essência da política pública, ou seja, o embate de ideias e interesses, negando o campo conflituoso e os limites existentes que permeiam as ações dos governos. Desta forma, não incluem as possibilidades de cooperação entre os governos, outras instituições e grupos sociais.

Relata ainda que a política social e a política pública em geral podem ser consideradas como campos multidisciplinares, ao qual seu intuito está na busca de compreender a natureza da política pública e seus processos, necessitando qualquer teoria da política pública explicar as inter-relações entre a sociedade, economia, política e o Estado. Sendo assim a autora, resume política pública como,

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Fundamentados em Souza (2006), podemos então considerar as políticas públicas como ação dos governos, passíveis de análises sobre possíveis alterações em sua implantação e execução como forma de conduzir as ações para que obtenham resultados consistentes e efetivos ao qual se propõem, gerando mudanças sobre determinada realidade.

Algumas ações e programas, que visam gerar alterações do panorama social existente, encontram-se as políticas sociais. Estas podem ser consideradas como o conjunto de políticas públicas voltadas para o campo da proteção social (CARVALHO, 2012).

Atualmente as políticas sociais concebem o modo de intervenção estatal em relação às questões sociais, em especial as dos direitos sociais, que podem ser a educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, esporte, dentre outras. Desta forma, adentram a estas políticas o âmbito do esporte e o lazer, como garantia ao acesso a direitos sociais, no qual fazem parte das políticas setoriais, sendo estas entendidas como ações governamentais que buscam atender a sociedade com uma demanda determinada (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2011).

A garantia dos direitos sociais, no âmbito do esporte e do lazer, passa pela articulação para a elaboração, implementação e execução de políticas públicas nesta área, realizadas por instituições ou órgãos de gestão pública com processos que devem ser considerados nestas etapas de gerenciamento das ações no campo político.

Starepravo e Mezzadri (2013, p. 74) definem a gestão pública como o “Campo de conhecimento e de trabalho relacionados às organizações (normalmente vinculadas ao Estado) cujo objetivo seja de interesse público. Trata-se da gestão da coisa pública e do aparelho do Estado”.

Segundo Conforto (1998) as administrações públicas tem como dever promover serviços públicos, definir políticas e atuar como o canal principal no fornecimento de serviços básicos. A autora acrescenta que, do ponto de vista político, a forma mais próxima da representatividade democrática que os cidadãos possuem são os governos municipais, no qual aponta a necessidade de transformar a democracia representativa em participativa.

Este é um importante processo a ser considerado na gestão pública, a participação social na construção das políticas públicas, pois os cidadãos estão diretamente envolvidos no contexto ao qual estão inseridos, o que os tornam conhecedores das necessidades regionais e os problemas que devem ser combatidos, partindo do conhecimento populacional como elemento que irá ensejar o processo de elaboração das políticas (TERRA; IMÊNES; PACHECO, 2011).

Terra, Imênes e Pacheco (2011) fundamentados em Mezzadri (2006) apontam a importância da criação de conselhos municipais como forma de alicerçar a democracia direta e contribuir com o auxílio da sociedade, ao passo que a participação dos cidadãos e controle exercido por eles nas ações políticas reforça a democracia e qualificam a representatividade da sociedade. Deste modo o conselho

municipal é encarregado de fiscalizar, apresentar sugestões de projetos e utilizar a democracia direta, com a possibilidade do mesmo ser consultivo ou deliberativo.

A participação popular na construção das políticas públicas é essencial, seja por conselhos consultivos ou deliberativos, sendo fundamental na elaboração e execução das ações implantadas em determinado contexto social. No entanto, outro processo que deve ser considerado e de suma importância na gestão pública, refere-se ao planejamento estabelecido pelo órgão público responsável pelo gerenciamento e desenvolvimento das políticas públicas.

A instituição pública deve adotar o planejamento estratégico de suas ações, sendo este entendido como:

O processo pelo qual uma organização, uma vez realizada a análise do ambiente no qual se encontra e definidos seus objetivos a médio e longo prazo, elege (seleciona) as estratégias mais adequadas para atingir seus objetivos e define os projetos a serem executados para o desenvolvimento dessas estratégias. Todo o processo estabelecendo um sistema de acompanhamento e atualização permanente que adapte os citados objetivos, estratégias e programas às possíveis mudanças, externas e internas, que afetam a organização (ROCHE, 2002, p. 25).

Tomando como referência a gestão pública local, mais especificamente no âmbito municipal, Rezende (2009) relata que a prática do planejamento, como política pública municipal, almeja retificar distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, modificar determinados contextos indesejáveis para a comunidade local, remover problemas institucionais e garantir que sejam viáveis as propostas estratégicas, os objetivos a serem alcançados e ações a serem executadas.

O autor aponta que as ações na gestão do município criam oportunidades com diversas possibilidades ou alternativas para efetuar as estratégias municipais, as quais devem considerar suas viabilidades (financeiras e não financeiras, sociais), os recursos, as leis e principalmente as necessidades aspiradas pela comunidade local.

Com base em Terra; Imênes e Pacheco (2011), uma alternativa que auxiliaria na efetividade das ações municipais e que deve estar presente no planejamento estratégico da gestão municipal são as políticas intersetoriais, isto é, políticas que congregam parcerias com outros departamentos e/ou secretarias do município (educação, saúde, esporte, etc.) ou até mesmos órgãos representativos da sociedade civil organizada, como associações de moradores, entre outros.

Os autores reiteram que uma administração pública centralizadora e hierárquica, pode afetar o bom desenvolvimento das ações pelo excesso de

burocracia. Já uma política pública moderna e eficiente possui características intersetoriais que tem a capacidade de transformar o caráter de subordinação em agregação, vindo a facilitar os processos de elaboração e execução das ações que beneficiam a população de uma região ou de um município, sendo denominado pelos autores como políticas públicas em rede.

As políticas intersetoriais são consideradas importantes e tornam-se efetivas ao objetivo que se propõe desde que seja bem planejada e organizada pelos agentes envolvidos no desenvolvimento destas ações. No entanto, a existência de políticas intersetoriais não desresponsabiliza as políticas setoriais, segundo Starepravo; Souza e Marchi Junior (2011, p. 240) estas são entendidas como “ações governamentais que visam atender a sociedade com relação a uma determinada demanda”.

Considerando a importância e relevância das políticas setoriais e intersetoriais, o foco deste trabalho são as políticas públicas de esporte e lazer, que passaram a fazer parte da agenda política como um direito social.

5.2 ESPORTE E LAZER: INTERFACE COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de adentrar diretamente no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, se faz necessário compreender primeiramente estes segmentos, isto é, o entendimento acerca do esporte somado as suas dimensões e do lazer e seus conteúdos. A partir desta compreensão é que estabeleceremos a conexão com o subcampo das políticas de esporte e lazer.

O esporte enquanto fenômeno social apresenta uma história relativamente autônoma, pois mesmo articulado aos grandes acontecimentos da história da economia e da política, apresenta seu próprio tempo, leis de evolução, crises, enfim, sua cronologia específica (BOURDIEU, 2003). No entanto, neste capítulo não será aprofundado todo o contexto histórico do esporte, já que este apresenta diversos fatores envolvidos no decorrer da sua evolução, nos interessa aqui abordar suscintamente às questões sociais no processo de desenvolvimento, para se compreender os processo de mudanças no interior deste campo associado as

transformações na sociedade, que resultam em diferentes manifestações no contexto atual.

Quanto à história social do esporte em relação ao aparecimento de seu objeto como realidade específica, irreduzível a qualquer outra, Bourdieu (2003, p. 137) aponta que:

Somente ela pode responder a esta questão – que nada tem a ver com uma questão acadêmica de definição – de saber a partir de que momento (não se trata de uma data precisa) se pode falar em esporte, isto é, a partir de quando se constituiu um campo de concorrência no interior do qual o esporte apareceu definido como prática específica, irreduzível a um simples jogo ritual ou a divertimento festivo.

As primeiras designações do termo *sport* surgiram no século XV, originada do termo antigo francês “disport”, em que no contexto da França significava diversão, no contexto inglês acabou assumindo o sentido aproximado de divertimento e até travessura. Já no século XVI, começa a receber o sentido de jogo que envolve atividade física e no século XVIII, há a presença de um conceito mais restrito, no qual se estabelece o uso de “*sportsman*” que indica os envolvidos com a prática e “*sportsmanship*” referente à natureza dessa prática, sendo neste momento que a ideia de competição se torna mais clara, porém ainda não é totalmente predominante (MELO, 2010).

O esporte moderno, segundo Bracht (2005, p. 13) é “uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo surgida no âmbito da cultura européia por volta do século XVIII, e que com esta, expandiu-se para o resto do mundo”. O autor relata que o mesmo é resultado de uma modificação dos elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas e também da nobreza inglesa, que passaram a receber características de esportivização.

O processo de esportivização se inicia em meados do século XVIII, porém se intensificou no final do século XIX e no início do século XX, contudo este declínio dos jogos populares começa em torno de 1800 (BRACHT, 2005). Sobre esta decadência, Elias (1995) relata que há certa dificuldade de responder o questionamento em relação aos jogos oficiais desenvolvidos na Inglaterra neste período, sob a denominação de esporte, ao qual em outros países eram considerados novos ou se os mesmos poderiam ser uma restauração de algo velho que desapareceu inexplicavelmente, sem saber de fato se os jogos da Grécia antiga tinham as características do que hoje consideramos como esportes.

Em relação a este fato, Bracht (2005) explica que os jogos tradicionais foram perdendo suas funções iniciais, relacionadas à festividade, assim como alguns jogos populares passaram a ser reprimidos pelo poder público, citando o caso brasileiro da capoeira, entre os anos de 1910 à 1930. No entanto, o autor argumenta que na Inglaterra, principalmente nas escolas públicas, tais jogos vão sobreviver pelo fato de não serem considerados ameaça a propriedade e a ordem pública no país.

Tubino (2006) reitera que o esporte moderno surgiu no século XIX, formado a partir da determinação de um idealista chamado Thomas Arnold, influenciado por Charles Darwin. Este apresentava três características principais sobre a concepção de esporte: jogo, competição e formação. Sendo que as duas primeiras já eram características do esporte na Antiguidade.

Conforme o autor, Thomas Arnold, no período de 1828 e 1942, quando dirigia o Colégio de Rugby na Inglaterra, introduziu ao processo educativo as atividades físicas praticadas pela burguesia e pela aristocracia inglesa, no qual permitiu que os alunos dirigissem os jogos e estabelecem regras e códigos. Tais normas permitiram que os jogos pudessem ser incorporados as aulas do referido colégio, ultrapassando os limites do educandário, vindo a se difundir amplamente para o povo inglês.

Corroborando a tal formação espontânea do esporte que emerge nas escolas públicas na Inglaterra, Bracht (2005, p.14) afirma que são “nas escolas públicas que aqueles jogos (o caso clássico é o futebol) vão ser regulamentados e aos poucos assumir as características (formas) do esporte moderno”. As características apontadas pelo autor referente a este novo conceito de esporte da época, eram compostas pela competição, rendimento físico-técnico, *record*, racionalização e cientificação do treinamento.

Melo (2010) relata que o conceito de esporte moderno é marcado pelas transformações nas dimensões culturais relacionado às classes médias, que no interior de sua prática congrega algumas características, tais como: organizações com entidades representativas (locais, nacionais e internacionais), em que os clubes se baseiam na organização social para se estruturarem, com alternativas capazes de conciliar novas identidades (classe, categorias, nacional, regional ou local); passam a estabelecer um calendário próprio, não estando mais condicionados a tempos sociais ou rituais; englobam um corpo técnico especializado mais amplo, com treinadores, preparadores físicos, gestores, médicos, entre outros; produz um

mercado à sua volta, que ultrapassa os limites do que inicialmente era considerado específico da prática esportiva.

Tais características podem apresentar relação direta com a expansão progressiva do esporte. Segundo Tubino (2006, p. 17), o crescimento do esporte moderno ocorreu gradativamente, com maior número de praticantes, novas modalidades, autonomia das federações internacionais e a intervenção estatal permanente na maioria dos países. Entretanto, tal quadro se manteve assim até a II Guerra Mundial, pois o autor afirma que ao classificar o conceito de esporte como moderno, o mesmo foi perdendo sua perspectiva pedagógica e aos poucos foi se incorporando uma acepção de rendimento, esta ótica, por sua vez, perdurou um longo período sobre a prática esportiva.

Os delineamentos do esporte na modernidade estão diretamente imbricados sobre o ideário e o imaginário que permeiam este período, como aponta Melo (2010, p. 111):

Enfim, o esporte, nesse processo, constituiu-se em poderosa representação de valores, sensibilidades e desejos que permeiam o ideário e imaginário da modernidade: a necessidade de superação de limites, o extremo de determinadas situações (comuns em um cenário em que a tensão e a violência foram constantes), a valorização da tecnologia, a consolidação de identidades nacionais, a busca de uma emoção controlada, o exaltar de um certo conceito de beleza. O seu desenvolvimento tem grande relação com uma sociedade que enfatizava as noções de produção, precisão, desempenho e disputa.

Os processos ideológicos, políticos e econômicos da modernidade engendraram esta perspectiva praticamente exclusiva do esporte sobre a ótica do rendimento. No entanto, tal panorama perdurou até a transição para o esporte contemporâneo, no qual as práticas esportivas passam a ser direito de todos, como relata Tubino (2010, p. 41, grifo do autor):

Esse quadro durou até praticamente o final da década de 1970, quando, a partir da Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO), surgiu a defesa do direito de todas as pessoas às práticas esportivas. Em outras palavras, o rendimento esportivo era substituído gradualmente pelas práticas esportivas de todos, independentemente de idade, raça, estado físico e outras situações humanas.

A motivação desta transição é marcada por três grandes movimentos, o da intelectualidade inconformada com os caminhos tomados pelo esporte; dos organismos internacionais ligados ao esporte, que começaram a publicar manifestos; e o Trimm, um movimento nascido na Noruega e que mais tarde veio a se chamar Esporte para Todos. Este último, com o papel fundamental de democratização e

popularização das práticas esportivas, possibilitando que pessoas sem grandes talentos pudessem praticar os esportes (TUBINO, 2006).

Outro ponto a destacar é o Manifesto do Esporte, documento que reconhecia outros tipos de manifestações esportivas, além do esporte de rendimento, no qual em seu teor apresentava a existência de um esporte escolar e também o esporte de homens comuns, com conteúdos distintos (TUBINO, 2006).

Em relação a este novo panorama, Tubino (2010, p. 69, grifo do autor) relata que o “conceito de esporte ganhou uma nova abrangência social, e o direito às práticas esportivas passou a ser exercido sob as formas de Esporte-Educação, Esporte-Lazer e Esporte de Desempenho”.

Reconhecido o direito ao esporte e o novo conceito estabelecido atualmente, nos deparamos com a apresentação das dimensões que o mesmo apresenta. Tais manifestações esportivas estão relacionadas à forma de exercício deste direito e também a um ou mais princípios específicos de cada manifestação com referências aceitas e incontestáveis (TUBINO, 2010).

O Esporte-Educação trata-se da manifestação voltada à formação da cidadania, sendo dividido em: Esporte Educacional que se refere aquele oferecido também nos ambientes fora do espaço escolar para as crianças e adolescentes (TUBINO, 2010), os princípios desta vertente do esporte são inclusão, participação, cooperação, co-educação e co-responsabilidade (TUBINO; GARRIDO; TUBINO, 2006 apud TUBINO, 2010); já o Esporte Escolar é destinado para jovens com talento para a prática esportiva, esta vertente abrange as competições escolares, porém não dispensa a formação para a cidadania, no qual toma como referência os princípios do Desenvolvimento Esportivo e o Desenvolvimento do Espírito Esportivo, este último compreende o enfrentamento dos desafios e outras importantes qualidades morais (TUBINO, 2010).

O Esporte-Lazer (Popular, Comunitário, Participação, Tempo Livre, Ócio, são outras denominações que esta manifestação recebe) é a dimensão em que sua prática ocorre de forma espontânea, apresentando relações com a saúde e as regras, que podem ser estabelecidas entre os participantes, adaptadas ou até mesmo as oficiais, tendo como princípios a participação, inclusão e o prazer. Já no Esporte Desempenho (Competição, Performance, Institucionalizado) sua prática é pautada no cumprimento de regras e códigos estabelecidos por entidades internacionais, com o objetivo voltado para resultados, *records*, vitórias, títulos

esportivos, espaço na mídia e premiações financeiras, pautado nos princípios da superação e do desenvolvimento esportivo. Nesta dimensão do desempenho o mesmo pode ser de rendimento ou alto rendimento (Alto nível, Alta Competição), no qual os princípios são comuns para essas duas manifestações (TUBINO, 2010).

Estas manifestações do esporte estão presentes nos cadernos das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b; BRASIL, 2009c). Tais manifestações previstas nos documentos construídos pelo Ministério do Esporte são a base para a realização das ações neste campo, no qual devem ter por finalidade garantir o acesso ao direito do esporte, previsto constitucionalmente, no Art. 217 no qual prevê o dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais aos cidadãos (BRASIL, 1988).

Neste contexto, o esporte enquanto direito dos cidadãos, cabe ao Estado garantir a democratização de seu acesso a toda a população, ou seja, englobando seus distintos segmentos sociais (LIMA, 2014). Deste modo, cabe a administração pública, estabelecer um equilíbrio na gestão do esporte, de forma a atender as necessidades em relação as três manifestações esportivas, sem privilegiar uma destas dimensões, para que promova o desenvolvimento social equilibrado, consolidado e de qualidade (GALINDO, 2010).

Desta maneira, o esporte entendido como um fenômeno pode ser compreendido a partir da consolidação da formação de um campo específico, como sugere Bourdieu (2003, p. 137):

[...] o sistema de instituições e de agentes vinculados ao esporte tende a funcionar como um campo, segue-se daí que não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos num dado momento, num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes [...].

Quanto ao conceito de campo, Bourdieu (2003, p. 120) relata que “A estrutura do campo é um estado de relações de força entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores”.

A partir desta estrutura de campo, Bourdieu (2003) expõe que o campo esportivo começou a se consolidar a partir da existência de condições sociais que possibilitaram a constituição de um sistema de instituições e agentes diretamente relacionados à existência de práticas e consumos esportivos, em agrupamentos públicos ou privados, que visam garantir a representação e defesa dos interesses

dos envolvidos em determinada modalidade esportiva, assim como elaborar e aplicar regulamentações que irão conduzir estas práticas, da mesma maneira que os vendedores e produtores de bens e serviços utilizados para a prática do esporte e também os produtores e vendedores dos espetáculos e bens associados as modalidades esportivas.

Constituído o campo esportivo, com suas especificidades e disputas de interesses no interior deste espaço social, composta pelos agentes e instituições, para adentrar nas políticas primeiramente necessitamos compreender o conceito de campo político. Conforme Bourdieu (2009, p. 103):

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de força que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre o agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

O campo político pode ser entendido como um campo restritivo a entrada de novos agentes, devido à desigualdade nos instrumentos de percepção e expressão sobre o mundo social, os cidadãos passam a ser apenas consumidores dos discursos politicamente pensados dentro do campo, devido ao efeito de censura presente neste espaço social e que acabam tendo que submeter-se às decisões dos agentes dentro destas instituições (BOURDIEU, 2009).

Deste modo, a partir da interação do campo político com o campo esportivo, a delimitação da interseção destas categorias forma o que se denomina como subcampo das políticas públicas de esporte e lazer (MEZZADRI, 2011; MEZZADRI, SILVA; FIGUERÔA, 2015). O esporte e o lazer apesar de serem fenômenos distintos são tratados pelo Estado como equivalentes, assim como a produção científica da área abordam esses dois objetos conjuntamente (STAREPRAVO, 2013). Devido a este tratamento do Estado brasileiro, o esporte e o lazer são tratados em conjunto no subcampo das políticas públicas.

Apesar de tratados como equivalentes pelo Estado, o lazer apresenta seus próprios conteúdos que devem ser considerados e estar presente nas políticas públicas oferecidas pelos governos. Deste modo, se torna necessário passar pelo entendimento acerca do lazer, para estabelecer políticas que promovam a garantia deste direito.

Conforme Stigger (2003, p. 105, grifo do autor)

[...] o lazer é o resultado de um processo histórico de desenvolvimento de novas formas de produção, sendo, nos dias de hoje, parte constituinte da sociedade contemporânea. No sentido moderno, ele surge como parte do tempo livre institucionalizado, do qual talvez o maior exemplo seja o *fim de semana*, aqueles dias que, *inventados* pelos homens ao longo de uma história bastante complexa, se tornaram, indiscutivelmente, o período privilegiado para a sua concretização.

Para o autor, é necessário que o lazer não seja confundido com o tempo livre, passando pelo entendimento que ele parte do mesmo, pois se trata de um conjunto de atividades no qual um indivíduo irá realizar exteriormente ao contexto do trabalho e de suas obrigações, com a finalidade de satisfação pessoal.

Neste sentido Elias e Dunning (1992) apud Stigger (2003) apontam que as atividades de lazer são realizadas durante o tempo livre, porém nem todas as atividades desempenhadas neste tempo podem ser consideradas como lazer, devido às muitas atividades realizadas neste tempo, apesar de não serem profissionais, causam constrangimentos sociais e emocionais aos indivíduos, pelo fato de serem rotineiras e que carregam consigo certos níveis de coerção que se aproximam do trabalho. Deste modo, o lazer é um tempo que está inserido no espectro do tempo livre, em que apresenta como estrutura propor excitações agradáveis, de acordo com as possibilidades de escolha do indivíduo.

Procurando avançar no sentido do entendimento acerca do lazer, Mascarenhas (2003 apud RECHIA et. al., 2015, p. 227) relata que o mesmo é um “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”.

Marcellino (1987 apud GOMES, 2004) entende o lazer a partir da compreensão mais ampla sobre o lazer, vivenciada durante o tempo disponível, apresentando-se como característica principal o caráter desinteressado sobre esta vivência, em que a finalidade está na busca pela satisfação fornecida pela situação.

Deste modo, o tempo disponível torna possível a escolha da atividade prática ou contemplativa.

As relações e tensões sobre o universo do trabalho decorrem o fenômeno do lazer, no qual iniciou o processo de intervenção estatal com o intuito de garantia deste direito. De acordo com Bramante (2004), esta preocupação surge principalmente a partir da década de 1980, em que se constata o crescimento na formulação de políticas neste setor no Brasil, no que diz respeito ao setor público. Neste período de abertura política, o lazer aparece como prática e campo de estudos dotados de sentidos emancipatórios e com a promulgação da Constituição Federal, pela primeira vez o lazer é apresentado por lei como um direito social (AMARAL, 2004).

A Constituição Federal postula no Capítulo II (dos Direitos Sociais) em seu Art. 6º que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, grifo nosso). Segundo Rechia et al. (2015), não podemos deixar de compreendê-lo dentro desta perspectiva, no qual como elemento constitucional, dessa maneira, público, dispõe-se a assegurar os direitos fundamentais da vida de cada indivíduo e de toda a coletividade, prevalecendo-se as condições de igualdade.

Deste modo, o lazer como direito social, estabelece o dever do Estado de garantir a democratização de seu acesso, por meio de políticas públicas. Sobre tais políticas no Brasil estas podem ser consideradas com um campo de estudo, assumindo característica para a reflexão ou ainda como atividades que são exercidas por autoridades ou agente social e pelo Estado, caracterizando-se como intervenção (AMARAL, 2004).

Segundo Bramante (2004) no “campo do lazer, as políticas são geradas para estabelecer padrões de decisão, aplicando-os aos tipos de situações semelhantes ou mesmo orientando outras situações consideradas singulares”. O autor relata que a política de lazer não nasce num “vácuo”, mas é produto da compreensão e apropriação de uma filosofia que interpreta a sociedade e as relações estabelecidas na mesma, com intuito de determinar princípios e diretrizes orientadoras, expressadas por regulamentos com a finalidade de alcançar determinados objetivos e metas estabelecidas inicialmente.

Tais objetivos das políticas públicas de lazer devem considerar os conteúdos que satisfaçam os vários interesses das pessoas, ou seja, estas devem conhecer as diversas alternativas ofertadas pelo lazer. Estas possibilidades, conforme Marcellino (2002) estão ligadas as diferentes áreas que o lazer abrange, sendo estas: o campo artístico, ligado as imagens, emoções e sentimentos; intelectuais, ligadas ao contato com informações reais e explicações racionais; físico e esportivos, relacionado aos movimentos, práticas esportivas, passeios e outras relacionados aos interesses dentro desta conformação; os manuais, que se referem à manipulação e/ou transformação de objetos e materiais; turísticos, relacionados ao rompimento da rotina, buscando novas paisagens, pessoas e costumes; e os sociais, que compõe o quadro de relacionamentos, contato face a face, ou seja, o convívio social.

Para que tais ações no campo da gestão pública se efetivem, Reis e Starepravo (2008) enfatizam a necessidade de considerar na elaboração e implantação das ações, os espaços e equipamentos de lazer disponíveis para a população de forma a atender as diversas manifestações culturais e de lazer, assim como a acessibilidade e possibilidades para se concretize o acesso aos mesmos. Os autores também apontam a questão da educação, na qual necessita que o indivíduo em sua formação tenha conhecimentos sobre este direito e as diferentes possibilidades de lazer que podem usufruir.

Neste sentido no campo das políticas públicas de lazer, Reis e Starepravo (2008, p. 17) salientam que “devem ser oferecidos e ampliados os mecanismos e as situações nas quais a participação popular possa se concretizar”. Conforme os autores é indispensável por parte do poder público que se considere estas opiniões e demandas de forma a se materializar em ações de acordo com as necessidades locais.

Deste modo, tanto o esporte, quanto o lazer são fenômenos sociais, que passaram a serem direitos sociais, previstos constitucionalmente e que cabe ao poder público elaborar políticas que atendam aos diferentes interesses e anseios da sociedade, de forma a considerar suas especificidades, ou seja, as diferentes manifestações e conteúdos.

5.3 A GESTÃO PÚBLICA E O PAPEL DOS GESTORES PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER

A gestão pode ser entendida como o processo que reúne elementos de planejamento, organização, comando, coordenação e controle, em sua prática de conhecimento (PEDROSO et al., 2013). Estes itens compõem o campo da gestão pública que por meio de suas ações devem planejar, coordenar e avaliar os programas e políticas, no qual sua função seja os interesses públicos (BASTOS; MAZZEI, 2013).

Deste modo, os agentes presentes neste campo são os articuladores no processo de elaboração, implementação e execução das políticas governamentais, onde se encontram entre estes agentes, os gestores públicos. Neste sentido, Galindo (2010) aponta que para atuar nesta função é necessário que o gestor mantenha equilíbrio referente às questões globais, os impactos das informações difundidas por veículos midiáticos e provenientes de várias partes do mundo, que exercem influência sobre o cotidiano de um povo, e, das questões locais, em que os efeitos das ações públicas recaem diretamente sobre a sociedade. Desta forma, espera-se que o gestor público se posicione adequadamente na formulação, implementação e avaliação de meios para o enfrentamento de questões críticas do cotidiano da população, buscando atender as demandas inclusivas sociais em curto prazo, porém atentando-se para obter resultados a médio e longo prazo.

Neste sentido, a gestão pública constitui-se um espaço social, ou seja, um campo, ao passo de que o setor de esporte e lazer no poder público, compreende o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. Deste modo, em relação ao campo, este pode ser definido “como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (ORTIZ, 1983, p. 19). Deste modo, Bourdieu (2008, p. 50) descreve a noção de campo como:

[...] um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.

Desta forma, os agentes possuem um papel de destaque na composição dos campos e subcampos, pois conforme Bourdieu (2004) os agentes criam o espaço e o mesmo só existem pelos agentes, e, pelas relações objetivas entre os agentes dentro deste espaço social.

Para mais, Bourdieu (2009) relata que a inserção de um agente em determinado campo está relacionada ao capital acumulado por ele, no qual cada espaço social exigirá um capital específico.

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo) (BOURDIEU, 2009, p. 134).

O autor acrescenta que o campo social é caracterizado pelo sistema de posições dentro do campo, determinadas pelo volume de capital e a composição deste capital dos agentes:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (BOURDIEU, 2009, p. 135).

Conforme Mezzadri, Silva e Figueirôa (2015), a concentração de capital pode ser entendida como o conjunto de recursos atuais ou potenciais dos agentes que podem assumir formas distintas. De acordo com Bourdieu (2004b), estas formas podem ser o capital econômico, cultural, social, simbólico, dentre outros.

Deste modo, o capital econômico refere-se à capacidade de apropriação material dos instrumentos de produção material e cultural (BOURDIEU, 2013). Já o capital simbólico, corresponde a um capital de qualquer espécie, que é percebido por um agente dotado de categorias de percepção derivados da apropriação da estrutura de sua distribuição, no qual é conhecido e reconhecido como algo incontestável, diz respeito ao reconhecimento da legitimidade, em que o mundo comum é apreendido como sendo uma coisa clara, natural, em consequência da causalidade entre as estruturas objetivas e das estruturas incorporadas (BOURDIEU, 2009).

O capital cultural corresponde a um sistema de preferências pela arte, cultura, no qual sua orientação está nas escolhas escolares e sociais, ou seja,

condicionado ao polo intelectual, dotados de opiniões e práticas correspondentes (BOURDIEU, 2008). Segundo Barbalho (2012) fundamentado em Bourdieu (2000) o capital cultural pode assumir três formas: o capital incorporado, no qual presume que este passa por um processo de interiorização, que consiste na incorporação que não pode ser realizada por outros; o capital objetivado que está constituído na forma de bens simbólicos e que pode ser passado de uma pessoa para outra, porém transmite-se apenas as propriedades legais do bem, no qual sua apropriação cognitiva demanda capital cultural incorporado; e, o capital cultural institucionalizado equivalente a objetivação do capital incorporado das instituições, tais como escolas, universidades, museus, bibliotecas, etc., que em grande parte está sobre o controle do Estado, com domínio direto ou indireto da maioria das instituições, consideradas pela opinião pública como legítimas.

Além dos distintos capitais, no conhecimento do espaço de posições dentro de determinado campo, encontram-se as classes de agentes, que assumem posições, condições e condicionamentos semelhantes, que provavelmente tendem a ter atitudes, interesses, práticas e tomadas de posições semelhantes (BOURDIEU, 2009). Portanto, podemos dizer que os gestores constituem uma classe de agentes com posições e capital específico, necessário no interior do subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

As posições assumidas pelos agentes dentro de um campo ou subcampo específico, formam classes de posições sociais, em que cada uma corresponde a uma classe de *habitus*, que são produzidos pelos condicionamentos sociais ligados a determinadas circunstâncias, assim como pela intermediação desse *habitus* e suas capacidades geradoras, ou seja, um acervo sistemático de bens e propriedades, que estão relacionadas entre si por uma familiaridade de estilo (BOURDIEU, 2008).

Deste modo, Bourdieu (2008, p. 21) relata que “Uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes”. Ortiz (1983, p. 15) relata que Bourdieu define o *habitus* como:

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura, as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que tenha a necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações

para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.

O autor fundamentado em Bourdieu acrescenta que o *habitus* se apresenta como social ou individual, referindo-se a um grupo ou classe, porém sem desprezar o elemento individual:

[...] o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade do *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) encontram-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam. A análise de Bourdieu tende, assim, a enfatizar a importância de se estudar o modo de estruturação do *habitus* através das instituições de socialização dos agentes (ORTIZ, 1983, p. 17).

Portanto, entendido o *habitus* como um conjunto de disposições que levam um agente e classe de agentes as escolhas de bens e de práticas, discutiremos sobre a prática profissional, em relação às competências da classe dos gestores públicos de esporte e lazer.

Deste modo, no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, o gestor público deve atentar-se sobre o estreitamento na relação entre governo e sociedade, pois é uma ferramenta fundamental para que a gestão local seja capaz de oferecer estruturas físicas e políticas que forneçam aos cidadãos opções sólidas para o uso saudável de seu tempo (GALINDO, 2010).

No que se refere ao gestor esportivo é esperado que o mesmo possa ser capaz de unir políticas, estabelecer a missão do serviço que está prestando ou da empresa que está gerenciando, torna-se necessário ter conhecimento sobre gestão e técnicas de marketing, comunicação e imagem, entre outros, devido a interdisciplinaridade do cargo executado (CELMA, 2000; GASCA, 2000 apud AMARAL, 2015).

Quanto ao papel do gestor neste setor público, tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal (visto pela ótica da intervenção equilibrada entre governo e sociedade), Galindo (2010) aponta alguns pontos críticos sobre sua função: a necessidade do gestor ter clara a compreensão de seu papel e responsabilidades, quanto à diferença entre público e privado, na execução de suas funções na administração pública; ter atenção sobre o enfrentamento do processo de exclusão social, necessitando saber equilibrar os esforços e investimentos direcionados a atender as demandas das três manifestações esportivas (educacional, participativo e

de rendimento); sobre a efetividade nas políticas públicas, ao gestor convém adotar um estilo participativo de administração, aproximando a comunicação entre governo e sociedade, de acordo com a realidade, aplicando os vários mecanismos de participação social existentes ou pela criação de meios inovadores ou alternativos que ampliem este artifício, são fundamentais para serem utilizados no processo administrativo, durante a fase de elaboração, implementação, controle e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer; no exercício de sua função o gestor deve ater-se sobre a garantia da construção e ampliação, reforma e manutenção de espaços, instalações e equipamentos públicos apropriados para que a sociedade possa praticar atividade física e esportiva, e, viabilizar constantemente os processos administrativos de políticas públicas efetivas para a sociedade.

Vieira e Stucchi (2007) apoiados no estudo de Zouain e Pimenta (2003) apresentam as competências do gestor esportivo no Brasil, através de uma mescla entre o que já fora encontrado em atividade no país e o que se espera deste profissional, sendo composta: pelo conhecimento de esportes; habilidade em negociação; planejamento estratégico; processo decisório; lidar com reclamações; conhecimento legal; captação de recursos; motivação dos funcionários; supervisão de recursos humanos.

Outra importante ferramenta que os gestores devem ter conhecimento e presente em sua prática profissional é o processo de avaliação das ações. Neste sentido, a avaliação consiste na última fase ciclo político, a qual permite avaliar as políticas e a correção da ação, em relação aos programas já existentes quanto aos resultados efetivos. Portanto, proporciona investigar a carência destes impactos e dos resultados indesejados, como forma de adquirir conhecimentos destes efeitos negativos para ações e programas, por outro lado, se os objetivos traçados foram alcançados, o ciclo político pode ser encerrado ou dar-se-á o início à um novo ciclo, no qual serão estabelecidas novas percepções e problemas (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

Deste modo, conforme Ala-Harja e Helgason (2000) a avaliação é uma ferramenta importante para resolver determinadas lacunas, quando aplicada adequadamente e integrada apropriadamente na estrutura da gestão de desempenho. Os autores acrescentam que este instrumento permite ampliar a eficiência e a eficácia do setor público, e, consolidar as atividades realizadas pela iniciativa pública, podendo propiciar a mensuração, monitoramento e auditoria de

desempenho. Desta forma, sua utilização de maneira pragmática e objetiva, possibilitará aos governos progredir no sentido do desempenho, responsabilidade e prestação de contas.

Portanto, este conjunto de elementos é fundamental no exercício profissional do gestor público de esporte e lazer, tanto em relação aos aspectos de gerenciamento deste setor público, quanto na efetividade e consistência dos programas, projetos e ações neste segmento, ofertados à sociedade.

6. METODOLOGIA

6.1 TIPO DO ESTUDO

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e de campo. Conforme Minayo (2013, p. 57) o método qualitativo é aplicado aos estudos que buscam investigar as percepções, pensamentos, opiniões ou interpretações dos humanos nas relações como vivem e constroem seus produtos pessoais. Apresenta melhor conformação aos estudos de grupos e porções focadas e delimitadas, de um contingente social diante da ótica de seus atores, em relação à análise de documento e de discursos. O objetivo deste método é desvelar os processos sociais característicos de um grupo ou outro fenômeno em estudo, aumentando gradativamente, através da sistematização do conhecimento, a compreensão da lógica interna do alvo em investigação.

Os procedimentos do método qualitativo tornam-se, portanto, os mais adequados a esta pesquisa, pois através das informações apresentadas pelos agentes públicos municipais permitirá compreender as concepções e ações desenvolvidas pelos agentes públicos nas Secretarias/Departamentos de seus municípios, podendo estabelecer relações entre os fatos apresentados e a fundamentação teórica adotada nesta pesquisa. No entanto, para alcançar os procedimentos qualitativos faz-se necessário adotar a pesquisa descritiva para compreender tais fenômenos.

Desta forma, as pesquisas descritivas têm por objetivo descrever as características de determinado grupo social ou fenômeno, como também estabelecer as relações entre as variáveis. Entretanto, este tipo de pesquisa não se limita apenas em estabelecer as relações entre as variáveis, mas também determinar a razão dessa existência (GIL, 2011, p. 28).

Portanto, os dados obtidos nesta pesquisa serão uma fonte para se obter maior conhecimento sobre as políticas públicas de esporte e lazer que são desempenhadas nos municípios, no qual a descrição das ações apresentadas pelos agentes públicos é fundamental para compreender o contexto ao qual se aplica o funcionamento de tais políticas e também estabelecer relações com outros

contextos, com intuito de responder a questão central deste estudo, buscando ir a campo investigar sobre o problema da pesquisa.

O termo campo utilizado neste tipo de pesquisa refere-se à forma como a pesquisa é realizada, aplicada com intuito de adquirir informações e conhecimento de um determinado problema, como forma de buscar respostas e comprovar algumas hipóteses, e, descobrir novos fenômenos e relações existentes entre eles. Consiste no registro das variáveis, com um processo adequado de coleta de dados, na qual seus objetivos são definidos e pré-determinados para discriminar o que é considerado suficiente para ser coletado (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 186).

A pesquisa de campo é a forma mais apropriada de investigação, pois estabelece contato direto com os agentes públicos, para conhecer sua realidade, o contexto que vivem e desempenham suas funções nas Secretarias/Departamentos de Esporte e Lazer do seu município, tornando fundamental juntamente com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados adotados para que se possa alcançar o objetivo da pesquisa.

6.2 PARTICIPANTES

Os participantes desta pesquisa são os agentes públicos municipais, sendo estes secretários de esportes, diretores, chefes de divisão das Secretarias/Departamentos de Esportes e Lazer de 10 municípios da Microrregião de Ivaiporã. Importante ressaltar que a microrregião possui um total de 15 municípios, sendo estes: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí (IPARDES, 2012). No entanto, para esta pesquisa, utilizou-se como critério de seleção os municípios que possuem acima de 5 mil habitantes.

A microrregião de Ivaiporã está localizada na Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense (APÊNDICE A), possuindo uma área territorial de 6.161,014 km²

e uma população de aproximadamente 137.442 habitantes, sendo que 60% habitam a zona urbana².

Os municípios da microrregião são de pequeno porte I e II (IBGE, 2010), no qual alguns apresentam elevados índices de pobreza, distintos níveis educacionais (poucos possuem significativa presença de estabelecimentos de Ensino Superior), e, a estrutura setorial de ocupação é caracterizada por serviços em indústria e comércio, e principalmente pela agropecuária (IPARDES, 2004).

Caracterizada sucintamente a região da pesquisa, o quadro 1 apresenta as características dos municípios selecionados para a pesquisa, em relação ao número de habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dentre os municípios selecionados, em apenas um não foi possível realizar a coleta de dados, pois o gestor alegou indisponibilidade para a realização da entrevista, no período destinado a esta etapa da pesquisa.

Quadro 1: Características dos municípios selecionados.

Municípios da Microrregião de Ivaiporã-PR		
Município	Nº de Habitantes	Índice de Desenvolvimento Humano
Cândido de Abreu	16.655	0,629
Grandes Rios	6.625	0,658
Ivaiporã	31.816	0,730
Lunardelli	5.160	0,690
Manoel Ribas	13.169	0,716
Nova Tebas	7.398	0,651
Rosário do Ivaí	5.588	0,662
São João do Ivaí	11.525	0,693
São Pedro do Ivaí	10.167	0,717
Jardim Alegre ³	12.324	0,689

Fonte: IBGE, 2010.

² Informações obtidas no site do IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=613&btOk=ok#me>. Acesso em 17 fev. 2016.

³ Município que não foi possível realizar a coleta de dados.

Já o quadro 2 mostra a relação dos gestores de cada município participante da pesquisa, apresentando dados referente à idade, sexo, formação e cargo ou função atual dentro da Secretaria/Departamento de Esporte e Lazer.

Quadro 2: Caracterização dos gestores participantes da pesquisa.

Gestor	Município	Sexo	Formação	Cargo ou função	Experiência em gestão do esporte e lazer
1	Cândido de Abreu	M	Educação Física	Secretário de Esportes e Turismo	2 anos
2	Grandes Rios	M	Ensino Fundamental	Chefe do Departamento de Esporte	3 anos
3	Ivaiporã	M	Educação Física	Diretor de Esporte	16 anos
4	Lunardelli	M	Educação Física	Diretor de Esporte	> 18 anos
5	Manoel Ribas	M	Graduando de Direito	Secretário de Esportes	1 ano e 6 meses
6	Nova Tebas	F	Educação Física	Diretora de Esportes	2 anos
7	Rosário do Ivaí	M	Educação Física	Chefe de Divisão de Esporte e Lazer	1 ano e 6 meses
8	São João do Ivaí	M	Ensino Médio Incompleto	Diretor de Esporte	Ingressando no cargo
9	São Pedro do Ivaí	M	Ensino Médio Completo	Diretor de Esportes	1 ano incompleto

Fonte: O autor (2015).

Os critérios para seleção dos agentes mencionados foram: a) ser secretário de esportes e/ou chefe de departamento ou divisão no município; b) desenvolver atividades relacionadas ao esporte e lazer e ter vínculo contratual com a secretaria ou departamento de esporte; c) aceitar participar da pesquisa mediante assinatura da Autorização para a Pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

6.3 INSTRUMENTOS DE COLETA

O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi à entrevista semiestruturada (ANEXO C). Entende-se como entrevista semiestruturada, o instrumento de coleta de dados que tem como ponto de partida alguns questionamentos básicos, fundamentado em teorias e hipóteses referente ao interesse da pesquisa, construindo uma gama maior de novas perguntas, pois surgem novas hipóteses à medida que o entrevistado fornece suas respostas. Sendo assim, o mesmo segue uma linha de pensamento espontânea, que parte de suas experiências e seu pensamento, seguindo a linha de foco empregada pelo investigador, contribuindo para a formação do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada desta pesquisa foi elaborada com intuito de obter dados referentes às concepções e ações relativas ao esporte e lazer que são desempenhadas pelos agentes públicos municipais na Secretaria ou Departamento das cidades pesquisadas. Esta foi organizada em três blocos de questões para obter as informações necessárias aos objetivos de estudos do grupo de pesquisa. Primeiramente encontra-se o bloco referente aos dados de identificação do entrevistado, com questões sobre sua formação e a função na Secretaria ou Departamento. O segundo bloco de questões refere-se ao acesso a informação do agente público, para a qualificação de sua função. Já o terceiro, compreende um conjunto de questões que buscam averiguar as políticas públicas de esporte e lazer no município. Ressaltando que o terceiro bloco de questões refere-se ao utilizado para a realização desta pesquisa, no qual também foram retirados alguns dados do primeiro bloco, para a realização da mesma.

O instrumento foi elaborado por um grupo de pesquisadores⁴ (Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer), sendo validados com base na análise e avaliação dos membros do grupo envolvido na pesquisa, bem como, por meio da realização de um estudo.

A aplicação do estudo permitiu evidenciar, conforme apontam Marconi e Lakatos (2011, p. 133) a “[...] ambiguidade das questões, existência de perguntas

⁴ Pesquisadores do grupo GEPPOL/UEM e das instituições parceiras: Unioeste, Unicentro e UFPR-Litoral.

supérfluas, adequação ou não da ordem de apresentação das questões, se são muito numerosas ou, ao contrário, necessitam ser complementadas, etc.” Identificando estas questões, procedeu-se com a revisão e adequação destas aos objetivos do estudo.

6.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Antes de descrever os procedimentos da coleta de dados, devemos ressaltar que esta pesquisa é parte do projeto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, em que antes de iniciar seu desenvolvimento foi submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá, processo n.º 5.478/2014, obtendo parecer favorável para sua realização.

Deste modo, o primeiro passo nos procedimentos de coleta de dados foi estabelecer o contato com as Secretarias/Departamentos de Esporte e Lazer dos municípios envolvidos na pesquisa, explicitando sobre seu conteúdo, ao qual estaria se submetendo os agentes públicos municipais. Mediante esta conversa foram determinadas as datas, os horários e os locais em que procedera a aplicação das entrevistas com os gestores que aceitaram participar da pesquisa. Importante ressaltar que a coleta de dados da pesquisa ocorreu entre os meses de julho de 2014, e fevereiro a abril de 2015.

Ao chegar ao local indicado, foram explicitados aos agentes públicos municipais o conteúdo da pesquisa e seus objetivos principais para sanar as dúvidas dos mesmos em relação ao estudo e imediatamente após a explicação era assinada pelo gestor a Autorização para Pesquisa (ANEXO A).

Após a assinatura da Autorização para Pesquisa, a aplicação do instrumento de coleta de dados ocorreu somente após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) para a realização da pesquisa por parte dos participantes. Este assinado em duas vias, na qual uma cópia ficara de posse do agente público e a outra com os responsáveis pela pesquisa.

As entrevistas foram realizadas sempre que possível em locais fechados, para se obter uma melhor qualidade de áudio, sendo as mesmas gravadas por

gravadores de voz. As entrevistas eram aplicadas individualmente com cada gestor da Secretaria/Departamento de Esporte e Lazer dos municípios. Em média o tempo das entrevistas variou entre 25 a 35 minutos de duração.

Após a realização, todas as entrevistas foram transcritas integralmente, de forma manual no programa Microsoft Word. Depois realizada a categorização e tabulação dos dados, e, posteriormente analisados.

6.5 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos dados foi utilizado o método da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 38, grifo da autora) é o "*conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens*".

A Análise de Conteúdo é formada por três fases distintas, em três polos cronológicos diferentes. Primeiramente é realizada a pré-análise que consiste na organização, com a finalidade de organizar e sistematizar as ideias iniciais, de tal forma que possa conduzir precisamente as operações subsequentes, dentro de um plano de análise (BARDIN, 1977, p. 95).

Ainda em relação a primeira fase, ela apresenta três missões principais, que consistem na "[...] *escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final*" (BARDIN, 1977, p.95). Desta forma, estas missões foram fundamentais para a construção e elaboração deste projeto de pesquisa, como forma de organizar os procedimentos e objetivos para estudar o fenômeno proposto, ou seja, analisar as concepções e ações dos agentes públicos das Secretarias/Departamentos de Esporte e Lazer dos municípios desta pesquisa.

A segunda fase é caracterizada pela exploração do material, na qual se na pré-análise foram realmente concluídas suas operações, por seguinte esta etapa refere-se a administração das ações decididas na primeira fase. Portanto, conforme Bardin (1977, p. 101) "Esta fase longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas [...]".

Com relação à codificação, Bardin (1977, p. 103) relata que:

Tratar o material é codificá-lo. A *codificação* corresponde a uma transformação - efectuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista a cerca das características do texto, que podem servir de índices [...].

Portanto, a exploração do material consiste na codificação dos dados obtidos, recortando-os para realizar as classificações e categorizações para que possam ser analisados na fase seguinte. Deste modo, neste estudo as categorizações foram realizadas a *posteriori*, ou seja, após a realização das entrevistas e organização das informações obtidas para assim avançar na próxima fase da análise de conteúdo.

A última fase refere-se ao tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nesta etapa é realizado o tratamento dos dados brutos, para que possam ser significativos e válidos, sendo estes então significativos e fiéis, o analista realizará as inferências e as interpretações de acordo com os objetivos estabelecidos ou a novas descobertas encontradas (BARDIN, 1977, p. 101).

Sendo assim, é realizada a análise dos dados buscando efetuar a interpretação do conteúdo obtido no referencial teórico adotado na pesquisa, estabelecendo assim relações entre ambos e as respostas aos objetivos da pesquisa.

7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos nesta pesquisa foram organizados em categorias, identificadas a partir da análise do conteúdo das entrevistas. Deste modo, cada categoria será apresentada separadamente, nas quais estão inseridas as subcategorias que serão apresentadas e discutidas a partir das inferências e diálogos com os autores da área.

Apesar das categorias serem separadas para facilitar a análise e compreensão, ressalta-se que apresentam relações entre si, ou seja, a forma como foram estruturadas as categorias procura evidenciar suas especificidades e como as mesmas se inter-relacionam de acordo com o objetivo da pesquisa, de analisar as concepções e as ações dos gestores públicos municipais da microrregião de Ivaiporã, PR, em relação às políticas públicas de esporte e lazer.

As categorias e subcategorias construídas foram: 1) competências do gestor de esporte e lazer – conhecimentos e experiências para atuação no cargo de gestão do esporte e lazer; 2) concepções de esporte – entendimento dos gestores acerca do universo esportivo; 3) concepções de lazer – entendimento dos gestores sobre o lazer; 4) políticas públicas – aspectos de qualificação e atualização profissional, planejamento e prioridades das ações; 5) estrutura administrativa – relações dos aspectos organizacionais, orçamentários, gestão participativa e intersetorial; 6) ações, programas e projetos de esporte e lazer – campo de atuação, abrangência e caracterização das ações.

7.1 COMPETÊNCIAS DO GESTOR DE ESPORTE E LAZER

No subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, os gestores são os agentes articuladores no processo de implantação das ações neste setor dentro da gestão pública municipal, ou seja, a formulação, implantação e avaliação das políticas instauradas em sua gestão na instituição em que exercem sua atividade profissional.

Deste modo, de acordo com Bourdieu (2004a) podemos entender que os agentes criam os espaços e estes só existem pela inter-relação com seus agentes e as relações objetivas entre os agentes existentes nesta estrutura. Sendo assim, o autor relata que o agir dos agentes - o que podem ou não fazer - é condicionado pela estrutura das relações objetivas. Neste sentido, são as posições dos agentes que determinam ou orientam suas tomadas de posição, ou seja, só podemos compreender o modo de agir de um agente a partir da posição que este ocupa em determinado campo. Neste sentido, no caso específico deste estudo a posição do agente, ou seja, o gestor refere-se ao cargo maior das instituições provedoras das ações, no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

Para mais, ao se referir aos agentes explica que estes são caracterizados pelo volume de seu capital (acúmulo de conhecimentos, bens materiais ou simbólicos) que definem a estrutura do campo de acordo com seu peso e também depende do peso dos demais agentes, ou seja, de todo o espaço.

Neste sentido, se faz necessário compreender os conhecimentos e experiências que os gestores da microrregião de Ivaiporã, PR, consideram necessários para desenvolver suas funções e os conhecimentos burocráticos, referentes às leis sobre o esporte e o lazer. Importante ressaltar que estes conhecimentos podem estar relacionados com a formação destes gestores e tempo de atuação no cargo de gestão do esporte e lazer, caracterizados no Quadro 1 (p. 55).

Com o intuito de verificar as competências para exercer esta função, todos os gestores apontam a necessidade de ter conhecimento sobre o esporte, atrelado à vivência no meio esportivo:

“[...] o secretário ele tem que ter uma noção mínima em geral do esporte né, não precisa entender afundo todos, mas tem que ter uma noção pra vê se esse esporte dentro do município é viável, por que existe tantos esportes né e tantas ações que você tem que adaptar a realidade e adaptar orçamento da prefeitura, mas isso tem que ter o conhecimento de projetos né, de desenvolvimento da... os esportes, ações sociais [...]” (Gestor 3).

“[...] então o conhecimento que eu julgo é o conhecimento... de ter vivido a experiência de ser jogador, de ter mexido com o esporte a vida inteira, então esse é o conhecimento que eu tento levar.” (Gestor 5).

“[...] eu acho assim é saber, é você tem que entender um pouco do esporte, acha que as modalidades regras de algumas coisas, é acho que como disse buscar alternativa, ajudas que tem, não pode se privar e falar assim ai eu entendo tudo e se tem que ‘tá’ aberto a opiniões dos atletas” (Gestor 8).

Podemos verificar que os gestores apresentam a necessidade de ter conhecimento sobre o esporte e o meio esportivo, como disposições necessárias para atuar no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. Entretanto, na fala dos gestores não se identifica um conhecimento em comum relativo ao esporte necessário para a atuação no cargo, podendo ser em relação ao conhecimento prático, como é o caso do gestor 5, ou então, do conhecimento do esporte enquanto política, como é o caso do gestor 3, ao citar a viabilidade para implantação das ações. Através das falas dos agentes não está evidenciada a necessidade de formação na área de Educação Física, para exercer o cargo de gestor público de esporte e lazer.

Em relação ao campo e aos subcampos, Bourdieu (2004a, p.27, grifo do autor) relata que:

Os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento. Entre as vantagens sociais daqueles que nasceram num campo, está precisamente o fato de ter, por uma espécie de ciência infusa, o domínio das leis imanentes do campo leis não escritas que são inscritas na realidade em estado de tendências e de ter o que se chama em *rugby*, mas também na Bolsa, o *sentido do jogo*.

Deste modo, o sentido do jogo que se observa a partir das análises das informações, que a tendência instalada no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer remete-se ao conhecimento prático dos gestores sobre o meio esportivo, obtido através das vivências esportivas no decorrer de suas vidas, seja como atletas ou não.

Tal tendência parte de uma perspectiva de que ex-atletas, ou seja, aqueles que adquiriram capital social e simbólico no meio esportivo são detentores do domínio das leis do campo do esporte e do lazer. Portanto, acredita-se por parte do poder executivo municipal, que estes possuem o conhecimento suficiente para atuar no cargo maior das instituições provedoras de políticas públicas neste setor da gestão pública municipal.

Outro ponto a considerar neste momento, proposto Bourdieu (2004a, p. 22) é que todo campo “é um campo de força e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. Deste modo, configura-se na microrregião de Ivaiporã, que o capital social e também o simbólico, podem instaurar o conservadorismo consciente ou não destas estruturas, ao ponto que a ausência de capital cultural, principalmente sobre os conhecimentos essenciais e específicos

para atuação no cargo de gestão de pública de esporte e lazer, são os fatores que condicionam tais aspectos, não sendo possível avançar no sentido da transformação deste segmento público.

Avançando nesta questão dos conhecimentos para atuação no cargo de gestão de esporte e lazer, verifica-se que o gestor 3, além do conhecimento do meio esportivo, aponta a necessidade de ter o conhecimento sobre a realidade do município, ou seja, sobre a viabilidade da implantação de algumas políticas, principalmente no âmbito do esporte, perpassando pelo conhecimento das questões estruturais, financeiras, sociais e culturais. A mesma necessidade é apontada pelo gestor 1, relatando que isso é fundamental para fornecer ações pontuais que atendam os desejos da comunidade:

“[...] ter experiência, vivência com as práticas esportivas e com a realidade dos municípios, hoje tem que voltar todos nossos projetos de acordo com a realidade, então tem que observar muito bem isso e detalhar e ainda ver qual que é o propósito, desejo da comunidade pra gente poder servir ela de acordo.” (Gestor 1).

Conhecer a realidade do município, assim como ter conhecimento da viabilidade de subsidiar ações, ou seja, sobre a demanda de recursos financeiros, humanos e materiais, são fundamentais no processo de gestão de esporte e lazer. Sobre esta questão, o gestor 3 aponta:

“[...] nós temos que ter uma noção de administração, dos orçamentos, entendeu pra você montar um orçamento, você tem que entender desde a parte de treinamento, parte física, parte humana, parte de material que você vai gastar, que você vai investir, locais de... ginásios, recursos físicos, estrutura, se não você fica perdido, isso a gente foi adquirindo no tempo da faculdade, por que a faculdade te dá um conhecimento que você vai melhorar na prática” (Gestor 3).

Nota-se que o gestor 3 finaliza sua fala apontando que estes conhecimentos são advindos da formação acadêmica – Educação Física – reforçando que o ensino superior proporciona suporte/subsídio para exercer sua função profissional. Neste sentido a formação profissional, no caso em Educação Física, pode ser fundamental neste processo de adquirir uma gama de competências profissionais para facilitar e qualificar seu trabalho. No entanto, podemos considerar como insuficiente, pois o gestor no exercício de sua profissão necessita procurar por formação específica na área, através de cursos e/ou especializações em políticas públicas e gestão do esporte e lazer.

Portanto, pensar na formação em Educação Física como “ideal” para atuação no cargo de gestão pública de esporte e lazer é compreensível atualmente,

pois conforme Arretche (2003) as políticas públicas é uma área recente de estudo, no qual o crescimento de seus estudos é inegável, já que nos cursos de graduação foram implantadas as disciplinas de políticas públicas e na pós-graduação foram criadas linhas de pesquisas voltadas para este campo de conhecimento, com o crescimento de dissertações e teses abordando esta temática.

Neste sentido, Virtuoso Jr. et al. (2003) aponta que a Educação Física/Esporte ampliou seu campo de intervenção profissional, não limitando-se apenas ao ensino de movimentos corporais ou proporcionar o desenvolvimento da condição física, incorporando também áreas como *marketing*, administração, pesquisa, etc. Os autores relatam que a principal tarefa do século XXI, dos profissionais desta área, será o planejamento, execução e avaliação de programas de atividades físicas para diversos grupos, em distintos ambientes e organizações. Portanto, tais funções são confluentes as tarefas a serem desenvolvidas pelos gestores públicos de esporte e lazer.

Nesta perspectiva, a vinculação da gestão esportiva à formação em Educação Física é verificada em algumas universidades brasileiras, as quais contemplam em sua matriz curricular as disciplinas de organização esportiva, administração esportiva, marketing esportivo e estágio esportivo, além de proporcionar experiência por meio de empresa júnior nas instituições de ensino (VIRTUOSO et al., 2003). No entanto, a questão da formação específica para atuar na gestão do esporte implica considerarmos que esta área encontra-se em fase de consolidação no cenário nacional, em que atualmente na realidade mundial, revela-se enquanto campo multidisciplinar, majoritariamente associada às ciências do esporte, por vezes as ciências administrativas e também as ciências humanas, como a Sociologia, Psicologia e Antropologia (MAZZEI; AMAYA; BASTOS, 2013).

Sobre a ótica da importância da formação em Educação Física, podemos verificar na fala do gestor 9 a necessidade de acompanhar os profissionais da área para adquirir certos conhecimentos, para suprir suas dificuldades

“Mas seria assim um acompanhamento dos outros profissionais dessa área, que conseguir pegar mais alguma coisa, algum conhecimento, porque conhecimento que eu tenho é como atleta e aí nesta parte aqui, que é parte burocrática aí já... e a parte também pra você é igual competições a nível de estado, então isso há um pouco de dificuldade” (Gestor 9).

Ressaltando que o gestor 9 não tem formação em Educação Física e pelo curto período de exercício profissional no cargo – inferior à um ano – para suprir a

falta de conhecimentos sobre o meio esportivo, sua alternativa pauta-se no relacionamento e aproximação com os profissionais da área. Entretanto, será que esta é a melhor forma de capacitação? Ou se no desenrolar do tempo adquirirá as competências necessárias para exercer sua função profissional? E se a mesma será capaz de suprir os anseios da população?

Esta conduta encontrada pelo gestor não propiciará o aprendizado necessário para sua função, sendo fundamental buscar formação específica, não só na área de Educação Física, mas também sobre políticas públicas, gestão e administração. Nesta perspectiva, Amaral (2015) apoiado em Anchieta (2010) e Tavares (2010) relata que no âmbito da gestão pública configura-se uma tendência dos gestores possuírem formações mais diversificadas e não especializadas neste campo de atuação. O autor complementa em seu estudo sobre o gestor de esporte no Brasil, que atualmente verifica-se na prática a inexistência da preocupação do gestor de se manter atualizado e procurar qualificação para exercer seu cargo.

Nesta direção, Galindo (2010) ressalta que tanto nos Estados, quanto na maioria dos municípios, os gestores não dispõem de aspectos relacionados à formação apropriada e também da compreensão plena dos elementos imbricados na atividade profissional no terreno da administração pública, os quais pode diminuir a eficiência/eficácia dos serviços ofertados a população. Porém, temos de considerar que a microrregião de Ivaiporã, PR, possui carência em relação a tais aspectos, não somente no subcampo do esporte e lazer, mas em outras áreas de intervenção social. Não tendo propriedade suficiente para afirmar que se trate de descaso público, mas pode se configurar a hierarquização de prioridades da gestão pública municipal, em relação à outras demandas sociais consideradas teoricamente “mais importantes”, como saúde, educação, moradia, entre outras.

Deste modo, almeja-se que o gestor de esporte (acrescentando o lazer nesta questão) pela interdisciplinaridade do cargo, esteja preparado para estabelecer a missão da instituição que está conduzindo e do serviço prestado, dispor de conhecimento de gestão, marketing, comunicação e imagem, entre muitos outros (CELMA, 2000; GASCA, 2000 apud AMARAL, 2015).

Com relação à função do gestor público, Galindo (2010) fundamentado em Bittar (2002) relata que este possui cinco desafios, sendo estes: organizar o espaço público, com o intuito de melhorar a harmonia social; determinar as formas de gerenciamento do aparelho público e seus recursos; determinar as estratégias em

relação aos parâmetros para atingir os objetivos comuns; dirigir os mecanismos de impulsos do desenvolvimento da sociedade, e, delimitação das ideologias presentes na construção da sociedade.

No que tange as experiências, os gestores 1, 4, 5 e 8 apontam a necessidade do gestor de esporte e lazer saber estabelecer comunicação com a comunidade:

“Primeiramente você tem que ter conhecimento, domínio, você tem que ter uma ética profissional, que você está lidando no dia a dia com a comunidade esportiva, então as competições que você organiza ela tem que ser respaldado... em documentos, regulamentos, você tem que interagir todos aqueles que participam numa competição, pra que todos tenham conhecimento do que está acontecendo, você tendo é esse parâmetro... de trabalho você vai adquirindo respeito, é a gente procura ao máximo que a gente, a gente conta... que a gente não mistura é política no esporte, a gente faz o esporte voltado para todos da comunidade, então eu acho que o ponto positivo que o departamento de esporte tem é este” (Gestor 4).

“Bom, na verdade tem que saber um pouquinho de... do meu trabalho saber um pouquinho de mexer com o povo... com o pessoal. Como eu falei, eu sempre joguei bola pelo município, tenho bastante conhecimento aqui, então esse é... é que eles vem, tudo que se relaciona com o esporte, eles vem através de mim, então através da minha pessoa, aí eu passo para o rapazes e vejo o que eles querem fazer [...]” (Gestor 5).

“[...] para que possa dar certo acho que fazer uma parceria é direção, atletas e até a sociedade acho que é muito legal que você soma tudo pra que no final possa dar tudo certo e tirando um resultado satisfatório” (Gestor 8).

Desta forma, podemos verificar que a comunicação, tanto com a comunidade esportiva, quanto com a comunidade em geral, tem relação com o processo de gestão participativa, na qual o gestor deve ser capaz de manter o diálogo com a população, com o intuito de diagnosticar, controlar e avaliar o trabalho desenvolvido em sua secretaria e/ou departamento. Nesta direção, Galindo (2010, sp.) destaca que:

Levando em consideração que ao Estado compete à garantia do ordenamento, amparo e desenvolvimento de uma sociedade, faz-se necessário que as pessoas responsáveis pela administração pública estejam atentas sobre o fato de que a existência de canais formais de comunicação entre sociedade e governo é elemento crítico para a efetiva consolidação das políticas públicas, tanto nas suas etapas de elaboração, quanto nas de implementação, controle e avaliação.

Podemos considerar que compete ao gestor criar este canal de comunicação/diálogo com a sociedade, sendo essenciais em todas as etapas que formam o processo administrativo, permitindo por meio de retroação estabelecer as correções dentro do ciclo da gestão pública. Contudo, não deve se limitar apenas ao

diagnóstico, mas também aos processos de controle, direção e avaliação das ações executadas em sua gestão.

Nesta perspectiva, verifica-se a ausência do conhecimento referente à avaliação das políticas públicas, não citadas pelos gestores como saberes necessário para desenvolvimento de sua atuação profissional. Fato este que, segundo Faria (2003) a utilização deste mecanismo como instrumento de gestão encontra-se praticamente ausente nos três níveis governamentais do poder público em nosso país.

Neste sentido, tão importante quanto saber diagnosticar as demandas da população é o processo de avaliação das políticas públicas, pois esta ferramenta atribui suporte ao progresso de tomada de decisão, com intuito de fornecer um conjunto de informações aos seus governantes, as quais possam servir de base para suas deliberações e prestações de contas sobre os programas e as políticas públicas. Deste modo, a avaliação não pode ser entendida como um mecanismo de resolver ou comutar os juízos subjetivos presentes nas tomadas de decisão, mas como uma forma de adquirir conhecimentos sobre os resultados de determinados programas, permitindo desta forma, aperfeiçoar a concepção e a implementação de um programa (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

A avaliação como forma de aperfeiçoamento dos programas pode ser classificada de acordo com suas características, fornecendo um conjunto de informações que definem a sua utilização. Sendo assim, a avaliação pode ser classificada em função do seu *timing*, podendo ser aplicada antes, durante ou depois da implantação da política; de acordo com a posição do avaliador em referência ao programa avaliado, ocupando uma posição interna, externa ou semi-independente; e, quanto à natureza do objeto avaliado, sobre seu contexto, insumos, processos e resultados (COTTA, 2001).

Portanto, a avaliação é uma ferramenta reconhecidamente importante que não foi incorporada como indispensável no processo de gestão, talvez pelo fato de que as avaliações também podem ser um problema aos governantes, executores e gestores, pois dependendo dos resultados obtidos podem ocasionar cerceamento público, ou seja, os resultados advindos das avaliações podem se tornar instrumentos de críticas pela imprensa e pela população aos governos. Por outro lado, se os resultados forem positivos podem ser utilizados para ascensão no meio

político e na legitimação das ações, dentre outros fatores (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

Da mesma forma que o conhecimento e a prática de aplicação dos sistemas de avaliações em políticas públicas são fundamentais, outro conhecimento importante no exercício deste profissional refere-se às leis de esporte e lazer, pois norteiam a legalidade das ações e os direitos dos cidadãos. Bem como, podem fornecer subsídios para a ampliação de seus projetos e programas, por meio do aumento das possibilidades de captação de recursos, através da Lei 11.438/2006, que “dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências” (BRASIL, 2006), desde que estejam em consonância sobre as normas gerais sobre o desporto, previstas na Lei 9.615/1998 (BRASIL, 1998).

Neste sentido, os gestores 2, 3, 4, 6, 7 e 8 relataram ter poucos conhecimentos burocráticos, no entanto manifestam interesse em investigar e estudar sobre o assunto, quando surgem as necessidades para orientar suas ações.

“Poucos conhecimentos dentro da maioria digamos que estou entre a minoria ainda” (Gestor 2).

“As leis eu conheço... é como eu posso dizer pra você é, eu conheço muito da vivência não tem assim, um você dizer pra você que realmente eu conheço profundamente, que eu vou ‘tá’ me enganando, a si próprio também, mas eu sempre procuro me orientar, procuro saber antes de implantar alguma coisa” (Gestor 4).

“Tenho pouco domínio... ‘to’ buscando... ‘to’ correndo, estou lendo estatuto, olhando o que, que tem que ser feito, qual que é o papel, o conhecimento” (Gestor 8).

Por outro lado, os gestores 1 e 9 assumem não ter domínio sobre estas questões, o que pode ocasionar algumas dificuldades em sua gestão (questões analisadas posteriormente em outras categorias):

“Olha nesse aspecto eu sou sincero em falar que estou muito leigo em relação aos conhecimentos das leis, então quando há necessidade a gente vai e busca o que acontece na situação do momento, mas assim sou bem leigo em relação às leis” (Gestor 1).

“Eu não tenho nenhum conhecimento, então quando eu preciso assim, eu busco com o secretário, com os meninos aqui né, professor de Educação Física e a gente debate a gente conversa... procuro eles” (Gestor 9).

Ao contrário dos demais, o gestor 5 relatou ter bom conhecimento neste aspecto:

“Eu conheço vamos dizer assim não tudo, mas eu tenho um bom conhecimento sim” (Gestor 5).

Este fato pode estar relacionado às questões de formação, já que o mesmo cursava Direito, atribuindo-lhe suporte e maior interesse nos estudos sobre as leis de esporte e lazer, para a gestão das ações em seu município.

De tal modo os conhecimentos referentes à legislação brasileira sobre esporte dispõem de alternativas para que os gestores possam criar seus projetos e buscar recursos via Lei de Incentivo ao Esporte. Conforme a Lei 6.180/2007 que regulamenta a Lei 11.438/2006 que trata dos incentivos e benefícios para o desenvolvimento das atividades de caráter desportivo, dispõe em seu art. 1º:

A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2007, sp).

De acordo com a lei, poderá ser deduzido relativo às pessoas jurídicas um por cento do imposto e a pessoa física, seis por cento do imposto devido, em cada período de apuração (BRASIL, 2007). Deste modo, os conhecimentos dos gestores sobre a legislação, tanto para garantir o acesso ao direito dos cidadãos ao esporte e lazer, quanto à legalização de suas ações, sua função demanda também conhecimentos burocráticos como forma de adequações aos seus projetos para angariar recursos de fontes externas ao orçamento destinado a sua secretaria e/ou departamento.

Para mais, esta lei prevê que os projetos para obter recursos oriundos dos incentivos e benefícios para fomentar a práticas esportivas, devem atender a pelo menos uma de suas manifestações (BRASIL, 2007):

Art. 4º Os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos no art. 1º, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, cujo público beneficiário deverá ser de alunos regularmente matriculados em instituição de ensino de qualquer sistema, nos termos dos arts. 16 a 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, caracterizado pela prática voluntária, compreendendo as modalidades desportivas com finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; e

III - desporto de rendimento, praticado segundo regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados, integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Parágrafo único. Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos no art. 1º os projetos desportivos ou paradesportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social (Ibid, 2007).

Portanto, além dos conhecimentos sobre a legislação esportiva o gestor necessita ter como competência os conhecimentos sobre as manifestações esportivas, para que possam adequar seus projetos de acordo com os objetivos declarados como prioritários no planejamento de suas ações, para que assim possam ser contemplados com recursos captados via Lei de Incentivo ao Esporte.

Além destas questões, os conhecimentos acerca das leis de esporte e lazer, tanto as leis federais, estaduais e as municipais⁵ são importantes instrumentos para cobrar do poder executivo e legislativo maiores subsídios e suporte para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer, de forma a atender os requisitos para garantir os direitos dos cidadãos.

De acordo com as informações obtidas podemos verificar que os gestores apresentam carência de algumas competências consideradas essenciais na gestão do esporte, como a avaliação de políticas públicas, conhecimentos burocráticos, dentre outros. Quanto ao tempo de experiência, isto não reflete numa gama maior de competências para atuação no cargo, apenas podem como dito anteriormente o agente ter se apropriado das regras dos jogos no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, as quais necessariamente não significam que a gestão caminha rumo à transformação deste espaço social. Neste sentido Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013, p. 791) relatam:

A ação dos agentes e a estrutura da relação entre os mesmos estão diretamente relacionadas à posição que cada um dos agentes assume no interior do espaço social. Por conseguinte, a posição e consequente peso de cada agente (indivíduo ou instituição) no campo está relacionada ao volume de seu capital, que pode assumir várias formas. De acordo com o peso relativo do agente no campo, teremos a amplitude da pressão estrutural do campo exercida sobre ele. Quanto mais frágil o agente na composição do campo, maior será a influência estrutural do espaço sobre o mesmo; de forma contrária, quanto maior o peso do agente, mais autonomia este desfruta.

Neste sentido, a partir do entendimento que o volume de determinado capital e a posição que cada agente ocupa dentro do campo influenciam na autonomia do mesmo, acreditamos que especificamente no subcampo das políticas públicas de

⁵ Referente às Leis Orgânicas dos municípios, ressaltando que esta pesquisa não realizou análises deste cunho, apenas reforçando que o esporte e o lazer podem estar presentes nas mesmas como um direito, as quais investigações futuras poderão utilizar destes documentos para a realização de estudos aprofundados nesta área.

esporte e lazer, o volume de capital cultural, ou seja, o conjunto de competências necessárias para atuação no cargo podem inclinar estes agentes a desfrutar de maior autonomia e contribuir para a transformação desta estrutura.

Em relação ao capital cultural, sobre o aspecto da formação em Educação Física, verificamos que mesmo os gestores formados nesta área do conhecimento, ainda existem várias lacunas para atuarem no cargo de gestão de esporte e lazer, possivelmente pelo fato deste campo específico do conhecimento ainda esteja em fase de consolidação em nosso país. Entretanto, cabe aos agentes assumir uma posição ativa neste espaço social com vista ao progresso e reconhecimento do subcampo das políticas de esporte e lazer no âmbito da gestão pública, como aponta Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013, p. 792) “os agentes ativos no processo são capazes de ressignificar e atuar de forma a legitimar ou modificar a estrutura daquele espaço social”.

Portanto, de acordo com o conceito de *habitus*, entendido como o conjunto de disposições adquiridas e constitutivas dos agentes que podem inclinar tanto para conservação, quanto para a transformação da estrutura, por meio da perpetuação ou subversão das regras do jogo presentes na mesma (BOURDIEU, 2008). A partir deste conceito entendemos que atualmente o *habitus* dos gestores de esporte e lazer caminha no sentido da conservação da estrutura, conforme Bourdieu (2004a, p. 29):

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, no limite de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição.

Nesta perspectiva a conservação da estrutura por parte dos agentes pode estar associada à manutenção da estrutura em função de suas disposições, verificando em grande parte que estes agentes assumem tal posição dentro das secretarias/departamentos de esporte e lazer a partir das disposições de suas trajetórias sociais no meio esportivo.

7.2 CONCEPÇÕES DE ESPORTE

Quanto à definição conceitual de esporte, Canan (2014) apoiado em Bourdieu (2004) menciona que este pode ser entendido como um objeto plural, no qual o esporte é passível de diversas formas de apropriações por diferentes pessoas, abrangendo os indivíduos que o praticam, os que o assistem e os responsáveis por sua oferta. Neste sentido sua interpretação e utilização devem se basear sobre as óticas subjetivas, mesmo que ainda possam receber influências de critérios objetivos.

Deste modo, identificar o entendimento dos gestores sobre o esporte é fundamental, pois as concepções apresentadas pelos mesmos são elementos que podem direcionar o foco das ações, ou seja, a natureza e objetivos das políticas públicas no âmbito esportivo municipal.

Desta forma, verificamos que os gestores 4 e 6, compreendem que tudo é esporte (ou esporte é tudo):

“Olha eu considero desde uma criança é chutando uma lata na rua... até de uma competição nossa que a gente coloca como, como foco maior que são os jogos oficiais oferecidos pelo Estado, pra mim todos são esportes. [...] uma brincadeira chutando uma bolinha de papel ou até você participando dos jogos tudo é esporte.” (Gestor 4)

“A o esporte pra mim é tudo, eu acho que aqui a único... único lazer que a, que todo mundo tem aqui é o esporte [...]” (Gestor 6)

Quanto ao entendimento de que o esporte é tudo ou que tudo é esporte, podemos inferir que este se enquadra parcialmente ao conceito de pluralidade do esporte, ou seja, as diversas formas de apropriação do meio esportivo, por diferentes públicos. Entretanto, tal concepção apresentada de forma vaga, desprovida de caracterizações deste fenômeno social, implica ao mesmo tempo não conceituá-lo claramente, quanto à forma que este se faz presente no meio social, isto é, como se manifesta na vida das pessoas, em relação aos interesses e objetivos com a prática esportiva.

Estes aspectos são essenciais na elaboração das políticas, pois a falta de clareza no entendimento acerca do esporte pode apresentar implicações no processo de formulação de políticas públicas nesta área, ou seja, não considerando os interesses da população no processo de implantação das ações, poderá acarretar na falta de objetividade e consistência em seus projetos.

A partir da fala do gestor 6, citada anteriormente, sobre o esporte como lazer dos cidadãos, podemos notar timidamente o direcionamento de seu entendimento do esporte voltado aos aspectos da participação. Nesta direção, também está o entendimento dos gestores 3, 5 e 9:

“[...] é o meio do cidadão que não é esportista vai pode praticar também, não só o esportista aquele... só atleta, mas também o cidadão comum [...]” (Gestor 3).

“O que eu considero, vamos dizer assim é saúde, educação [...]”. (Gestor 5)

“A esporte hoje é uma peça fundamental pro ser humano, tanto pra questão de saúde, ter uma um bom condicionamento físico, é questão assim de caminhada é qualidade de vida, então eu acho que... acho que hoje o esporte hoje tá sendo fundamental hoje pra qualidade de vida. (Gestor 9).

Sob o foco do esporte na dimensão da participação, este está associado ao esporte praticado espontaneamente, estando relacionado aos aspectos da saúde e das regras, que podem ser estabelecidas coletivamente, adaptadas ou mesmo utilizar as oficiais (TUBINO, 2010).

O gestor 3 complementando o entendimento apresentado anteriormente, juntamente com o gestor 7, inclinam seu entendimento sobre o esporte também para as dimensões educacionais:

“A o esporte é uma ferramenta muito importante pra educação, primeiro ele é motivador, ele é uma competição e dentro da competição o aluno vai aprender a disciplina, ter horário previsto, vai aprender a convivência social, respeitar o adversário, ele vai melhorar as condições da saúde dele através da atividade, vai servir de lazer... então é muito importante” (Gestor 3).

“Meu entendimento não é ‘forma’ só atleta, meu entendimento é formar cidadão” (Gestor 7).

Tal entendimento do esporte está voltado à formação dos cidadãos, em diversos aspectos que compreendem o ser humano, características da manifestação do Esporte-Educação, as quais prevê por meio do esporte o processo educativo, com caráter formativo para a preparação do exercício da cidadania. Seu conteúdo socioeducativo, está baseado em princípios educacionais, sendo estes a participação, cooperação, co-educação, integração e responsabilidade (TUBINO, 2006).

O esporte compreendido como fenômeno social, dotado de características socioeducativas, capaz de promover transformação social pode gerar uma expectativa salvacionista dos problemas sociais. Esta compreensão é constatada no discurso dos gestores 5 e 8:

“[...] a gente tem movimento que é pra isso mesmo, tem tirar o pessoal, as crianças das ruas e ir ‘pras’ escolinhas, temos em dois horários e, então o que eu tento fazer que nós tentamos fazer é bastante... é escolinhas, é bastante campeonato e fazer um torneio pra motivar esse povo, pra motivar o público e tirar principalmente essas crianças das ruas, vindo através da nossa secretaria, vim ajuda eles no esporte” (Gestor 5).

“o esporte em geral hoje é um mecanismo muito grande pra ser usado pra que possa educar a sociedade, assim no geral acho que educar, fazer um trabalho em parceria com as escolas e tirar essa criançada da rua, das drogas, nossas crianças, nossos adolescentes, se for usada da maneira certa, correta” (Gestor 8).

Nota-se que os gestores entendem o esporte com uma ferramenta capaz de superar as mazelas sociais. Entretanto, este discurso atual é carregado de ingenuidade ao abordar tais questões, como aponta Romera (2013, p. 4):

A recorrente crença expressa por agentes e gestores de que com atividades de esporte e lazer poderão proteger ou salvar as crianças e os jovens das ruas, das drogas, da marginalidade, pautando-se exclusivamente na ocupação de algumas horas de seu tempo livre, ou a ilusória possibilidade de controle do tempo de lazer desses jovens é difundida invariavelmente, por meio de discursos apaixonados, carregados das melhores intenções que, no entanto, denotam uma compreensão ingênua e simplista de questão tão complexa como é o uso de drogas ou as demais questões sociais às quais se reportam esses atores em seus discursos (violência, drogas, tráfico, marginalidade).

A autora, ao abordar a questão dos discursos dos gestores quanto aos aspectos salvacionista do esporte, inclui ao mesmo tempo a visão funcionalista do lazer, que será discutida na categoria específica das concepções nesta área (p.76). Para mais, a autora aponta que este imaginário apresenta-se de forma superficial, pois não considera a complexidade do tema, tornando-se imprescindível ter abordagens multifocais e políticas públicas intersetoriais planejadas e implementadas em conjunto com outros segmentos públicos, tais como formação profissional, emprego, saúde, transporte, entre outros.

A importância de tais políticas ligadas a outros segmentos sociais são fundamentais, pois somente a prática esportiva não garante a resolução destes problemas (Ibid, 2013). Além destas ações, em relação às estas concepções salvacionistas, cabe refletir sobre o seguinte questionamento: Sendo o esporte uma ferramenta de intervenção social, qual seria a vertente esportiva que poderia atingir estes objetivos almejados pelos gestores?

Refletindo sobre a questão é necessário que nas ações os gestores considerem a atratividade, os papéis e as posições que os indivíduos assumirão na prática esportiva. Neste sentido, as manifestações do esporte-educação e de

participação, devido aos seus princípios, parecem ter maior potencial para que em conjunto com as políticas intersetoriais possam de fato promover mudanças no panorama social, em longo prazo.

Em contrapartida, podemos verificar que o gestor 5 direciona seu entendimento neste aspecto para as ações implantadas em seu município, principalmente as escolinhas esportivas. Entretanto, quanto ao ideal salvacionista do esporte, Romera (2013, p. 16) reforça que “Tal crença denuncia uma compreensão ingênua e simplista de uma questão complexa e multifacetada que exige muito mais que escolinhas esportivas”.

Portanto, é necessário ressaltar que esta pesquisa não objetivou analisar minuciosamente as ações, ou seja, como são desenvolvidos os trabalhos dentro destes projetos, no qual seria necessário um estudo mais aprofundado sobre esta questão com acompanhamento do desenvolvimento destas ações. Porém, Romera (2013, p.16) acrescenta:

Os programas sociais de esporte e lazer poderão, conforme os modos de construção e execução de uma proposta, representar uma das ferramentas possíveis de enfrentamento do problema, não obstante reconhecendo as limitações a ele pertinentes.

Deste modo, a concepção salvacionista apresenta a ideia do esporte como ferramenta para superar as mazelas sociais, mas que necessita ser levada em consideração a complexidade de tais questões e os diversos fatores imbricados nestes problemas, sendo imprescindível que as ações contenham princípios bem definidos e diretrizes estabelecidas em conjunto com outros segmentos públicos para que possam de fato, garantir a consistência de seus projetos e programas, e, por meio do esporte para amenizar a vulnerabilidade social.

Apesar das distintas concepções, podemos notar na fala do gestor 1, uma visão ampla sobre o conceito de esporte, abrangendo suas diferentes dimensões:

“Acredito eu que o esporte é algo que... algo quase que inerente ao ser humano você precisa do esporte pra todos aspectos, você faz enfim, tanto nos aspectos fisiológicos, psicológicos né... o esporte, claro aí vai definir também o esporte rendimento, esporte social, o esporte... enfim, mas ele é imprescindível na vida de qualquer ser humano, acredito eu” (Gestor 1).

Podemos verificar que o gestor 1 apresenta uma concepção de esporte como um fenômeno social que abrange diversas formas de manifestação esportivas, que se faz presente e necessário na vida do ser humano. Desta forma, apresenta uma concepção de esporte levando em consideração sua pluralidade.

Nesta perspectiva, o esporte engloba diversas manifestações presentes no movimento humano, dotados de diferentes objetivos, em que transpõe com a ótica ímpar do esporte, ou seja, reduzida a uma única manifestação, limitando-se a prática em espaços especializados e às pessoas dotadas de performances especiais. Neste sentido, além da visão ampla deste fenômeno, compreende também os vários esportes existentes, e, as concepções oriundas de diversos campos dessa atividade, tais como a atividade profissional, o comércio e negócio, o empreendimento de saúde e da educação, entre outros (ALVES; PIERANTI, 2007).

A visão ampla acerca do esporte proporcionará ao gestor público neste campo específico, compreender melhor o esporte e suas diversas manifestações, atribuindo-lhe maior subsídio para elaboração de seus projetos, com objetivos e diretrizes bem definidas que atendam os anseios da população.

Desta forma, o esporte como um direito e dever do Estado, passou a estar diretamente ligado as áreas-alvo das políticas públicas, tanto como redutor de índices negativos, quanto promotor de ações sociais, as quais a prática esportiva aproximou-se dos campos da saúde e educação, sendo elemento fundamental para o desenvolvimento humano (ALVES; PIERANTI, 2007).

De maneira geral, verificamos que os gestores não apresentam uma definição clara do esporte, uma vez que suas concepções estão limitadas à apenas uma ou duas dimensões esportivas, exceto o gestor 1. Outro ponto a considerar sob os aspectos da formação, os gestores que são formados em Educação Física, necessariamente não apresentam entendimento claro do esporte, muitas vezes limitados vagamente a uma de suas dimensões. Entretanto, os gestores que não tem formação na área apresentam algumas concepções de esportes equivocadas e simplista, como no caso do entendimento salvacionista do esporte ou de dizer que o esporte é tudo.

A limitação acerca da compreensão do esporte e suas diferentes manifestações na vida humana, ao estabelecer relação com a competência do diálogo com a comunidade apresentado pelos gestores, a visão restrita possivelmente não será capaz de atender as diferentes demandas da população, ou seja, o gestor terá dificuldades de articular e definir propostas que venham atender os anseios da sociedade, em que provavelmente suas ações também serão limitadas.

A partir das concepções, torna-se fundamental relatar que o tripé adotado na política nacional de esporte no Brasil, sendo estes o esporte-educação, de participação e de rendimento, são manifestações que devem nortear as ações esportivas municipais ofertadas pelas secretarias/departamentos municipais à população. Porém, cabe ressaltar que a vertente do esporte de participação e de educação pela abrangência de pessoas que permitem a sua prática e suas características de desenvolvimento humano e social, mostram-se como as melhores opções para o desenvolvimento de políticas públicas nesta área que garantiriam a democratização do acesso à prática esportiva.

7.3 CONCEPÇÕES DE LAZER

O lazer na sociedade contemporânea comporta vários entendimentos, em razão da recente incorporação do termo ao vocabulário comum (MARCELLINO, 2002). Portanto, compreender as concepções acerca do lazer, pelos gestores públicos municipais é fundamental, pois possivelmente servirá de parâmetros norteadores das políticas públicas municipais neste setor.

Assim a concepção mais representativa sobre o lazer, apresentada pelos gestores está associada ao conteúdo físico e esportivo, tal entendimento pode ser visto nas respostas dos gestores 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7:

“Eu interligo sempre o esporte e o lazer meio que em conjunto, uma coisa com a outra, embora sejam coisas diferentes.” (Gestor 2)

“O lazer é o divertimento, tanto o cara participando como o jogador naquele momento né, como participante, como também passivo na arquibancada com a família distraído [...]” (Gestor 3)

“O que eu posso te dizer o lazer aí é o final de semana desse pessoal que... nosso aí que... é praticamente só jogam bola e fazem atividades físicas. Aqui no município como é pequeno [...] o lazer deles é através de jogar bola nos finais de semana, caminhadas que a gente arrumou umas quadras e o campo pra caminhada, o lazer deles seria isso aí.” (Gestor 5)

“É aquilo, é que a hora que a gente fala do esporte, que nem assim as pessoas mais velhas, eles vem mais pra cá como lazer né, eles num vem... acima de trinta assim, eles já vem brincar aqui pra poder ter o seu horário de lazer.” (Gestor 6).

Na fala do gestor 2 podemos verificar que o agente público admite que o esporte e o lazer são diferentes, assim como o gestor 1, contudo, ambos não conseguem conceituar o lazer e utilizam o esporte para exemplificar seu entendimento, direcionando sua fala a partir do panorama de atividades realizadas pelos cidadãos de seu município:

“O lazer é um campo diferente do esporte, então ali entendo eu... aqui no nosso município e eu sou convicto a falar que a única fonte de lazer e a gente tá procurando melhorar isso, mais é o esporte... veja bem nosso município foi instalado uma academia ao ar livre, que não é lazer, mas que pra muitos não deixa de ser, aí no final da tarde e se encontra... eu entendo que pra algumas pessoas é um lazer, foi instalado agora final do ano passado, então nós estamos muito atrasado no aspecto estrutural pra dar uma condição de lazer pro nosso público e também é uma grande preocupação... e aqui principalmente na nossa comunidade do interior aos final de semana, sábado, domingo, o lazer deles é joga um truco na casa do compadre ou ir em campinho de futebol praticar um futebol, as menina fica do lado jogando um vôlei, uma peteca... então esse é o lazer e aqui dentro da cidade a gente tá tentando é impor alguns aspectos que possa melhorar o lazer da comunidade.” (Gestor 1)

Conforme Castellani Filho (2013, p. 13) “O esporte e o lazer constituem-se em conceitos distintos, nos quais o último não pode ser reduzido às fronteiras do primeiro”. O autor relata que esta relação entre esporte e lazer, no que tange a manifestação do esporte de participação, há a necessidade de incorporar uma política específica, ou seja, agregar uma política de lazer que não desenvolva apenas os interesses físico-esportivos. Aponta que estas políticas precisam contemplar uma série de interesses presentes em nosso quadro cultural.

Deste modo, o entendimento apresentado pelos gestores, quanto à utilização do termo lazer, vai na direção ao apontado por Marcellino (2002, p. 7)

Com relação à utilização da palavra “lazer” o que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas dentro de contexto mais abrangente que caracteriza a sociedade de consumo, o que, muitas vezes, implica a redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades.

Esta simples associação e restrição aos conteúdos das atividades, verificados nos gestores de esporte e lazer da Microrregião de Ivaiporã, PR, principalmente do entendimento do lazer sobre a ótica do campo esportivo, trata-se de um processo de construção histórica que constitui tal relação de submissão do lazer ao universo esportivo, principalmente em situações anteriores e momentos no qual o esporte surge como produto da indústria cultural do entretenimento (CASTELLANI FILHO, 2013).

Esta visão restrita aos conteúdos das atividades, principalmente esportivas, pode ser verificada no entendimento apresentado pelo gestor 4:

“Eu consideraria é todas as competições que a gente realiza, porque agora mesmo a gente tá com um campeonato municipal de futebol e nós temos essa competição... é para com os atletas certo [...]. Mas eu considero como lazer, porque você volta, você olha envolta do campo, você tem a comunidade local das faixas etárias, de todas as idades, é crianças, é adolescentes, pessoas já da terceira idade, então eu considero o seguinte, eu proporciono uma competição e ao mesmo tempo se torna um lazer pra comunidade toda, porque como nós, como já disse nós somos um município pequeno e quase não tem o que se desfrutar no final de semana e eu coloco nas minhas competições, como também competitivo para os atletas, formação para os nossos atletas e o lazer para a comunidade” (Gestor 4)

As circunstâncias em que estão submetidas às atividades de lazer devem ser tomadas em consideração para que sejam caracterizadas, ou seja, algumas atividades podem ser extremamente prazerosas e atraentes para alguns indivíduos, enquanto para outros podem ocasionar desconforto e tédio (MARCELLINO, 2002).

Sobre estas circunstâncias das atividades, Marcellino (2002, p. 8) menciona “Se para algumas pessoas o futebol, a pescaria, a jardinagem constituem atividades de lazer, certamente isso não se verifica, em todas as oportunidades, para o jogador profissional, o pescador que depende da sua produção, ou para o jardineiro”.

Neste sentido o autor aponta que o entendimento do lazer não pode se restringir apenas ao conteúdo da ação, não sendo atributo suficiente para sua conceituação. Para mais, aponta os aspectos fundamentais nas circunstâncias das atividades de lazer: o tempo, relacionado ao “tempo livre” ou liberado das atividades de trabalho, das obrigações familiares, religiosas e sociais; e, a atitude, compreendida como a relação entre o sujeito e a experiência vivida, portanto a satisfação incitada pela atividade.

Partindo destes aspectos, em relação ao tempo e atitude, identificamos nas falas dos gestores 3 e 8, a concepção funcionalista do lazer, relacionada as compensações e reestabelecimento das forças do trabalho

“[...] o lazer é muito importante nós temos que ter, por que temos os cidadãos que trabalha aí mensal, ele tem que pegar um sábado e domingo ter um lazer, lazer musical, lazer de esporte, lazer cultural, isso é fundamental num processo também.” (Gestor 3)

“[...] nós temos que ter um período de lazer nosso... então quer dizer tem treinamento é falo muito do profissional, porque você tem o trabalho se dedicar, se apegar, que você tem que da o seu máximo, só que você tem o momento de lazer que é aquilo ali que você vai buscar a energia sua e resgatar aquela força, recarregar as bateria pra você ter força... quer dizer o lazer com seu filho, lazer com sua esposa, lazer com seus amigos né.” (Gestor 8)

Deste modo, identificamos a partir destes entendimentos a abordagem compensatória do lazer, ou seja, caracterizada pela compensação da insatisfação e alienação do trabalho, e, também a abordagem utilitarista, através da perspectiva reducionista do lazer, tendo como finalidade a recuperação da força de trabalho e como instrumento de desenvolvimento. Sendo assim, o lazer através da abordagem funcionalista é compreendido como um fator de ajuda, que busca a paz social e a manutenção da ordem (MARCELLINO, 2011).

A partir da investigação, identificou-se de maneira geral que os gestores não conseguem conceituar e/ou apresentar claramente seu entendimento sobre o lazer. Neste sentido, os gestores 2 e 7 admitem em suas falas o desconhecimento e falta argumentos suficientes para expor seu entendimento sobre o lazer:

“O lazer, então o lazer não sei muito te responder, como daria parte do lazer.” (Gestor 2)

“Eu falo pra vocês, não sei se eu to certo [risos].” (Gestor 7)

Verifica-se que apesar destes gestores terem apresentado suas concepções sobre o lazer, tais agentes, mesmo que timidamente, admitem desconhecimento e insegurança sobre o conteúdo. A ausência deste capital cultural pode ser em razão da falta de formação em Educação Física – área que se apropriou dos estudos e ações no campo do lazer – ou mesmo pela formação precária ou deficitária nas instituições de ensino.

O gestor 9, por sua vez, apresenta uma concepção de lazer abrangente

“O lazer pra mim... eu... ela tem que ser assim aberta a todas as pessoas né, dependendo do grau de formação ou quem quer que seja desde da criança né, o adolescente, as pessoas idosas... tenha um lugar apropriado com pessoas qualificadas pra né pra tá sempre fazendo acompanhamento.” (Gestor 9)

Na perspectiva política seu entendimento parte da concepção de lazer enquanto direito dos cidadãos e com espaços, equipamentos e profissionais especializados na área. Entretanto, é necessário rever esta questão sobre a qualificação do profissional na área do lazer, quanto à capacidade de articulação das ações de forma a atender as necessidades da população neste setor.

Neste sentido, o tema sobre a formação no exercício da atividade profissional na área do lazer, vem adquirindo espaço no cenário nacional, motivados pela expansão das demandas de mercado. Entretanto, tal formação visa proporcionar uma capacitação, a partir de uma perspectiva abstrata de lazer aos

denominados especialistas tradicional. Deste modo, o mercado rege o tipo de profissional a ser formado, sob a perspectiva do esporte e o lazer enquanto mercadorias a serem consumidas no tempo disponível, até mesmo como forma de controle social (MARCELLINO et al., 2007a). Tal perspectiva no âmbito público não garante o direito dos cidadãos sobre os conteúdos do lazer e ainda pode ser uma ferramenta utilizada como forma de manipulação político ideológico da população.

Nesta perspectiva, a discussão sobre o lazer vinculado a elaboração de políticas de atuação, deve-se considerar primeiramente a abrangência do lazer e tomar como consideração seu entendimento parcial e limitado, evidenciados nas pesquisas, nas ações dos órgãos públicos, na legislação, entre outros (MARCELLINO et al., 2007b).

Este entendimento limitado e parcial do lazer e também restrito a um de seus conteúdos – o conteúdo físico e esportivo para este grupo de agentes – pode ter relação com própria definição do campo, que não fica evidenciada nos órgãos públicos, segundo Marcellino (2007b, p. 14):

Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de setenta, incorporou-se o tema para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o, restritivamente, a setores culturais específicos. Não são poucas, nos âmbitos, estadual e principalmente municipal, as Secretarias e Divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”, “Turismo e Lazer”, etc.

Nas prefeituras pesquisadas, o lazer nas secretarias e departamentos está vinculado principalmente com o Esporte, em alguns casos em conjunto com o Turismo e Educação. Conforme Marcellino (2007b), este entendimento restrito em relação ao conteúdo prejudica a implantação de ações específicas e dificulta identificação dos valores associados ao lazer, prendendo-se ao entendimento do senso comum associado ao divertimento e ao descanso, em detrimento do desenvolvimento social e pessoal, que podem ser fornecidos pelo lazer.

7.4 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

As Secretarias/Departamentos de Esporte e Lazer representam, como proposto por Bourdieu a respeito do campo esportivo, o espaço no qual há o sistema

de instituições e de agentes direta ou indiretamente envolvidos com a existência das práticas e consumos esportivos, tendo por incumbência garantir a representação e salvaguarda dos interesses dos praticantes, assim como produzir e executar o regimento destas práticas, e, os bens e serviços demandados pela prática da atividade esportiva (BOURDIEU, 2003).

Relacionados aos serviços prestados nestas instituições provedoras das políticas públicas de esporte e lazer, encontram-se os funcionários, professores, instrutores, etc., ou seja, os profissionais envolvidos nas ações deste setor no âmbito da gestão pública municipal. Portanto, averiguar as políticas de formação, qualificação e atualização destes profissionais nas secretarias/departamentos é fundamental para compreender o processo de investimento no capital cultural destes agentes, bem como identificar os responsáveis por tais políticas.

Deste modo, verificou-se que nenhuma das instituições dos municípios pesquisados possuem uma política de qualificação e atualização profissional de seus agentes. Ao passo de que, se não existem ações desta espécie, tampouco se encontram responsáveis por elaborar ou estruturar estas ações.

Entretanto, foi possível identificar que os gestores 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 9 relatam dar apoio e incentivos financeiros, mediante requisição para o executivo municipal ou com recursos da própria secretaria ou departamento, para que os profissionais possam realizar seus cursos de capacitação e qualificação:

“Pois olha incentivo existe sim... existe até por sinal quando é um curso viável é a gente... eu gosto mesmo de participar, porém no último ano não participei de nenhum, mas nós temos aqui um professor que sempre está se especializando, ele trabalha atividades rítmicas e a dança... bom então ele está sempre se atualizando, sempre tá buscando fora, eu entendi se algum de nós fornecia pro nossos funcionários, ainda não mais é algo que com certeza seria muito bom.” (Gestor 1)

“É isso a gente precisava... precisaria ter uma formação, um departamento só pra cuida disso aí, mas mesmo assim a gente tem atuado, tem mandado eles pra fazer curso fora no estado, curso que abre em universidades, a gente tem mandado, mas precisava mais constante, nós mesmo montar aqui uma equipe pra desenvolver esse trabalho [...]” (Gestor 3)

“É a gente quando há assim um curso que realmente vai ser aproveitado pelo departamento, aí conversa com a prefeita né ou às vezes pelo departamento mesmo, aqui se tiver verba... alguma coisa a gente procura repassar.” (Gestor 9)

Podemos notar que estes municípios, em relação à qualificação e atualização de seus profissionais, suas ações destas espécies estão condicionadas aos interesses de seus agentes para estarem realizando cursos de capacitação e

em algumas circunstâncias e conteúdos específicos, o que deveria ser permanente e ir além da modalidade ou especialidade que desenvolvem na secretária/departamento. Para mais, a realização destas capacitações ficam dependentes da liberação de recursos financeiros provenientes do poder executivo municipal.

Neste sentido, Menezes (2009, p. 322) assevera que é necessário que na gestão pública de esporte e lazer haja competência burocrática, ou seja, a substituição da padronização dos processos de trabalho para a padronização das qualificações dos intervenientes:

Sem uma burocracia capaz de responder de forma adequada às exigências estratégicas das políticas desportivas, sobretudo em relação a missão, metas e objetivos [...] é quase impossível, alcançar resultados factíveis que possam redundar em uma lógica de política desportiva, sobretudo como direito.

Portanto, a necessidade de qualificação profissional é fundamental para que as políticas públicas alcancem resultados efetivos. Neste aspecto os gestores 1 e 3 apontam a necessidade de implantação de políticas desta espécie em sua secretaria e departamento. Assim, é importante ressaltar que o fornecimento destas ações pelas próprias instituições são fundamentais para suprir as carências e complementar a formação de acordo com as funções e especificidades de cada agente dentro de seu campo de atuação, de tal modo que o mesmo possa refletir sobre sua prática profissional e tornar-se um agente ativo no espaço social em que está inserido. Entretanto, corre-se o risco do profissional ceder ao processo de alienação diretamente relacionado à estruturação de tais políticas de formação e qualificação profissional, restritos as ações desenvolvidas pela instituição em que atuam.

Sobre estes aspectos Vaz (2001) citado por Menezes (2009, p. 323) expõe:

É preciso que se desenvolvam quadros para o trabalho de dirigir as políticas relacionadas ao esporte e às demais práticas corporais. Diria que necessitamos de 'intelectuais-dirigentes', pessoas que sejam capazes de pensar o esporte e as práticas corporais para além de suas determinações e configurações mais imediatas.

Deste modo, verifica-se a necessidade de investimento no capital cultural específico dos agentes envolvidos nas secretarias/departamentos de esporte e lazer, de forma que possam transferir seus conhecimentos a sua prática profissional, sendo capazes de promover a transformação no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

Além de políticas de formação nas secretarias/departamentos é necessário verificar o entendimento dos gestores sobre o papel do poder público municipal em relação ao esporte e o lazer. Desta maneira, os gestores 2, 3, 4, 6, 7, 8 e 9 apontam que estes deveriam atribuir maior apoio e incentivo para estes segmentos sociais:

“Nossa aí vem uma questão de, nossa teria que incentivar mais o esporte na maioria das vezes, principalmente na cidade pequena fica complicado você conta com... as vezes, na maioria das vezes falta muito apoio da cidade pequena em relação ao esporte, muita coisa você faz é quase sufocado na verdade, então teria que ter mais incentivo ‘pro’ esporte.” (Gestor 2)

“A o papel ou seria o suporte que eles dão pra gente né, eles deveriam dar mais apoio que dão no meu entender né, [...] o setor público seria de dar mais condições construir mais estrutura física, criar leis favorecendo, lei de incentivo então é o que está na mão de um político, porque todo órgão público tem os políticos, que são os vereadores, pois então se eles não deram apoio vai ser bem difícil de dirigir uma secretaria dessa e demanda dessa cidade, nesse sentido.” (Gestor 3)

Ainda em relação ao apoio por parte do poder público municipal, verifica-se que os gestores 6 e 7 apontam a necessidade de maior apoio financeiro e ampliação da equipe de profissionais, em suas respectivas instituições para atribuir suporte no desenvolvimento das atividades:

“Eu acho que eles tinha que destinar mais verba ‘pro’ esporte, mais professores, porque eu num... o trabalho que a gente pode fazer aqui dentro do município, eu num consigo fazer sozinha, ou você faz... ou eu faço só uma coisa ou eu fico só no ginásio e eles querem saber... aí eles querem que a gente faça um monte de coisa, não tem como, se acaba fazendo uma coisa mal feita daí né, ele eu acho que eles tinham que destina mais, porque como a gente é departamento de esportes, o din (sic!)... o dinheiro eu acho que chega até vim, mas ‘num’ é designado só pra gente sabe [...]” (Gestor 6)

“Eu acho que tinha que ter mais um pouco de... de financeiro, ‘pro’ prefeito poder atuar. [...] Eu no caso, sou secretário de esporte, eu saio daqui cinco e meia, vou dar treino isso aí não é obrigação minha. Então do secretário de esporte não é, certo? E eu vou e eu faço porque o município não tem condições de contratar uma pessoa formada, eu sou formado em licenciatura, não bacharel, eu já trabalho irregular, certo.” (Gestor 7)

A partir destas constatações identificamos o processo de fragilidade política, ou seja, que perpassam pelas questões financeiras e os aspectos organizacionais, quanto ao quadro de funcionários e as tarefas a serem desempenhadas, tornando-se um problema grave no processo de gestão, pois a falta de profissionais condiciona os gestores a atuar nos três níveis da hierarquia organizacional (nível superior, intermediário e de execução), sendo este responsável pela articulação, elaboração, implantação e execução das ações municipais.

Quanto ao papel do poder público é de sua incumbência garantir o fornecimento do acesso à prática esportiva e de lazer aos cidadãos, pelo fato de serem direitos constitucionais devem possibilitar por meio de políticas públicas, atender os requisitos mínimos que forneçam o acesso e a permanência em ações efetivas de esporte e lazer (SAWITZKI, 2012). Portanto, verifica-se que nos municípios de Nova Tebas e Rosário do Ivaí - uma vez que explícito na fala destes gestores, mas que talvez seja a necessidade de outros também - há carência de profissionais para compor uma equipe de trabalho, em seus respectivos departamentos, ou seja, atribuem minimamente condições para o desenvolvimento de políticas públicas, as quais podem não se tornar abrangentes e tampouco permanentes e efetivas aos objetivos das ações de esporte e lazer.

Neste sentido, quanto a efetividade das ações o gestor 4 aponta que o poder público municipal, em relação ao esporte deveria promover a articulação de políticas intersetoriais entre todos os segmentos públicos do município:

“[...] eu gostaria mais assim de um intercâmbio de todos os departamentos certo, porque não é só ‘pro’ esporte e sim o esporte também poderia contribuir também com os demais departamentos, que nós temos aí as competições e a gente precisa do departamento de saúde, a gente é atendido né, mas ‘num’ é só quando a precisa né a gente poderia tá aí fazendo reuniões mensalmente né, vendo aí é inovando na, na nas... nas ações do município.” (Gestor 4)

Quanto a este aspecto de ações intersetoriais entre as diversas secretárias e/ou departamentos dos municípios, tratam de ações que demandam uma estrutura administrativa bem estabelecida, porém esta questão será discutida na próxima categoria, no item referente às políticas intersetoriais nos municípios. Vale ressaltar que o gestor acredita que esta forma de organização para implementação de ações deve partir de níveis superiores do poder público municipal, um trabalho conjunto entre as instituições que o compõe.

Diferentemente dos outros gestores, o gestor 5 relata satisfação em relação ao papel do poder público municipal, na gestão atual:

“Eu acredito que o nosso aqui, que nem eu falo pelo nosso né, o nosso aqui o papel é impressionante, tenho até que dar os parabéns pra prefeita pelo que ela vem ajudando nós no esporte, tudo que a gente pede pra ela, através de materiais, é todos... nunca deixou nós na mão né, até a gente tá arrumando aí ginásios, reformando ginásios, segundo ginásio que a gente vai reformar, reformamos o campo de futebol pra isso né, é pra ter um, pelo menos um mínimo de qualidade nesse quesito.” (Gestor 5)

Neste ponto, verificamos que o gestor aponta satisfação em relação a atual gestão municipal voltada aos aspectos de infraestrutura e de materiais para o

desenvolvimento de suas ações, apesar de serem importantes não garantem o acesso ao esporte e ao lazer. Nesta perspectiva, é necessário que haja o estímulo da sociedade no envolvimento das ações de esporte e lazer e não apenas a democratização dos espaços públicos (SAWITZKI, 2012).

Em relação ao papel do poder público municipal, o gestor 1 relata que este deve atender aos anseios da população em relação ao esporte e o lazer:

“Atingir todos os anseios, não priorizar um determinado esporte, uma determinada modalidade né acho que ter um olhar bem abrangente e social nessa condição de esporte eu penso na nossa realidade do nosso município a gente pensa em competição, rendimento, levar o nome lá fora, mas antes tentar abranger o máximo possível de pessoas que venha praticar o esporte, o lazer, enfim.” (Gestor 1)

Deste modo, seu entendimento acerca do papel do poder público, parte da compreensão do esporte e o lazer enquanto direito de cada cidadão e dever do Estado, no qual cabe a este garantir seu acesso, independente da condição socioeconômica dos distintos segmentos da sociedade, conforme Lima (2014, p. 49) “a prática do esporte e lazer está disponível a toda a sociedade, necessitando ser abordada como questão de Estado, ao qual cabe agenciar sua democratização”.

Segundo Sawitzki (2012) para atingir este processo de democratização do acesso ao esporte e ao lazer, também é papel do poder público estimular a sociedade a participar das etapas do processo de elaboração e implementação das políticas públicas, viabilizando concretizar condições da sociedade definir suas prioridades.

Conforme o autor, para que este processo realmente se efetive é necessário que as políticas públicas definam as diretrizes norteadoras das ações, das estratégias e projetos relacionados ao esporte e lazer. A partir dessas considerações nos deparamos com outro importante elemento referente à construção e execução das políticas públicas, o planejamento.

Segundo Rezende (2009, p. 175) “o planejamento é uma das funções clássicas da administração científica, é indispensável esse instrumento ao gestor municipal”. Portanto, torna-se fundamental verificar se os municípios participantes da pesquisa possuem planejamento das ações relacionadas às políticas públicas de esporte e lazer.

Deste modo, os gestores 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 9 relataram que existe planejamento das ações em suas secretarias/departamento, já o gestor 7 relatou inexistência deste instrumento em seu município. Quanto ao gestor 8, como este

assumiu a função recentemente, ainda estava analisando e estudando sua formulação, porém não o havia consolidado.

Quanto a este processo, Terra, Imênes e Pacheco (2011) relatam que a existência de um plano norteador das ações qualifica o processo de gestão, em que o planejamento estratégico deve estabelecer a missão e os valores adotados, como também as metas e objetivos que deverão ser atingidos ao longo do ano pela instituição.

Neste sentido, Chiavenato (2003, p. 167) expõe que:

O planejamento figura como a primeira função administrativa, por ser aquela que serve de base para as demais funções. O planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los. Trata-se, pois, de um modelo teórico para a ação futura. Começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível. Planejar é definir os objetivos e escolher antecipadamente o melhor curso de ação para alcançá-los. O planejamento define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que seqüência.

Portanto, sendo o planejamento uma das principais funções administrativas, na gestão de esporte e lazer, verificamos que os gestores possuem o planejamento tático de suas ações. Segundo Chiavenato (2003, p. 171) este é “o planejamento que abrange cada departamento ou unidade da organização”, nos quais apresentam como características as projeções das ações em médio prazo, em grande parte com exercício anual e que engloba seus recursos específicos, se atentando a atingir os objetivos departamentais.

Neste sentido, os gestores que relataram a existência de planejamento em sua instituição, informam que estes possuem exercício anual, exceto o gestor 4 que planeja suas ações a cada semestre do ano. Outro ponto a acrescentar é que os gestores 1, 2, 3, 4 e 8 possuem o planejamento baseado no cronograma e/ou calendário esportivo, principalmente em relação às competições municipais, regionais e estaduais:

“Sim, planejamento dentro de tudo que acontece. A gente tem sim, um planejamento no início do ano até então estamos formulando o nosso formulário de acordo com o calendário esportivo regional e estadual pra que não venha uma atividade venha atrapalhar a outra, mas existe sim esse planejamento.” (Gestor 1)

“Olha nós estamos se organizando agora na secretaria eu o João (nome fictício) aqui agora estamos se organizando, fazendo um planejamento de competições o ano todo, até ‘pro’ esporte amador aí e o esporte as criança, fazendo um projeto, agora pra trazer algum recurso da categoria de base tanto do futsal, tanto ‘pro’ voleibol, ‘pro’ futebol de campo e algumas outras modalidades.” (Gestor 8)

Sendo o esporte e o lazer direitos dos cidadãos, aos quais cabe aos governos municipais, estaduais e federal garantir a democratização do acesso a sua prática, Sawitzki (2012, p. 2) aponta “que não podemos mais conviver com políticas seletivas e excludentes, direcionadas à constituição de calendários de competições esportivas, para uma minoria da sociedade”. Portanto, o planejamento voltado às competições esportivas atende apenas as expectativas de uma minoria da população, não assegurando o acesso do direito ao esporte e o lazer.

Para mais, tendo em vista que o planejamento tático envolve o gerenciamento dos recursos da secretaria/departamento, os gestores 3, 4 e 5 apontam que o plano que norteiam as ações é realizado de acordo com as possibilidades financeiras:

“Nós temos, existe uma lei... dentro da lei o próprio programa do governo do nosso prefeito é oficializar os nossos calendários, nós já tamo vai pro terceiro ano né [...] então nos dois primeiros nós fizemos o calendário, nós estamos com o calendário já praticamente já aprovado pelo prefeito pra enviar pra câmara, são as ações vão desenvolvendo desse calendário sai um planejamento, de quanto ‘tamo’ levantando o custo né, pra gente pode desenvolver essas ações e nós vamos ter que basear dentro do orçamento, nada não adianta você criar um monte de projeto e depois não ter a estrutura pra manter, estrutura física e humana né.” (Gestor 3)

“Sim, nós temos um planejamento que a gente, ele... ele é desenvolvido de acordo com a possibilidade financeira do município, nós temos aí as participações em campeonatos regionais, temos aí as participações em jogos oficiais do Estado, tanto o JAVI's, como os Jogos Abertos, os Jogos da Juventude e também a gente tem uma parceria muito grande com o Colégio Estadual Jeremias Lunardelli, aonde que o departamento de esportes da assistência para que é o colégio é participe também dos Jogos Escolares, Piá Bom de Bola e outros esportes que a gente tem aqui interno né [...]” (Gestor 4)

Torna-se fundamental neste processo, que o planejamento considere os recursos disponíveis para a realização das ações, ou seja, estão relacionadas com o orçamento, as receitas que serão utilizadas dentro de um determinado espaço de tempo (CHIAVENATO, 2003). Portanto, é essencial considerar os aspectos orçamentários das instituições para o desenvolvimento das ações, porém ele pode se tornar também um fator limitador para a implantação das políticas públicas de esporte e lazer, pelo orçamento reduzido e incerteza de disponibilização de recursos para o desenvolvimento das ações.

Em relação aos aspectos relacionados ao planejamento de exercício anual, voltados a calendário esportivo e considerando os aspectos financeiros, se este plano não for bem estruturado, as instituições podem fracassar no que diz respeito

ao alcance das metas definidas anteriormente, como verificamos nas falas do gestor 4 e 9:

“Sim, a gente realiza no semestre né, é inclusive eu tenho em mãos aqui, a qual a gente tá participando desse primeiro semestre, a qual a gente vai participa né, depois a partir do segundo semestre a gente vem com um novo planejamento, ao qual se a gente tem condições financeiras de seguir a gente segue, mas é as competições municipais ela é realizada anualmente, essa ‘num’, essa não para.” (Gestor 4)

“É tudo ano a gente faz o cronograma [...] um cronograma já para o ano todo, aí independente se a gente conseguir cumprir né... as vezes tem algumas modalidades, algumas promoções, algumas coisas que o departamento faz, que as vezes não da para ser feita, mas aí a gente procura uma outra alternativa pra compensar aquela lá.” (Gestor 9)

Deste modo, se o gestor no planejamento de sua secretaria/departamento não considerar os aspectos financeiros, os quais atribuem condições da realização das ações, no decorrer do processo poderá não ter mais condições de manutenção dos programas e projetos executados, tampouco realizar novas ações no âmbito do esporte e lazer. Outro ponto a considerar é que o planejamento voltado ao calendário esportivo competitivo implica em uma problemática ainda maior, ou seja, ao ponto de que se priorizam as competições não oportunizam a democratização ao acesso ao esporte e o lazer enquanto direito social na gestão pública municipal.

Outro problema em relação ao planejamento é o fato deste estar ligado a outras secretarias municipais, no qual o gestor não usufrui de autonomia em seu plano de ação, como podemos verificar no caso do gestor 6 ao expor sobre seu planejamento:

“[...] a secretária de educação monta o planejamento dela e dentro do planejamento dela, eu monto os meus projetos, porque daí como eu tenho que tá dando é explicação pra ela, tenho que tá passando pra ela tudo que tá se desenvolvendo dentro do ginásio, aí ela monta um planejamento o que vai ser desenvolvido no município e dentro desse planejamento eu faço os meus projetos, aonde eu vou tá trabalhando, o que eu vou tá trabalhando, mas é dentro do planejamento da educação.” (Gestor 6)

Em relação à autonomia da instituição, Terra, Imênes e Pacheco (2011, p. 61) argumentam “O nível de autonomia para tomada de decisões em relação a outras instâncias da prefeitura pode ser crucial no bom aproveitamento de oportunidades, diminuindo o percurso burocrático para as ações esportivas”. Deste modo, a falta de autonomia da instituição pode tornar moroso o processo de implantação de ações esportivas e de lazer, pela burocracia do sistema público existente no município.

Sobre estes aspectos, Bourdieu (2004a) relata que uma das grandes questões em relação aos campos e subcampos, refere-se ao grau de autonomia que estes possuem, acrescentando a necessidade de identificar a natureza das pressões externas:

Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas (BOURDIEU, 2004a, p. 21).

Portanto, a natureza das pressões internas no caso específico deste departamento está relacionada ao fato de que esta instituição está atrelada a secretaria de educação, no qual o gestor não desfruta de autonomia para formular o planejamento de acordo com suas demandas específicas (somado as questão dos recursos financeiros) na estruturação das políticas públicas de esporte e lazer, cabendo ao mesmo identificar os mecanismos e os caminhos para alcançar tal condição, no qual uma postura ativa dentro do campo poderá possibilitar esta circunstância.

Apesar dos problemas da falta de autonomia para realizar ações identificadas como essenciais e que também considerem os anseios da população, devemos considerar neste sentido a prioridade das ações e como estão estruturadas administrativamente as políticas intersetoriais, as quais a gestão municipal pode possuir um planejamento estratégico entre os segmentos públicos, com objetivos a longo prazo.

Diferentemente dos demais, o gestor 5 relata a existência de planejamento em sua secretária, no qual está pautado na contratação de profissionais qualificados:

“A gente tem lógico que o planejamento que a gente fala é... é que nem temos a contratação destes professores, que então a gente já vem programando isso aí já um bom tempo, porque é um dinheiro que tem que ser gasto, mais tem que planeja isso aí né, então como eu falei o nosso maior planejamento é esse, é a base com profissionais qualificados pra isso né.” (Gestor 5)

Verifica-se que o gestor relata a necessidade de utilização dos recursos disponíveis para a contratação destes profissionais, em que pode estar associando a qualificação destes como forma de cumprir as tarefas necessárias dentro das ações estipuladas no planejamento, à atingir as metas e objetivos estabelecidos. Entretanto, como visto anteriormente não há dentro da secretaria uma política de

formação profissional de seus agentes, no qual esta contratação poderia estar associada ao perfil de profissional que desejam (elementos estes que serão discutidos na próxima categoria ao abordar a questão da contratação dos profissionais). Estes fatores também estão associados ao orçamento de sua secretaria e a importância atribuída pelo poder público municipal em relação ao esporte e o lazer em seu município, visto através da satisfação do gestor em relação ao suporte prestado pelo poder executivo municipal.

De forma geral, verificamos que os gestores apontam apenas o modelo de planejamento que é executado, limitado às questões orçamentárias e para o plano de ações anuais, o que pode ocasionar a ausência de políticas de longo prazo, de maior complexidade que envolve o esporte e o lazer. Neste sentido, nota-se também a carência de diretrizes para se alcançar os objetivos de seus programas e projetos.

Nesta perspectiva, em relação ao planejamento, podemos considerar que este não deve assumir características restritivas, no qual este elemento na gestão de políticas públicas é fundamental na obtenção de melhores resultados, devido ao processo de antecipação da ação final, em que também pode preceder os meios essenciais para se atingir os resultados, no qual possibilita realizar os ajustes dentro do tempo estabelecido de forma a aumentar seu sucesso (TERRA, IMÊNES; PACHECO, 2011).

Portanto, o planejamento é um recurso extremamente importante para qualificar a gestão, o que permite realizar correções no decorrer das atividades, readequando-as no intuito de se alcançar os objetivos. Assim, como propõe Chiavenato (2003) a definição dos objetivos deve ser o passo inicial em todo o processo, ou seja, identificar onde se pretende chegar para se estabelecer a forma de como se alcançar:

Objetivos são resultados futuros que se pretende atingir. São alvos escolhidos que se pretende alcançar dentro de um certo espaço de tempo, aplicando determinados recursos disponíveis ou possíveis. Assim, os objetivos são pretensões futuras que, uma vez alcançadas, deixam de ser objetivos para se tornarem realidade (CHIAVENATO, 2003, p. 168).

Neste sentido, torna-se importante verificar quais são os objetivos e/ou prioridades das políticas públicas de esporte e lazer, para verificar se o planejamento encontra-se em consonância com a finalidade de suas ações. Nessa perspectiva, os gestores 4, 6, 8 e 9 relatam que suas ações priorizam os aspectos socioeducativos:

“O principal objetivo nosso é fazer com que os nossos jovens, as nossas crianças tenham um... tenham uma vida saudável, porque sempre ressaltar

que os municípios pequenos, ele 'num' tem muito atrativo, então é se a gente não se apega ao esporte, essas crianças, esses adolescentes ficam vulneráveis né, a outro tipo de vida [...] então o objetivo nosso sempre é dar a atividade física 'pras' crianças, desde quando ela começa já a engatinhar vamos supor, o futebol a gente já tá trabalhando com as nossas crianças, pra que ela fique com a gente entendeu, que ela num tenha outra ideia de sai pra outra vida, entendeu.” (Gestor 4)

“Tirar as crianças das ruas é a o que eles... a gente trabalha juntamente com o CRAS e com o CRESS [...] os dois da assistência social.” (Gestor 6)

“É integrar a população do... é matéria, é esporte, é caminhada, é fazer ter e incorporar as crianças, também como a gente aqui tem escolinha né e as pessoas também da sociedade né, igual aqui temos a pista de atletismo, fazer caminhada né... tentar colocar a população também integrada com isso ai com o lazer e o esporte.” (Gestor 9)

Desta forma, verificamos que as prioridades das políticas públicas de esporte e lazer são baseadas nos aspectos socioeducativos, se corroborando em determinado momento com as concepções de esportes apresentado pelos mesmos, no que se refere à manifestação do esporte de participação e educação, assim como seus aspectos salvacionistas, e, em relação às concepções funcionalistas e ao conteúdo físico e esportivo do lazer.

Em relação às prioridades apontadas pelos gestores verificamos incoerência administrativa em relação ao planejamento citado anteriormente, no qual está voltado ao calendário esportivo, principalmente relacionado às competições, ao ponto de que este plano de ação está canalizado a manifestação do esporte de rendimento e em alguns casos o esporte de participação, não priorizam unicamente os aspectos socioeducativos.

Neste sentido, o gestor público de esporte e lazer, sendo responsável pelo gerenciamento da prática esportiva em suas múltiplas manifestações na gestão pública, não pode agir de forma irresponsável e utilizar o aparelho do Estado como forma de atender apenas um segmento esportivo, em detrimento as outras manifestações que compõem este universo (GALINDO, 2006).

Quanto as prioridades das políticas públicas, os gestores 2 e 3 relatam que estão voltadas para o desenvolvimento esportivo:

“O objetivo meu mesmo é manter o esporte vivo né... na cidade, desenvolvendo da categoria, desde os quatro anos ao término do sessenta anos, é o desenvolvimento do esporte dentro do município.” (Gestor 2)

“Eu acho que a prioridade nossa pode colocar primeiro é o desenvolvimento do esporte né, através dos projetos, os treinamentos de escolinha, nós não temos muitas, mas temos algumas [...] os jogos do Vale do Ivaí são muito importante por causa da cultura, o trabalho dos jogos escolares a gente trabalha também nas escolas né, além de atuar assim de forma recreativa

com a população, lazer... então isso aí são formas são prioridades que a gente tem na qualidade de vida, na qualificação dos nossos funcionários é uma prioridade né e além de tudo os gastos que nós temos manutenção dos ginásio, é a aquisição de material esportivo tudo esse entra, mas não como prioridade número 1, prioridade número 1 é já o importante é você ter equipe pra trabalhar, pra desenvolver... prioridade.” (Gestor 3)

Verifica-se que o gestor além de priorizar o desenvolvimento do esporte, acrescenta outras prioridades, relacionado à infraestrutura e a equipe profissional para a realização das ações. Entretanto, os dois gestores apontam que o objetivo principal é o desenvolvimento do esporte, no qual o lazer é relegado à segundo plano, provavelmente pelo fato dos gestores não possuírem entendimento claro acerca deste conteúdo que implica não torná-lo prioridade nas ações municipais.

Do mesmo modo, o gestor 5 não apresenta o lazer como prioridade nas políticas públicas, porém o objetivo de suas ações está diretamente voltado ao esporte de rendimento, no desenvolvimento das categorias e o crescimento e fortalecimento das equipes principais:

“Bom o nosso objetivo é pensar que é possível, lógico a gente trabalha ‘cá’ base ‘pro’ município crescer no futuro em matéria de esporte de... nesses campeonato municipais, que nem o JAVI's que a gente já foi várias vezes campeão do JAVI's, então é o nosso, nosso trabalho de base vem por causa disso, a gente vê caindo um pouco aí, por causa disso, porque o pessoal foi ficando velho e ‘num tava’ substituindo a altura né, então a gente tá focando nisso aí, nesse trabalho pra... pra médio e longo prazo, a gente já deter um time, tanto de... de todas as áreas, no futebol, basquete, vôlei e agora estamos mexendo aí com o vôlei de areia, atletismo. Então todos os, essas áreas vão ter profissionais que se identificam mais com essas áreas, pra nós ter essa base no futuro aí de médio a longo prazo.”

Desta forma, verificamos conformidade dos objetivos definidos em sua gestão e o planejamento adotado, que está respaldado na contratação de profissionais qualificados para cada área de atuação. Entretanto, verificamos contradições acerca do entendimento sobre o esporte, no qual o gestor apresentou uma concepção salvacionista e os objetivos das políticas públicas voltados para o esporte de rendimento que tem por característica ser excludente.

Esta prioridade voltada ao esporte de rendimento e também ao planejamento direcionado ao calendário esportivo competitivo, apresenta resquícios de uma característica de intervenção estatal conservadora, em que o parâmetro central da estrutura esportiva é baseado no modelo piramidal, no qual sua base e o centro têm por finalidade atingir os objetivos do ápice da pirâmide, onde se encontra o esporte de rendimento, ou seja, atribui sustentação ao esporte de alto rendimento (CASTELLANI FILHO, 2013).

No entanto, o que podemos observar em certo momento é a inversão deste modelo, no qual há o fomento apenas do esporte de rendimento, que eventualmente poderá acarretar diversas consequências, conforme Galindo (2005, p. 54):

Caso o governo fomente suas políticas públicas apenas no esporte de rendimento, inevitavelmente haverá imediato desamparo nas esferas escolares e comunitárias, provocando redução gradual da sustentação dos resultados atléticos, pela falta de renovação, devido ao elevado grau de exclusão, proveniente do processo seletivo desta dimensão esportiva e da redução da base de praticantes efetivos oriundos das escolas e espaços públicos.

Outro ponto a considerar, é que ao adotar o modelo piramidal, no qual objetiva unicamente atribuir sustentação ao esporte de alto rendimento, não garante que as ações em sua base e em seu centro se voltem para democratização do acesso à prática esportiva. Para avançar nestas questões, Bracht (2011, p. 95) assinala:

Assim, uma primeira indicação para uma política pública para o setor de cunho democrático é superar finalmente a idéia da pirâmide e sua perspectiva implícita de que o sistema esportivo teria como finalidade produzir atletas campeões, idéia que, por incrível que pareça, permanece firme na mente da maioria dos políticos, no senso comum político, e é usada e afirmada pelo sistema esportivo nacional e internacional porque essa lhe é fundamental; não para recrutar melhores praticantes, como é o discurso, mas para a socialização do exército de consumidores de seu produto e seus subprodutos.

Este rompimento com o modelo piramidal, parte do entendimento do esporte enquanto patrimônio cultural da humanidade, nas quais as políticas públicas possibilitem de fato o acesso ao esporte para toda a população, independente de classe social, *status* social e nível socioeconômico, permitindo a apropriação desta prática, que por si só deveria se justificar enquanto fenômeno social (CASTELLANI FILHO, 2013).

Caminhando na identificação dos objetivos das políticas públicas, verificamos que o gestor 1, pelo fato de ser formado em Educação Física e apresentar um entendimento amplo acerca do esporte, relata que as prioridades de suas ações abrangem as três manifestações esportivas:

“O que é priorizado como acabei de comentar agora pouco ter o maior número possível de pessoas, independente de faixa etária e classe, esse é o nosso principal objetivo [...]. Sociais, educacionais, rendimento, nosso ainda é não tem como deixar de lado né, porque é uma consequência e a até se... a gente é cobrado por isso também, mas o nosso propósito de trabalho a princípio... é abrange o social, educacional e consequentemente o rendimento.” (Gestor 1)

Nota-se que o gestor 1 relata que as políticas públicas envolvem as três manifestações esportivas, no qual ressalta que não tem como descartar o esporte de rendimento, pelo fato de ser cobrado possivelmente pelos praticantes e também pelo poder legislativo e executivo municipal, fato este que pode conduzir para que o planejamento esteja voltado ao calendário esportivo regional e estadual.

Neste sentido, buscando estabelecer relação com a autonomia do subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, podemos considerar que estas cobranças são as pressões externas que influenciam diretamente no planejamento das ações. Conforme Bourdieu (2004a) as pressões externas, independentes de sua natureza, são executadas por intermédio do campo, nas quais são empreendidas pela lógica do mesmo, em que é possível verificar a autonomia deste, por meio de sua capacidade de refratar estas pressões e demandas.

Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução (BOURDIEU, 2004a, p. 22).

Neste sentido, ao almejar a democratização do acesso às políticas públicas de esporte e lazer, cabe ao gestor ser capaz de retraduzir tais pressões no sentido de avançar na legitimação deste subcampo. Entretanto, caso estes agentes políticos assumam uma postura de passividade, serão dominados pelo poder simbólico:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2009, p. 11).

Neste sentido, podemos perceber que a cobrança por esporte de rendimento está associada aos sistemas simbólicos na gestão pública municipal, estando atrelada ao retorno que o sucesso nessas ações pode fornecer ao sistema político, como aponta Bracht (2011, p. 94):

Com isso, o parceiro de interação do Estado, para assuntos de esporte, sempre foi a organização ou os elementos do sistema esportivo nacional construído exatamente para tal. Assim, hoje existe uma dificuldade enorme do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial e, também, a enorme dificuldade de superar o modelo da pirâmide, que coloca como coroa do esporte a obtenção de resultados internacionais (estaduais ou municipais) expressivos, porque é dessa forma que o retorno em termos de capital simbólico, traduzível em capital político, para o sistema político, se efetiva. Massificar, sim, para termos mais heróis!

Deste modo, as pressões advindas de setores que possuem maior poder dentro da hierarquia organizacional da gestão pública municipal, podem exercer dominação simbólica no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, impondo aos seus agentes relações objetivas para a execução de um plano de ação voltado ao esporte de rendimento, reforçando as relações de poder dentro desta estrutura, como forma de adquirir capital simbólico e político que atribuem visibilidade a este sistema.

Sobre os aspectos de dominação simbólica, verificamos que o gestor 7, não apresentou claramente o objetivo e as prioridades das políticas públicas de suas instituição, razão esta que pode justificar a ausência de planejamento na instituição em que exerce sua atividade profissional, o que compromete todo o processo de elaboração e implantação de políticas públicas de esporte e lazer.

Sobre estes aspectos relacionados à dominação simbólica e a autonomia do campo, Bourdieu (2004a) relata que a heteronomia de um campo, ou seja, as leis e condições as quais os agentes se submetem, são marcadas, sobretudo, em razão que os problemas exteriores, especialmente os problemas políticos, são onde se exprimem diretamente. Assim sendo, encontramos aproximações com impressões propostas por Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013, p. 790):

No caso das políticas públicas de esporte e lazer, tem-se a impressão que o subcampo onde se formula e se implementam as políticas é marcado por uma grande heteronomia, uma vez que as coações externas são constantes em seu funcionamento.

No entanto, os autores relatam que o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer não pode ser visto como algo estanque e imutável, pois podem ocorrer mudanças principalmente pelo agir dos agentes. Neste sentido, tomando como referência o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2004b, p. 98, grifo do autor):

O *habitus*, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso, a sanção associada a uma determinada transgressão), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias.

Nesse sentido, as circunstâncias aqui entendidas como as cobranças existentes dentro do subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, ao esporte de rendimento, fazem com que gestores apresentem uma regularidade de conduta

no direcionamento de sua prática profissional, em relação ao planejamento das ações nas secretarias/departamentos.

O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (BOURDIEU, 2008, p.21).

Neste sentido, o *habitus* é o produto da incorporação da necessidade objetiva, no qual é tomada como virtude, vindo a produzir estratégias, porém não pode ser considerado produto de aspirações conscientes, em que sua finalidade parte do conhecimento das condições objetivas, tampouco da determinação mecânica de causas, sendo então objetivamente ajustados à situação (BOURDIEU, 2004b).

Portanto, a partir deste entendimento, podemos considerar como *habitus* dos gestores públicos municipais, adotar o planejamento das ações diretamente direcionado ao calendário esportivo competitivo, priorizando desta forma o investimento no esporte de rendimento nas ações municipais, em detrimento as outras manifestações esportivas e os diversos conteúdos do lazer.

7.5 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A estrutura administrativa dos departamentos e/ou secretarias municipais de esporte e lazer apresenta importante atribuição na articulação do processo de organização e participação popular nas discussões das políticas públicas deste setor, da mesma maneira na gestão e efetivação das diversas ações oferecidas à comunidade (SAWITZKI, 2012).

Desta maneira, torna-se importante identificar primeiramente a estrutura burocrática das instituições provedoras de políticas públicas de esporte e lazer dos municípios participantes da pesquisa, em relação às Secretarias e Departamentos.

Neste sentido, apenas os municípios de Cândido de Abreu e Manoel Ribas são Secretárias de Esporte e Lazer, porém o primeiro abrange conjuntamente outra área de intervenção social, o turismo. Já os municípios de Grandes Rios, Ivaiporã, Lunardelli, Nova Tebas, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, são Departamentos de Esporte e Lazer. Para mais, apesar de serem departamentos,

apenas as instituições de Nova Tebas e São Pedro do Ivaí estão subordinadas a outra Secretaria (de Educação e Cultura), os demais gestores não relataram que seus respectivos departamentos estão atrelados a outros segmentos da gestão pública municipal.

Dentro desta perspectiva, Mezzadri et al. (2007) relatam que o Esporte e o Lazer podem ser entendidos como fator educacional para estar ligado a Secretaria Municipal de Educação. No entanto, em relação à ligação das Secretarias e os Departamentos de Esporte e Lazer com esta e outras áreas de intervenção, os autores apontam que esta carência de direção apresenta uma lacuna na definição conceitual desta área de conhecimento e na estrutura administrativa das prefeituras, no qual ressaltam que atualmente as ações são pautadas prioritariamente pelas aspirações de seus dirigentes.

Além da estrutura burocrática, torna-se fundamental averiguar qual a estrutura organizacional destas secretarias e departamentos, referentes ao quadro de profissionais e como ocorre o processo de contratação dos mesmos. Deste modo, os municípios que possuem equipe de trabalho com professores e funcionários, são Cândido de Abreu, Ivaiporã, Lunardelli, Manoel Ribas e São Pedro do Ivaí, de acordo com as informações fornecidas pelos gestores.

Neste sentido, estes municípios apresentam o quadro de funcionários com maior nível de complexidade burocrática, sendo composto pelo secretário/chefe ou diretor de esportes, profissionais de cargos administrativos, professores/técnicos e funcionários responsáveis pela manutenção da infraestrutura.

Já os municípios de Grandes Rios, Nova Tebas, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí, não possuem uma equipe para trabalhar em seus respectivos departamentos, no qual tem apenas um ou outro funcionário de outros compartimentos públicos para auxiliar em alguns serviços:

“Eu trabalho só né, num tenho uma equipe que trabalha comigo, embora quando eu preciso alguns professores de educação física formados me auxiliam.” (Gestor 2)

“Os funcionário que tem é eu e esse rapaz que trabalha na tributação, ele só ajuda eu na parte da área de campeonato, o único funcionário que tem é eu.” (Gestor 7)

Em relação ao gestor de São João do Ivaí, como ele acaba de assumir a função de gestor do departamento, não apresentou o quadro de funcionários apenas expos as perspectivas em relação aos profissionais a serem contratados:

“Não, ainda não, a gente tá correndo atrás pra contrata um professor ‘pro’ campo [...] pro futebol, de futsal, vôlei e tem mais umas duas pessoas umas 4 a 5 pessoas a gente tá correndo atrás, pra gente fazer esse acerto.” (Gestor 8)

No que tange ao processo de contratação dos profissionais, nos municípios de Cândido de Abreu, Ivaiporã, Lunardelli, Nova Tebas, Rosário do Ivaí e São Pedro do Ivaí, ocorre por meio de contrato e concurso público. Já os gestores de Grandes Rios e São João do Ivaí desconhecem os procedimentos de contratação adotados pela gestão pública municipal.

Referente aos modelos de contratação, Nogueira (2012, p.81) define o concurso público como:

Procedimento estabelecido como requisito para a nomeação em cargo ou emprego público, ressalvados os cargos de provimento em comissão, além de outros expressamente previstos no texto constitucional. Por meio de concurso de provas, ou de provas e títulos, a administração pública assegura tratamento isonômico a todos os interessados em atuar no serviço público, bem como escolhe, de forma imparcial e objetiva, os mais aptos e capacitados ao exercício de cada função.

Deste modo, o concurso público pode ser caracterizado como o procedimento que garante direitos iguais aos interessados em trabalhar no serviço público, mediante as técnicas de seleção tem por objetivo escolher os mais capacitados em cada função pública. Diferentemente, o contrato como aponta Batista (2012) pode ser entendido como um documento que oficializam uma relação contratual, podendo estar presente tanto no âmbito público quanto particular. Para mais, representam os acordos entre as obrigações assumidas entre as partes contratantes, de forma recíproca ou por apenas uma das partes.

Diferentemente dos demais, a Secretaria de Esporte e Lazer de Manoel Ribas contrata seus funcionários através de licitação de uma empresa privada, sendo esta responsável pela contratação dos profissionais:

“A contratação se dá pelo, a gente faz a licitação da empresa né, e a empresa que ganha a contratação destes profissionais, ela contrata os profissionais nas áreas que a gente deseja.” (Gestor 5)

Neste momento, verificamos coerência entre o planejamento adotado pela secretaria e o modo de contratação dos profissionais, ou seja, a empresa licitada é responsável pela contratação de profissionais que se enquadrem nas especificidades demandadas pelas ações propostas pela instituição. Em contrapartida, diferentemente do concurso público este modo de contratação pode não prevalecer da imparcialidade na escolha de seus profissionais. A partir destes

panoramas torna-se difícil apontar qual o modelo ideal de contratação, que de fato forneça um quadro profissional que atenda as demandas das ações públicas de esporte e lazer.

Portanto, convém destacar que tanto a quantidade adequada em resposta às demandas das ações municipais, quanto à qualidade no que diz respeito à especificidade de formação e capacitação dos profissionais, são elementos que constituem uma base importante para o desenvolvimento de políticas públicas, além de ser indispensáveis na gestão para o fortalecimento sócio-cultural-econômico da sociedade (MENEZES, 2009).

Outro aspecto importante e que interferem diretamente no curso de ação do gerenciamento das políticas públicas de esporte e lazer, refere-se à participação popular na discussão e elaboração das ações. Neste sentido, são os cidadãos os conhecedores das necessidades regionais e os problemas a serem combatidos, de forma que ao se instituir a participação direta dos agentes envolvidos neste processo, pressupõe que o conhecimento populacional impulsionará o processo de elaboração das políticas (TERRA, IMÊNES E PACHECO, 2011).

Deste modo, verificamos que os gestores 1, 2, 3, 4, 5 e 6 apontam que a participação popular ocorre mediante conversas informais durante algum evento e/ou reuniões que antecedem alguma ação promovida pela Secretaria/Departamento de Esporte e Lazer, mediante realizações de reuniões com os interessados, na maioria das vezes anterior a alguma competição esportiva:

“A todo campeonato é futsal, campo, o feminino, masculino, infantil, adulto, a gente já no regulamento na hora do congresso técnico reuni um... um pessoal pra fazer esse debate até pra discutir a respeito do mesmo.” (Gestor 2)

“Se a gente for realizar uma competição é, é convocado né os interessados, todos os interessados, a gente é, é explica o objetivo da competição, a gente explica é todos em detalhes né, regulamento a parte de... é burocrática, a parte disciplinar, num todo na competição, num todo a gente convida e são todos participativos.” (Gestor 4)

“Não, isso a gente não tem, a gente escuta eles, porque a gente tem bastante é, é vamos dizer, bastantes jogos, bastante competições municipais né, então a gente nesses jogos a gente vai conversando com o povo e eles vai falando e a gente vai aceitando lógico, a maioria das coisa que a gente fez hoje é... é modernizando foi através dessas conversas que tem né, nesses campeonatos, nesses jogos, que a gente vai conversando, e vai colocando em prática.” (Gestor 5)

Já os gestores 7 e 9, apontam inexistência de participação popular nas discussões e elaboração das políticas públicas. Neste sentido, verificamos a falta de

um mecanismo estruturado, que permita a participação popular nas discussões acerca do rumo destas políticas. Tal fato se evidencia ao questionar sobre a existência de Conselhos Municipais de Esporte e Lazer que proporcionam o exercício da democracia direta nas ações deste segmento público, os quais são inexistentes em todos os municípios pesquisados.

Deste modo, em relação à democracia direta a criação dos conselhos representa “uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento das instituições democráticas, reviravolta esta que pode ser sinteticamente resumida numa fórmula do seguinte tipo: da democratização do Estado à democratização da sociedade” (BOBBIO, 2003 apud STAREPRAVO; MEZZADRI, 2013, p.79).

Apesar da inexistência destes conselhos nos municípios, os gestores 3 e 8 apontam a importância desta junta e da participação nas políticas públicas de esporte e lazer:

“[...] eu acho um conselho muito importante, municipal do esporte, porque vai dar aval pra você trabalha, porque você faz um projeto passa lá, eles dão o aval você tá tranquilo, porque já foi fiscalizado [...].” (Gestor 3)

“olha eu acho que você abrir pra todo mundo da sua opinião né... é ver o que que é melhor para o município, pra nossas crianças e adolescentes ou um esporte geral ou um amador que seja [...] se a população toda participa eu acho que é de suma importância pra que... porque você vai ter um conhecimento mais ou menos do que a população pensa e o caminho que você vai direciona as coisa né, então eu acho que a opinião da população é muito importante.” (Gestor 8)

Neste sentido, Terra, Imênes e Pacheco (2011) apoiados em Mezzadri (2006) relatam que a criação de conselhos municipais é importante, pois consolidam a democracia direta e auxiliam a sociedade, em razão de que a participação do cidadão e o controle exercido por estes nas ações políticas, resultam no fortalecimento da democracia e a representatividade social, utilizando-se deste exercício para fiscalizar e propor projetos, no qual o conselho poder assumir características consultivas ou deliberativas.

Quanto a participação popular, o gestor 1 aponta as dificuldades de sua gestão em mobilizar a população a participar das discussões das ações:

“[...] a gente tem uma grande dificuldade na nossa região pra conseguir reuni as pessoas pra debate algo que venha trazer benefícios pra elas mesma, então é difícil o que a gente faz é ir até a comunidade reunir e conversa e tenta solucionar os problemas com algumas ações é isso que a gente faz, teve até um conselho do turismo, que o turismo tá agregado a nossa secretaria é difícil, mesmo as pessoas que gostam, faz parte do turismo não vão, não buscam... então é difícil de reunir esse pessoal, então a gente vai mesmo na comunidade.” (Gestor 1)

Nesta perspectiva, o gestor público é responsável por mobilizar toda a sociedade para debater as questões inerentes à elaboração de políticas públicas para o esporte e o lazer, visando atender a todos os cidadãos e de forma à considerar todas as diferentes manifestações de acesso, visando diminuir as desigualdades e várias formas de segregação social (SAWITZKI, 2012).

De maneira geral, verificamos um modelo de gestão tradicional, em relação ao esporte e ao lazer nos municípios pesquisados. Conforme Spink (1993) citado por Starepravo e Mezzadri (2013, p. 80) com relação a este modelo:

[...] trata-se de uma gestão constituída de forma autoritária, ou seja, a gestão acontece a partir da centralização do poder governado pelos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população. A representação dos cidadãos nas tomadas de decisões do governo não ocorre diretamente, pois há que se considerar que a sociedade nem sempre tem condições ou acesso ao confronto político de forma democrática com oportunidades iguais.

A partir deste panorama, verificamos contradições acerca das competências citadas pelos gestores em relação ao canal de comunicação com a sociedade, ao ponto de que se não existe um sistema consolidado que permita a participação popular na discussão e elaboração das políticas públicas de esporte e lazer, este papel do gestor não vem sendo desempenhado de forma à se alcançar a democracia direta desejada nestas ações.

A partir destas considerações somadas à questão da falta de um quadro profissional que atribuem suporte para as demandas das ações municipais, verificamos que o modelo de gestão se corrobora ao encontrado por Starepravo e Mezzadri (2013, p 80) na pesquisa sobre a gestão pública de esporte em municípios no Estado do Paraná, ao qual indicam que “a elaboração das ações ocorre pela demanda e vontade dos dirigentes, sem planejamento predeterminado e sem a participação direta da sociedade na construção das políticas públicas”.

Caminhando no sentido verificar os elementos que compreendem a estrutura administrativa, cabe ressaltar a importância dos recursos financeiros no processo de planejamento das ações, visando verificar se o mesmo é suficiente para o desenvolvimento do esporte e lazer nos municípios.

Deste modo, apenas quatro gestores souberam relatar a orçamento anual destinado à secretaria/departamento de seu município, sendo que apenas dois souberam relatar o valor percentual do orçamento geral do município.

Tabela 1: Orçamento dos municípios da pesquisa

Município	Orçamento anual	% OGM
Cândido de Abreu	R\$ 300.000,00	2,5 % à 3%
Ivaiporã	R\$ 1.000.080,00	1%
Manoel Ribas	R\$ 1.000.000,00	Desconhece
Rosário do Ivaí	R\$ 25.000,00	Desconhece

Legenda: %OGM= Percentual do Orçamento Geral do Município.

Fonte: O autor (2015).

Os demais municípios desconhecem os valores repassados aos seus departamentos (o gestor de São João do Ivaí não soube atribuir informações concretas por ter assumido a função recentemente). Neste momento, verificamos que os gestores de Nova Tebas e de São Pedro do Ivaí, pela estrutura burocrática de seus departamentos, subordinadas a outra secretária do município, ficam dependentes da liberação dos recursos por parte da instituição ao qual está agregada:

“Por ser da educação ‘num’ cheguei a pesquisar os valores que vem só pro esporte, porque vem junto com a educação, aí dentro da educação ela separa um pouco, mas também nunca cheguei a fala assim, quanto que vem para o esporte?” (Gestor 6)

“Olha eu... porque vem pelo, aqui é departamento de cultura, educação e esporte então eu... que eu saiba eu não tenho, a renda que eu tenho aqui, no caso seria os alugueis dos horários, que são estes assim que ficam pro departamento, que aí o departamento que através da renda, a gente compra alguma coisa e quando a gente precisa de alguma coisa a gente passa pro secretário de educação e ele vai encaminha ‘pro’ departamento de compra aí auxilia a gente na nossa compra aqui, material esportivo, então ai faz através deles.” (Gestor 9)

Nota-se que ambos os municípios ficam reféns da disponibilização de recursos, do mesmo modo que os demais municípios, pois quando necessitam ficam dependentes da liberação de recurso por parte da prefeitura:

“Na verdade o esporte, o prefeito apoia muito o esporte em termos de promove o evento, mais ainda não existe uma licitação pra mim trabalha durante o ano, não saiu ainda e convenhamos que despesa não pode ser feita só por ano né, então a maioria das vezes dificulta o trabalho.” (Gestor 2)

“Não, num tenho, porque ele o departamento, ele trabalha com recurso livre do município né [...] eu tenho uma licitação que ela é feita [...] então diante destas licitações é dependendo das necessidades do departamento de esporte tem e vou até a parte financeira e vejo se tem condições de adquirir aquele material, se tem condições da gente é realizar aquela competição, porque o custo da competição com arbitragem tudo vai ser x, então eles que me passam o ok ou não.” (Gestor 4)

Neste sentido, verifica-se a ausência de execução orçamentária mínima destinada ao esporte e ao lazer, por parte do poder público, corroborando ao apontado por Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015, p. 6):

Outro fator que influencia no acanhado nível de execução orçamentária nas políticas de esporte e lazer diz respeito à ausência de recursos e gastos de natureza obrigatória. Diferentemente de outros direitos sociais (saúde, educação e assistência), o esporte e o lazer não têm execução mínima garantida por norma legal, bem como não possuem uma vinculação a um percentual mínimo do Produto Interno Bruto (PIB).

Conforme os autores, isto se refere a um problema nacional, no qual o sistema brasileiro adotou o orçamento do tipo misto, em que é concebido por meio da interação entre os poderes Executivo e Legislativo, onde o primeiro é encarregado por sua elaboração, a partir dos planos e programas do governo. Depois de concluído, o Poder Legislativo é responsável por sua aprovação, rejeição ou modificação.

Dentro desta perspectiva, procuramos verificar se os valores repassados as secretarias/departamentos de esporte e lazer são suficientes para o desenvolvimento das ações. Sendo assim, os gestores 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 9 relataram que os recursos não são suficiente para a demanda das ações que almejam, prejudicando e dificultando o desenvolvimento das ações. Quanto ao gestor 8, pelo fato de ter recém ingressado na função, não tinha propriedades para atribuir informações sobre tal questão. Deste modo, apenas o gestor 5 relatou que os recursos disponíveis atendem tranquilamente todas as demandas da Secretaria de Esporte e Lazer.

Nesta direção, Starepravo e Mezzadri (2013) apoiados em Castellani Filho (1999) relatam que os governos dos municípios dos Estados brasileiros, destinam por volta de 0,4% de seus recursos para os segmentos da cultura, do lazer e o esporte. Para mais, os autores acrescentam que este quantitativo é inferior a demanda necessária para o desenvolvimento de ações efetivas neste campo.

Podemos então afirmar que o poder público destes municípios não situam o esporte e o lazer como prioridades em sua agenda política, pela carência de destinação de recursos à estas secretarias/departamentos, podendo não compreender o esporte e o lazer enquanto instrumento que proporciona o desenvolvimento humano e social, salvo o município de Manoel Ribas, pela satisfação apresentada pelo gestor em relação ao poder público municipal e pelos

recursos que atendem as todas as necessidades para o desenvolvimento de suas ações.

A partir deste conjunto de informações, além da carência de recursos, verificamos que estes são destinados principalmente para o esporte de rendimento, especificamente para sediar e participar de competições:

“[...] olha se for conta tudo o custo, o quadro de funcionário e mais o menino que trabalha que cuida do ginásio, em questão de salários, mais encargos, fica bem apertado o orçamento, porque se você tem um orçamento vem recheado você pode expandir, assim a gente tem que ter um pouco de equilíbrio e dosar em algumas coisas, tá contando você, tá saindo com 30, 40 crianças aí em uma competição, você tá gastando com alimentação, uniforme, com material esportivo e daí durante o ano todo, nós temos assim um volume intenso nas participação, nós participamos mesmo agora nesse último ano, nós participamos muitos de jogos, atividades regionais e nossos campeonatos também são tem é no nosso orçamento tem uma votação orçamentária que a gente premia com valores os campeões dentro das principais competições dentro do município, então isso também entra no orçamento e a gente tem atividade o ano todo e de repente daqui pra frente tem essa questão, mas ‘tá’ nessa faixa.” (Gestor 1)

“[...] tudo o que é gasto, entra ali uma viagem de uma equipe, o óleo vai sai, que você gasta sai dali, desde o salário dos técnicos nossos [...] não é pra pagar muito gasto é lógico que tem é planejado e colocado dentro dos vamos supor jogos aberto do Vale do Ivaí eu tenho um orçamento pra mim poder gasta lá, tenho que leva os atleta, tenho que dá uniforme, tem que paga inscrição.” (Gestor 3).

“Porque só pra você faze um campeonato ‘pros’ adultos, gasta em torno de 8 mil reais só com a arbitragem, fazer três uniformes, como nós fez ano passado, pros distrito... Boa Vista, Campineiro e um aqui e a APAE, fico... acho que três mil, isso já vai pra 11, você participa ‘dum’ jogos, igual nós foi no bom de bola, você tem transporte, nós fez um campeonato de veterano, nós gasto mais uns 4 conto. Aí compra mais um material esportivo, que nem nós compro bola, eu acho que 10 bola, mais mil e poucos reais. Quando chega no final não dá, já foi tudo o dinheiro só nessa parte, entendeu.” (Gestor 7)

Basicamente os recursos são destinados às políticas que se resumem a campeonatos, jogos de camisa, custos com arbitragem, dentre outros. Desta forma, ao privilegiar um grande montante de recurso às competições esportivas, denota-se uma discrepância aos aspectos legais, previstos no Art. 217 da Constituição Federal que prevê “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o do desporto de alto rendimento” (BRASIL, 1988).

Observa-se desta maneira, contradição entre as prioridades das políticas públicas apontadas pelos gestores, aos aspectos socioeducativos do esporte. No entanto, verifica-se consonância com o planejamento voltado ao calendário esportivo

competitivo, reforçando que o privilégio de investimento nas políticas públicas está direcionado ao esporte de rendimento.

Neste aspecto, considerando a falta de participação popular, a subordinação das instituições em relação ao orçamento e a destinação de recursos as competições esportivas, nota-se um espectro de administração centralizadora das políticas públicas. Sobre esta questão, Terra, Imênes e Pacheco (2011, p. 65) apontam a alternativa para alteração deste panorama:

Uma administração pública centralizadora e hierárquica por vezes atrapalha o bom desenvolvimento das ações pelo excesso de burocracia. Uma política pública moderna e eficiente tem características intersetoriais que transformam o caráter de subordinação em agregação, facilitando os processos de elaboração e execução de ações que beneficiam a população de um município ou de uma região: as políticas públicas em rede.

Portanto, as políticas intersetoriais se tornam uma importante ferramenta de intervenção da gestão pública, no sentido de se conquistar resultados efetivos nas ações realizadas. Desta forma, procuramos evidenciar se os gestores consideram que a gestão de esporte e lazer deve ser desenvolvida atrelada a outras secretarias e departamentos de seu município.

De modo geral, todos os gestores consideram importante a realização de políticas intersetoriais, envolvendo diversos segmentos da gestão pública:

“Ah sim é, eu acredito que ela tem que ser, tem que ser feito um intercâmbio com todas entendeu, porque o que a gente precisa da... das outras secretarias sempre tem um respaldo deles sabe, mas é eu acredito que deveria ter mais união entre as secretarias, porque se você trabalha com esporte, você tá trabalhando com saúde, você trabalha educação, trabalha o ser humano num todo, então teria que ter mais união[...] mais intercâmbio voltado para a sociedade, reunindo todos os departamentos existentes no município.” (Gestor 4)

“[...] tinha que ter mais parceria e essas parcerias que você falo é muito importante eu acho é a parceria secretaria de saúde, secretaria de meio ambiente, acho que de tudo se você tem parceiros, você tá globalizando... eu, você tá com toda sociedade pra que aquilo ali é importante [...] é mais fácil você ter parceiros e fazer um grande trabalho, a parceria é muito importante.” (Gestor 8)

Segundo Bonalume (2011) as políticas intersetoriais tornam-se uma possibilidade de articulação dos conhecimentos e as ações, buscando obter resultados sinérgicos sobre situações complexas, resultando diretamente na alteração do impacto das políticas, ou seja, são mais efetivas e capazes de contribuir com a diminuição das desigualdades e com o bem estar social, assim como romper com as políticas isoladas.

No entanto, a autora relata que para o processo se viabilizar, há a necessidade de atitude e postura intersetorial, como princípio norteador da ação, provido de aparato governamental, baseado no território e na população, ou seja, são políticas públicas articuladas mediante o desenvolvimento de ações conjuntas, com finalidade de atingir os objetivos fixados.

Em relação às ações conjuntas, apenas os gestores dos municípios de Cândido de Abreu, Lunardelli, Manoel Ribas e Nova Tebas, relataram existência de políticas desenvolvidas com outras secretarias e departamentos em sua gestão:

“[...] nós temos uma parceria com secretaria de promoção social, até inclusive estamos quase concretizando um projeto de artes marciais, especificamente do jiu jitsu, onde é ela vai nos ajuda e bastante... então acho que deve sim, tem que haver esse elo entre as demais, pra fazer algo realmente acontecer. (Gestor 1)

“Sim, a gente tenta fazer um pouco com a área social né [...] aqui tem o CRAS que mexe com pessoas um pouco carentes, então a gente tenta... temos até escolinha aí que pega mais bastante isso né, e tem um dia da semana que fica especificamente só pra eles o nosso complexo esportivo, só pra eles ali. Que é ‘pro’ pessoal do CRAS, então a gente tenta trabalhar junto pra fazer.” (Gestor 5)

“Então a gente faz essas parcerias, eu trabalho pra educação, mas daí tem a parceria com a saúde, parceria com o CRAS. É importante, porque cada um vai, cada um trabalha da sua forma, mas a gente trabalha com as mesmas crianças, se eu trabalho de uma forma aqui que fala uma língua e o CRAS fala outra, daí vai pra saúde trabalha outra, eles são adolescentes, eles são crianças, então a cabecinha deles, eles, ‘cê’ tem sempre que trabalhar a mesma língua, então a gente sempre faz reunião, assim eu, o CRAS e a saúde [...]” (Gestor 6)

As ações descritas pelos gestores apresentam parcerias com as secretarias e/ou departamentos de educação, saúde e principalmente de assistência social, fato este relacionado à abordagem salvacionista do esporte, o qual pode ser utilizado como instrumento para amenizar as mazelas sociais. Entretanto, cabe refletir como estão estruturadas tais políticas, ou seja, qual a perspectiva de esporte adotada nestas ações para que conduzam de fato para o desenvolvimento humano e social dos participantes, e, também a apropriação da prática esportiva e do lazer, o que necessitaria de um acompanhamento destas atividades para verificar estes critérios.

Neste sentido, para se alcançar a efetividade das ações é necessário que as políticas intersetoriais adotem um princípio de integração matricial em todas as suas fases, conforme Bonalume (2011, p. 12):

A intersetorialidade é um princípio que privilegia a integração matricial das políticas sociais, tanto na fase de planejamento quanto nas de execução, monitoramento e avaliação. Essa matricialidade representa o eixo coordenador e organizador dessas políticas, potencializando sua

integração, com impacto positivo em seus efeitos. Isso implica planejamento e gestão compartilhada, ou seja, a construção de espaços de convergência de sujeitos que se completam à medida que se articulam esforços para atuar em prol de objetivos comuns.

As políticas intersetoriais no subcampo do esporte e lazer, atreladas a outros segmentos públicos, demandam compartilhamento de responsabilidades entre os setores envolvidos, com o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento, fortalecimento da cidadania e o modelo de gestão. Desta forma, ambas estão envolvidas no processo, em que não pode ser entendida como apoio ou auxílio prestado nas ações realizadas, pois se referem ao compartilhamento de conhecimentos e intervenção em prol de um objetivo comum (MENEZES, 2009).

Apesar das políticas intersetoriais terem grande potencial de desenvolvimento de ações consistentes e de obtenção de resultados efetivos, as mesmas também apresentam fragilidades ligadas ao sistema político brasileiro, sobre o qual Menezes (2009, p. 327) descreve:

Uma explicação para a tendência de intersetorialização pode-se verificar na análise do sistema eleitoral brasileiro, que faculta alianças político-eleitorais, e, uma vez eleita a coligação, os partidos que a compuseram dividem o Poder Executivo entre secretarias, diretorias, empresas e autarquias. Contudo, como são partidos políticos, são por natureza concorrentes, em que o fracasso de um dado partido em determinado setor do governo pode fortalecer o concorrente. Aí é que se encontra a possibilidade de efetivação do que se chama “sabotagem amiga”, que pode gerar dispêndio, desresponsabilização, provocando, dessa forma, a fragilidade da intersetorialização.

A partir desta perspectiva, podemos verificar o caráter conflitante e o campo de interesses no sistema político, em que o rompimento de alianças partidárias pode representar o processo desmoralização de determinado partido, para promover a ascensão de outros, dentro da própria gestão municipal, o que compromete todo o trabalho nas políticas intersetoriais, no qual a falta de autonomia dos subcampos das políticas que compõem a gestão pública municipal, não consegue refratar a pressões externas advindas de outros poderes.

Destarte, os elementos que compreendem a estrutura administrativa apresentam implicações diretas na gestão pública de esporte e lazer nos municípios, de maneira a gerar adversidade no gerenciamento das ações. Neste sentido, procurou-se identificar quais as principais dificuldades dos gestores no desenvolvimento do seu trabalho.

Desta forma, a dificuldade mais expressiva está relacionada aos recursos humanos, referente à carência de profissionais nas instituições, assim como com

qualificação profissional exigida para a função, questões consideradas como taxativas pelos gestores 1, 3, 4, 6 e 7:

“[...] acontece é nós precisaríamos mais de parte humana, nosso efetivo para o departamento de esporte, ele é pouco, então a gente acaba assim se dis... se desdobrando né, pra que a gente possa realizar o nosso trabalho” (Gestor 4)

“As vezes por eu trabalhar sozinha né, se tivesse, se as vezes mais pessoas, que pudessem tá ajudando a desenvolver, dava pra abranger mais crianças né, atender mais gente até, que precisa também, que daí como fica mais centralizado aqui [...]” (Gestor 6)

Outro fator limitante no desenvolvimento das políticas públicas, relatadas pelos gestores 1, 3, 4, e 7 está relacionado a estrutura física para o desenvolvimento das ações, os quais apontam a necessidade de maior demanda de espaços para o esporte e o lazer:

“Bom, as minhas principais dificuldade que eu enfrento são a estrutura que se encontra hoje o nosso município, ela não é ruim, elas são boas, elas precisam de algumas adequações, é algumas reformas né, mas elas são boas, mas são poucas.” (Gestor 4)

“[...] a estrutura nossa, essa parte não dá, tem gente, tipo, tem molecada educada e tudo, só que você chega aqui, nós o espaço é assim, você vai lá fora, entendeu... esse aí que é o problema, essa parte.” (Gestor 7)

Para mais, os gestores 2, 3, 7 e 8 apontam também dificuldades em relação aos recursos, uma vez que os baixos valores impossibilitam a realização das ações desejadas:

“Limitante, na verdade de dificuldade se encontra mesmo na parte é, na parte de licitação, por exemplo... que já mencionei isso, mas não existe a licitação ainda, é a parte mais burocrática, do trabalho com o esporte seria mesmo a financeira.” (Gestor 2)

Outra dificuldade apontada pelos gestores 5, 8 e 9 está relacionada à participação da comunidade, na aderência aos projetos fornecidos pela secretaria/departamento de esporte e lazer:

“Não, a principal dificuldade que a gente encontrou hoje é vamos dizer assim é o material humano sabe, é como eu posso dizer assim, a dez anos atrás, você... era muito fácil você fazer um treino, fazer as escolinhas, hoje é muito difi.. é muito complicado você acha pessoas, as crianças parece que não querem mais participar sabe, é o nosso maior, nosso maior desafio é esse, tentar trazer essas crianças pra dentro das quadras, pra dentro... pra fazer atividade física.” (Gestor 5)

Verificamos que as dificuldades apontadas pelos gestores tem relação direta com a estrutura administrativa, pois à medida que as secretarias/departamentos de esporte e lazer, necessitam de um quadro de funcionários mais amplo e qualificado, somado as questões da carência de recursos, subordinação a outros segmentos

públicos, políticas intersetoriais praticamente inexistentes e principalmente a falta de participação popular no desenvolvimento de suas ações, os gestores estão submetidos a um conjunto de fatores os quais não conseguem retraduzir para avançar nas ações de esporte e lazer em seus municípios.

A partir destes aspectos podemos verificar no campo da gestão pública a existência das relações de poder, entre polo dominante e o polo dominado. De acordo com Ortiz (1983) apoiado nos escritos de Bourdieu, os dominantes representam a ortodoxia, enquanto os dominados correspondem à heterodoxia, no qual os agentes da ortodoxia para conservar sua posição, utilizam-se de uma série de mecanismos e instituições para a manutenção de sua posição dominante.

Neste sentido, verificamos falta de autonomia das instituições pesquisadas, em que o polo dominante refere-se ao poder legislativo e executivo municipal, que controla os aspectos importantes para o campo de atuação nas políticas públicas - relações com a contratação de profissionais e demanda de recursos financeiros. Já o subcampo das políticas públicas como polo dominado, em que os gestores estão submetidos a estas condições e as pressões externas.

Ortiz (1983) descreve que as relações de poder entre a ortodoxia e heterodoxia, apesar de opostos, são participantes da mesma conjectura, no ordenamento do funcionamento do campo, em que as heresias atuam de maneira a perpetuar a ordem do campo social onde se manifestam, ou seja, os dominantes e os dominados apesar de antagônicos são coniventes e cúmplices adversários, que demarcam o campo legítimo da discussão.

Desta maneira, a passividade dentro do campo por parte dos gestores, submetendo-se as pressões externas que limitam as ações do subcampo das políticas públicas, somado ao *habitus* dos agentes no planejamento de suas ações, acaba propiciando o aspecto de dominação simbólica por parte de outros poderes da gestão pública municipal.

Sabendo-se que o *habitus* assegura a interiorização da exterioridade e adequa a ação do agente à sua posição social, tem-se que as diferenças de classe se objetivam nas disposições que possuem os indivíduos em consumir legitimamente as obras consideradas legítimas. Através do gosto se manifesta, assim, um tipo de dominação suave (violência simbólica), onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global (ORTIZ, 1983, p. 25).

Dentro desta perspectiva, as relações de poder apresentam dominação suave, as quais são incorporadas consciente ou inconscientemente ao *habitus* dos

gestores públicos municipais gerando o ordenamento das ações no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

7.6 AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS

O entendimento de projeto – aplicando-se também aos programas e ações – refere-se a um conjunto de investimentos, atividades, políticas e deliberações institucionais ou de outras instâncias, que são planejados para se conquistar um objetivo específico, realizado em um determinado período, para determinada região ou grupo de beneficiários, os quais seus efeitos persistem depois de finalizado (MAE-SECIPI, 1998 apud ZIGONI, 2004).

Deste modo, ao pensar nos programas e os projetos das secretarias/departamentos de esporte e lazer, primeiramente abordaremos a questão dos espaços para sua prática, sendo estes elementos indissociáveis (CONSTANTINO, 2010). Desta forma, verifica-se a necessidade de identificar se os espaços são suficientes para o desenvolvimento das ações municipais nestes setores.

Neste sentido, os gestores de Grandes Rios, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas e São Pedro do Ivaí afirmaram que a estrutura física atende as demandas necessárias para a execução de suas atividades:

“Muito, muito. O espaço é enorme, é o município é pequeno, mas tem uma boa estrutura em termos de... voltado para o esporte tem bastante, muito espaço.” (Gestor 2)

“Olha nós poderíamos ter mais espaços, mas por enquanto é suficiente, mas a gente necessita, sempre necessita mais.” (Gestor 4)

“Sim, hoje a gente tem... hoje nós temos, os dois ginásios municipais, temos o campo, temos... então ‘pro’ município tá de bom tamanho, o tamanho hoje é pega todos né.. é tem o sintético também que... nós temos o campo sintético onde não cobra nada é só vim aqui através de nós pega a requisição, junto também da dos ginásios, então a é de manhã durante o dia tem um rapaz cuidando, a noite também, aí vem aqui, e tira os horários com nós e pode jogar o dia inteiro se quiser.” (Gestor 5)

“Sim, eu tenho o ginásio, daí eu tenho o Centro Cultural que eu posso tá usando, eu tenho campo, tem o suíço, tem bastante.” (Gestor 6)

Os gestores destes municípios relataram que possuem uma boa infraestrutura para a execução de seus projetos e programas, apontando como

principais espaços os campos de futebol, quadra poliesportivas, pistas de atletismo e Academias da Terceira Idades (ATI's). Apesar de ser suficiente, o gestor de Lunardelli enfatiza a necessidade de ampliar as estruturas para poder realizar mais ações, corroborando com a dificuldade relatada anteriormente em sua gestão.

Já os gestores de Cândido de Abreu, Ivaiporã, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí apontaram que os espaços não são condizentes com a demanda de suas ações:

“Hoje não, essa é a maior preocupação nossa... a nossa realidade antes nós tínhamos um estádio um campo e alguns anos atrás por questões políticas foi abandonado já faz aí uns 8 anos que está abandonado, nós tínhamos mais um ginásio de esporte no parque da Bela Vista, onde o qual ficou 12 anos abandonado e agora começamos fazer a retirada a limpar ele pra ver se a gente consegue levantar, então hoje no município nós contamos 1 ginásio de esporte e alguns campos de suíço aqui dentro da cidade, são dentro da cidade na verdade, são precisamente 2 dois campos de suíço, o ginásio municipal pra se praticar esporte e o lazer muito precário, então essa uma grande preocupação é essa estrutura física pra trabalha.” (Gestor 1)

“Olha eu acho que tem algumas modalidades que a gente precisa ser feita algumas coisas [...] então algumas modalidades a gente tem que busca algum recurso pra que a gente possa implantar no município.” (Gestor 8)

Neste caso a insuficiência dos espaços está relacionada à falta de estrutura física para se trabalhar algumas modalidades esportivas, assim como para que a população possa usufruir destes ambientes para a realização destas atividades. Em relação às estas necessidades quanto aos aspectos estruturais, Galindo (2006, p. 153) relata que “a existência de espaços, equipamentos, infra-estruturas e políticas adequadas, voltadas para a prática da atividade física, esportiva e de lazer são elementos constitutivos obrigatórios de qualquer sociedade”. O autor acrescenta a obrigação dos gestores públicos em estar atentos sobre a relevância destas questões no agir social, se esforçando para que as cidades sejam de fato um local repleto de opções que promovam o bom convívio social.

No caso dos esforços para ampliar as opções de espaços e equipamentos para o esporte e o lazer, verificamos que as secretarias/departamentos de Cândido de Abreu, Grandes Rios, Ivaiporã, Lunardelli, Manoel Ribas e São Pedro do Ivaí têm programadas construções, ampliações e reformas de seus espaços:

“Está programado estamos aí ganhando... estamos recebendo vamos receber alguns recursos que já estão praticamente certo pra construção de um novo estádio de futebol, até é pra ter início esse ano a revitalização desse ginásio no bairro da bela vista que eu acabei de citar que esta 12 anos que está desmo (sic!) caído e a partir daí é acredito que vai vir... possa vir a melhorar bastante a questão do esporte e até do lazer aqui dentro da cidade.” (Gestor 1)

“Então hoje nós temos essa academia aqui né, que é uma academia da terceira idade, essa academia que tá saindo aqui é uma, ela vai se... vai ter uma piscina térmica, onde que é pra idosos fazer fisioterapia, pra eles descansarem, piscina aquecida, onde vai ter um fisioterapeuta, tudo acompanhando eles.” (Gestor 5)

“Temos esta quadra externa, ela tá até que a prefeita já fez solicitação pra cobertura e o piso, ela tá descoberta então houve rachaduras, então todas estas coisas, então tem isso aí, tem mais uma quadra né ela é pequena na escola Tia Alfredino que tá sendo agora também está terminando a cobertura dela com piso e tudo não é uma quadra apropriada para competição, mas pra fazer um lazer, umas competições entre eles nas escolas, acessibilidade pra eles ali já é o suficiente.” (Gestor 9)

De forma geral, as reformas e ampliações da infraestrutura estão relacionadas principalmente com a construção e revitalização de ginásios poliesportivos, ou seja, as estruturas estão direcionadas majoritariamente para o esporte, em alguns casos para a promoção da saúde. Constantino (2010) diz que por muito tempo os espaços, principalmente voltados ao esporte, buscavam atender determinadas exigências de acordo com as diferentes modalidades, porém no contexto atual deve-se reavaliar este modelo, em que se torna inevitável ter a racionalização dos meios e recursos, de acordo com as modificações em relação às diferentes procuras da prática esportiva.

É indispensável que no âmbito do ordenamento do território, os espaços para o desporto assumam uma maior importância nas políticas públicas e que as medidas de ocupação dos solos garantam espaços públicos para as actividades desportivas acessíveis à generalidade dos cidadãos (CONSTANTINO, 2010, p. 75).

O autor propõe que pensar nos espaços públicos para o esporte, tem que se considerar o fato da totalidade existente neste meio, não se restringindo ao modelo tradicional e que devem ser reformuladas ao ponto de que as diversas práticas corporais esportivas ligadas tanto ao estilo de vida ativo, como a saúde e de contato com a natureza, demandem soluções flexíveis e ajustadas. Logo, é necessário considerar as atividades esportivas que não se limitam apenas aos estádios e quadras poliesportivas, e sim considerar que outros espaços podem ser apropriados pelos cidadãos para a prática de diferentes atividades corporais.

Sob estes aspectos, verificamos falta de espaços e equipamentos específicos para o lazer, nota-se que o entendimento do lazer dos gestores, voltados especificamente para o conteúdo físico e esportivo, reflete diretamente na estruturação dos espaços para a execução das ações. Nesta direção, Marcellino

(2002) aponta que para democratizar o lazer é necessário democratizar o espaço, ou seja, implica estabelecer que o espaço para o lazer é o espaço urbano.

Nesta perspectiva, Constantino (2010) menciona que as políticas relacionadas aos espaços ainda são desprovidas de um planejamento adequado, no qual seria pertinente a utilização de instrumentos de planejamento urbano, tais como os planos diretores dos municípios, planos estratégicos e operacionais. Desta forma, Galindo (2006, p. 153) destaca que “a oferta de espaços, infra-estruturas e políticas para o esporte/lazer são itens indescutíveis de uma agenda séria de planejamento e gestão da cidade.”

A partir deste entendimento, verificamos que em relação à ampliação da infraestrutura dos municípios para as ações de esporte e lazer, os gestores de Nova Tebas, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí apresentaram apenas suas expectativas:

“Então eu ‘to’ agora nessa licitação que vai sair, eu to tentando ver se eu consigo trocar as lâmpadas do ginásio que a noite você vem aqui parece que tá desse jeito assim, tá crítica a situação, vamos ver agora se eles vão atender o meu pedido.” (Gestor 6)

“Tá tentando. O prefeito tá tentando vê se consegue um ginásio, só que isso aí já, todas as gestão que entra, tenta, tenta, e é difícil.” (Gestor 7)

“Olha como diz até agora a gente não teve conhecimento, mas tem algumas coisas aí já em vista, de alguma reforma, de alguma coisa a gente tá conversando, mas até agora eu não posso falar pra você que é concreto até agora.” (Gestor 8)

Tais expectativas para reforma e construção de novos espaços estão subordinadas a liberação de recursos por parte da prefeitura. Esta dependência remonta novamente aos aspectos dos recursos destinados para o esporte e ao lazer, já que à medida que alguns municípios não possuem execução orçamentária mínima, as questões de infraestrutura para este segmento público pode ficar em segundo plano nas prioridades da agenda política municipal.

Deste modo, uma alternativa para se avançar nestas questões, somado a ampliação de espaços para que os cidadãos possam usufruir de diversas práticas corporais esportivas e do lazer, sendo este último entendido de forma ampla e não restrito a um de seus conteúdos e/ou sob a ótica funcionalista, necessitando ser tratado diante de sua interdisciplinaridade, torna-se indispensável o trabalho intersetorial entre os departamentos/secretarias dos municípios (MARCELLINO, 2001).

Há a necessidade de enxergar o lazer para além de uma política de atividades, o que remete a questão urbana do uso do solo, construção de

equipamentos, reaproveitamento de equipamentos, otimização dos já existentes, e que demanda um trabalho conjunto com as Secretarias de Obras, de Planejamento, de Parques e Jardins etc. (Ibid., 2001, p.13).

Destacamos, a importância do planejamento estratégico das ações municipais, necessitando integração entre as secretarias e os departamentos na realização de políticas intersetoriais envolvendo os diversos segmentos públicos como uma forma de otimizar o acesso e as condições estruturais dos espaços públicos de esporte e lazer.

É importante destacar também a participação comunitária, além da discussão e elaboração de políticas públicas, como elemento fundamental no reconhecimento do valor dos ambientes e da cultura, em que poderá incentivar o comportamento de preservação e valorização destes espaços (MARCELLINO, 2002). Deste modo, à medida que a população se apropria destes espaços, gera-se um vínculo afetivo que resultará na preservação do mesmo.

Outro elemento importante nas políticas públicas refere-se à abrangência das ações, sendo esta dividida entre políticas universais e focalizada. As políticas públicas universais são estruturadas para toda a sociedade, compreendendo todos os segmentos sociais. Enquanto as políticas públicas focalizadas compõem o quadro de ações que visam atender a demanda de determinado grupo ou casos de instabilidade momentânea (MEZZADRI, 2011).

Nesse sentido, buscando verificar o campo de atuação, em relação aos programas e projetos específicos para o grupo populacional dos distritos e áreas rurais, tendo em vista que o esporte e o lazer são direito dos cidadãos, as políticas públicas não devem se limitar apenas à população que vive no perímetro urbano. Nesta perspectiva, Sawitzki (2012, p.6) apoiado em Bonalume (2005) aponta que:

A primeira diretriz proposta para a efetivação de ações concretas em esporte e lazer defende a democratização do acesso a programas de esporte e lazer, bem como a permanência da comunidade em tais programas, de modo não só a oportunizar sua procura, mas também a motivar a participação permanente. Para tanto, é necessário efetivar: a) a inserção de diferentes grupos de convivência; b) o compartilhamento do espaço público, para que, em determinados horários, possa ser utilizado pela sociedade em geral; c) a inclusão de todos os residentes do meio urbano e rural.

A partir da perspectiva de democratização do acesso as ações de esporte e lazer, procurando verificar se as secretarias/departamentos atuam nos distritos e áreas rurais, constatou-se a partir dos gestores, que todos os municípios contêm ações para estas populações, porém de formas diversificadas.

Deste modo, as ações de Manoel Ribas, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí estão voltadas para a realização de torneios e competições nestes locais:

“Sim, é nós trabalhamos nas áreas rurais, onde tem bastante campo lá e o pessoal é os torneios deles lá, então a gente ajuda nessa, na elaboração dos torneios, quase todos os final de semana tem um torneio lá ou em alguma comunidade.” (Gestor 5)

“Tipo assim, que nem o caso que falei pra você. Quando tem jogos, tem tipo, torneio que eles pega, que nós organiza, quando tem o intermunicipal, organiza, essas coisa que eu tenho.” (Gestor 7)

Nota-se que as ações desenvolvidas estão direcionadas ao apoio e auxílio na organização das competições e torneios, não atribuindo informações sobre abrangência do público participante. Esta falta de clareza também é verificada nas falas dos gestores de Grandes Rios e Ivaiporã que não apontam as características de sua intervenção, no entanto direcionadas apenas para o público jovem e a terceira idade:

“Dando apoio, promovendo... promovendo eventos também nessa região, aonde que é feito também um trabalho com a juventude, é e até terceira idade.” (Gestor 2)

“Estamos atuando um pouco viu, acho que a gente tem que... nós atuávamos em Jacutinga, lá tinha um profissional que fazia parte de desenvolvimento de projetinhos pra criança, parte recreativa, parte motora tinha lá o ano passado, foi tem que ter uma equipe grande pra atuar nas zonas rurais... a zona rural precisa também, apesar de ser pequenas, os moradores tem bastante.” (Gestor 3)

Na fala do gestor 3, verificamos que o mesmo admite a importância de ações de esporte e o lazer nos distritos e áreas rurais, informando ter um grande número de moradores neste ambientes e que os mesmos possuem esta necessidade. Entretanto, o mesmo se depara nas dificuldades levantadas sobre a falta de recursos humanos para o desenvolvimento dos projetos, sendo também obstáculo relatado pelo gestor de Nova Tebas:

“É então a gente tenta levar esses projetos também pros distritos, só que por eu ser sozinha, não consigo atender todos [...] se eu for atender as escolas, porque as escolas são, porque tem uma escola aqui, daí tem outras duas em distritos, se tivesse mais alguém trabalhando, mas daí se eu sair daqui, eu tenho que fechar e as crianças daqui vai ficar sem, aí eu tenho que tenta encaixa.” (Gestor 6)

Tais aspectos reforçam que a carência de recursos humanos são fatores de grandes implicações e impactos no desenvolvimento das ações existentes, sendo também uma barreira para a elaboração de novas políticas, mesmo que estas sejam extremamente necessárias e que venham atender uma demanda populacional específica do município.

Quanto às formas de intervenção, no município de São Pedro do Ivaí, suas ações são direcionadas para o esporte, especificamente para o futsal e o futebol de campo. Já Lunardelli não atua diretamente nos distritos e áreas rurais, pois concentram suas ações no perímetro urbano e as crianças participam dos projetos no contraturno escolar:

“Olha os nossos distritos eles são distritos pequenos, que quase não há assim é a defasagem, o êxodo rural fez com que fosse diminuindo muito a população dos distritos, mas a gente não tem voltado assim para os distritos, porque mesmo essas crianças dos distritos que praticam o esporte, eles vem pra cidade né, eles estão engajados aí, a maioria tá na escola, então eles aproveitam e já ficam né.” (Gestor 4)

O gestor 4 relata que em razão da proximidade dos distritos, mantém as ações concentradas no perímetro urbano, informando que poderiam realizar ações focalizadas para este grupo de pessoas, no entanto, não possuem recursos suficientes para avançar neste quesito.

Diferentemente dos outros municípios, as ações desenvolvidas em Cândido de Abreu estão voltadas para área do lazer em parceria com o departamento de promoção social:

“Atua com esses projetos de extensão em parceria com a promoção social, como já citei uma grande parceira nossa, ela no mesmo momento que ela aplica os projetos de ação social como costura, bordado, enfim... é vai alguns estagiários de Educação Física com a supervisão de um professor fazer esse momento de lazer, de recreação, no mesmo momento que acontece as atividades com os pais das criança e daí com isso se estende, como os pais também estão ali e se estende pros demais então são várias comunidades que isso acontece.” (Gestor 1)

Verificamos que estas ações são focalizadas para este grupo, no qual sua abrangência envolve diversas faixas etárias e com direcionamento e supervisão das atividades desenvolvidas. Portanto, pensar em políticas públicas implica levar em consideração que estas não possuem uma “receita de bolo”, aplicável a qualquer comunidade, pois necessita considerar as diferenças regionais, a diversidade cultural, o envolvimento dos recursos humanos no setor, os materiais e equipamentos à disposição, os recursos financeiros e a capacidade dos gestores articularem suas ações, isto é, saber coordená-las no sentido de promover a construção da cidadania individual e coletiva (MAIA, 2003).

Nesta lógica, verificamos que as ações realizadas nos distritos e áreas rurais ainda se apresentam na maioria dos municípios limitadas, pelo fato de não abranger as várias faixas etárias, voltados ora ao público jovem, em outras circunstâncias ao público adulto e da terceira idade. Outro ponto a considerar, é a falta de políticas

públicas de longo prazo para este público específico, porém devemos levar em consideração as influências de aspectos restritivos referentes à estrutura administrativa das secretarias/departamentos, em relação à carência de recursos humanos, orçamento, entre outros.

Desta forma, além do campo de atuação específico nos distritos e áreas rurais, buscamos identificar quais são os principais programas e projetos executados pelas secretarias/departamentos de esporte e lazer. Neste sentido serão apresentadas primeiramente as ações voltadas ao campo esportivo.

Os principais programas e projetos de esportes de Cândido de Abreu, Ivaiporã, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Rosário do Ivaí e São Pedro do Ivaí são as escolinhas das modalidades esportivas tradicionais (voleibol, basquetebol, handebol, futsal e futebol), porém com predominância do futsal e futebol:

“As principais ações, nós temos hoje, uma das principais ações hoje que se chama projeto Bom de Esporte Bom na Escola, nós temos aí aproximadamente 120 meninos e mais ou menos 60 meninas que participam das nossas escolinhas futsal, tênis de mesa e voleibol [...]”
(Gestor 1)

“Então o maior programa que a gente tenta fazer assim no município é as escolinhas mesmo sabe, que é tentar focar sempre nas escolinhas pra ir pra frente [...] ela começa agora desde o sub-11 né, a gente vai começar até talvez agora com a contratação de profissionais, até do sub-07 pra cima né, então mais hoje a gente tem sub-11, sub-13, sub-15, sub-17 e sub-21 [...] a principal nossa hoje é o sub-21 né, que é o que participa de mais competições, é então um já pega o sub-17, o sub-21 então, nós manda [...] Nós trabalhamos quase todas as modalidades, trabalhamos no futsal masculino e feminino, basquete masculino e feminino, voleibol masculino e feminino.” (Gestor 5)

“Vou falar pra você, ação de esporte aqui é só o treino ‘pros’ menino, os piá que vai pros jogos e a montar campeonato.” (Gestor 7)

Então hoje na escolinha de futsal, hoje na última contagem que a gente fez deu quase 150 criancinhas e a gente voltou tá com uns quinze dias a gente voltou os treinamentos [...] e aqui também tem outro distrito né também a professora dá treinamento lá também.” (Gestor 9)

Além das ações esportivas estarem direcionadas para as escolinhas de algumas modalidades esportivas (somente os municípios de Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Nova Tebas e São Pedro do Ivaí possuem outros projetos envolvendo esportes como: xadrez, lutas e dança.), nota-se em alguns casos ações direcionadas ao esporte de participação, porém uma grande argumentação para o aspecto do treinamento em suas ações, voltadas para o esporte de rendimento.

Sobre estes aspectos verificamos que Grandes Rios, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí, as principais ações neste campo são as competições e os torneios promovidos por seus departamentos:

“Atualmente campeonato de futsal masculino e infantil sub 10, feminino livre já tá em competição também e o campeonato de futebol de campo regional, mas que as rodadas acontecem somente no nosso município.” (Gestor 2)

“[...] agora o município tá parado o que a gente tá fazendo agora... está organizando agora já um campeonato de futebol suíço pra população começar já um campeonato de futebol, de futsal, pra categoria 98/99, 2000/2001, 2002/2003 entre o município e o distrito né [...] então a gente tá fazendo alguns é cronograma pro ano de competições e o projeto como eu disse investi nessas categorias de base pra que o esporte possa resgatar a credibilidade que tinha.” (Gestor 8)

O foco na formação esportiva é evidente no discurso dos gestores, como forma de adquirir a credibilidade neste meio, ou seja, entendem que os resultados obtidos por meio do esporte de rendimento é a forma de legitimar o trabalho desempenhado em sua gestão. Quanto à abrangência nota-se que as ações são focalizadas, ou seja, atendem apenas uma demanda populacional, geralmente voltados para as crianças, adolescentes e jovens, sendo reduzidas ações para os adultos, terceira idade e para as pessoas com deficiência.

Neste sentido, Mezzadri (2000) aponta que a ênfase atribuída aos eventos e programas de esporte de rendimento, revela que ocorre a reprodução das práticas historicamente executadas, em que o esporte não é adequadamente estruturado em conjunto com a sociedade, portanto, tornando-se seletivo e excludente. O autor em seu estudo revela que este modelo é visto nas práticas esportivas da sociedade desde os anos de 1950, acrescentando a necessidade de descobrir o papel das políticas públicas em relação à estrutura do esporte.

Em relação a ótica das ações esportivas sob o aspecto do rendimento, o autor menciona a desigualdade na distribuição dos recursos financeiros na área do esporte:

Outro ponto importante na burocratização é a aproximação entre o gerenciamento do Estado e a incorporação do esporte pelo poder público. Atualmente, uma das formas dessa assertiva é a distribuição dos recursos financeiros do Estado, geralmente direcionados ao esporte de alto rendimento, que beneficia alguns atletas, técnicos e dirigentes esportivos. A distribuição financeira se faz desproporcional nas áreas do esporte para a sociedade, do esporte na escola e do lazer (MEZZADRI, 2000, p. 135).

Nesta perspectiva, o planejamento dos municípios direcionados ao calendário esportivo, voltado às competições regionais e estaduais, assim como a aplicação de um grande montante de recursos financeiros para o esporte de

rendimento, a desproporcionalidade na área do esporte citada pelo autor é verificada também em grande parte dos municípios desta pesquisa, no qual os programas e projetos de esporte de participação e de educação, não tem à mesma equidade de recursos aplicados nestas facetas esportivas, o que conseqüentemente não garante o acesso ao esporte a todos os cidadãos.

Tais apontamentos vão ao encontro do estudo de Mezzadri e Starepravo (2008, sp) em relação à estrutura dos projetos de esporte e lazer em três municípios do Estado do Paraná:

[...] podemos dizer que o poder público municipal, uma das Instituições responsáveis pelo acesso de todos ao esporte e lazer, acaba não cumprindo seus objetivos, e reproduzindo ações tradicionais e de pouca eficiência no interior do campo. Construindo assim, ações focadas para pequenos grupos sociais, não ampliando no dever universalista do Estado. Com isso, abre-se uma brecha, uma discrepância entre a oferta e demanda no interior do campo, uma vez que a demanda é extremamente plural e diversificada, diferente da oferta do poder público municipal.

Sendo assim necessita-se que as instituições pesquisadas reavaliem sua atuação perante a sociedade, no qual é imprescindível que as ações esportivas busquem atender as demandas do campo esportivo, visando atribuir uma ressignificação das suas ações, como aponta Mezzadri e Starepravo (2008, sp) “consideramos de fundamental importância que o poder público, venha abrir uma discussão, com a finalidade de buscar novos re-significados nos projetos de Esporte e Lazer, valorizando novas práticas e *habitus* esportivos”.

Partindo deste entendimento de novas ressignificações dos projetos, ao verificar os programas de lazer, encontramos um cenário preocupante, pela escassez de ações voltada para a garantia deste direito social e os equívocos conceituais apresentados pelos gestores. Deste modo, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Ivaiporã, Lunardelli e Nova Tebas suas ações baseiam-se em atividades esporádicas realizadas em datas festivas e em ocasiões específicas, em poucos casos verifica-se um programa de desenvolvimento contínuo:

“Então projeto de lazer a gente tem... temos aí alguns eventos como atividades específicas, assim como o dia do índio, nós já sentamos com o cacique vamos fazer uma gincana lá, um dia de atividades pra eles... é como a gente tem um distrito aqui que se chama Tereza Cristina uma vez por semana com parceria com a promoção social outro departamento é vai estagiários de educação física fazer atividades recreativas com eles temos alguns eventos rotineiros que fazemos aqui no ginásio de esportes, exemplo o torneio de vôlei, torneio de tênis de mesa, essas ações voltadas conforme os interesse deles, às vezes fazemos um vôlei de areia, as vezes um... por exemplo dia 08 de março, dia da mulher já vamos fazer um evento dia da mulher, jogar vôlei qualquer coisa a gente pergunta ali faz uma pesquisa pra

ver qual é o interesse delas e nos dois primeiro anos a gente já fez agora vamos fazer mais ou menos dessa forma.” (Gestor 1)

“[...] a gente trabalha também é o lazer e recreação, que daí a gente tira uma vez por mês desce lá no campo e trabalha todas as brincadeiras que a gente não consegue ver mais agora a bets, a queimada, corrida de saco, elástico, a gente tira um dia assim só pra trabalhar daí vai todas as crianças lá, por isso que daí eu trabalho junto com... em parceria com o CRAS, porque daí eles pega e levam, daí eles entram com a parte de alimentação pras crianças, alimentação, água, refri é tudo que precisa nessa parte de alimentação eles levam e eu entro com a parte prática, assim das atividades.” (Gestor 6)

Por conseguinte, Maia (2003) menciona que, no poder público, os eventos tradicionais, os esporádicos, sem continuidade e sem participação popular na sua elaboração e planejamento, não são suficientes. Tais problemas estão relacionados aos equívocos no entendimento de políticas públicas, principalmente em relação às políticas setoriais de lazer, em que a primazia não se refere a sua situação setorial, mas associado ao seu isolamento, no qual o mesmo não é entendido na totalidade das relações sociais (MARCELLINO, 2001).

Desta forma, além de ações esporádicas, voltadas majoritariamente à recreação, outro fator alarmante é que em praticamente todos os municípios há um forte direcionamento das ações ao conteúdo físico e esportivo. Entretanto, esta questão torna-se ainda mais crítica, devido alguns gestores associar o treinamento e as competições esportivas como ações voltadas para o lazer:

“Então, o lazer como eu disse pra você é as competições que a gente realiza, é nós temos é, como é que eu posso falar pra você, nós temos é trabalhos voltados para a juventude e a gente queria mais né [...].” (Gestor 4)

“Não, não, para o lazer não né. Eu a gente tenta fazer sempre isso né, a gente... fazer como se os nossos campeonatos se tornasse vamos dizer assim o lazer do pessoal sabe, e também a nossa melhoria, que nem a gente fez pista, a pista nossa de caminhada ‘pro’ pessoal ir em volta do campo, iluminamos a pista de caminhada.” (Gestor 5)

“Treinamento, principalmente pra abrange mais escolaridade, eu faço três vez por semana, é, quando tem jogos participa.” (Gestor 7)

Neste sentido, além dos equívocos acerca do entendimento em que o treinamento é lazer e que as competições propiciam o lazer aos cidadãos, no qual podem em determinadas ocasiões proporcionar a determinado grupo, relacionado aos aspectos subjetivos dos sujeitos. Entretanto, esses espectadores assumem o papel apenas de consumidores, não participando ativamente de ações que realmente o lazer proporcione o desenvolvimento humano, desconsiderando as necessidades da comunidade e não tornam as ações abrangentes.

Conforme Marcellino (2001), esta associação do lazer ao esporte tem relação com a Constituição Federal de 1988, pelo fato do documento estar carregado de vícios assistencialistas, que não é suficiente para dar conta do direito a felicidade, atribuindo ao lazer um caráter de utilidade, expõe também que a associação exclusiva a um conteúdo, no caso o esporte, ocasiona a redução da abrangência do lazer. Neste sentido, as políticas que os gestores consideram como de lazer não são abrangentes, pois ao considerar que as ações promovidas no esporte fornecem o lazer para a população, logo estas são focalizadas apenas há uma demanda da população, diretamente envolvida nas modalidades esportivas e no consumo destas práticas.

Neste sentido, quanto a abrangência Rechia et al. (2015, p. 228) aponta que é “preciso que as políticas públicas voltadas ao lazer não sejam pensadas apenas para uma determinada parte da sociedade, ou com características restritas, mas para a sociedade no seu conjunto, garantindo a diversidade e a inclusão de todos”.

Deste modo, em relação às políticas públicas de lazer, apenas os municípios de Grandes Rios e Lunardelli, possuem programas e projetos do governo federal e estadual, sendo o Programa Segundo Tempo (PST) e Projeto Lazer no Paraná, respectivamente:

“Tem, tem o... devia ter pego os papéis pra pode te informar melhor, sobre o Segundo Tempo que tem que é voltado ‘pro’ lazer e entre outros programas que a gente tem, até mesmo vinculado com secretaria de educação, onde que é mais voltado ‘pro’ lazer.” (Gestor 2)

“Olha nós temos também é eu esqueci de colocar pra você, nós temos o projeto Lazer no Paraná, aonde a gente recebe materiais e a gente desenvolve também essas atividades né, é aonde que a gente tem, nós tivemos o Carlos (nome fictício) no ano passado que foi pra Curitiba, pra fazer um curso de capacitação e de lá a gente recebe materiais, é bolas a gente recebe materiais é pedagógicos, nós recebemos é redes né, então aí a gente... ajuda a gente a desenvolve esses trabalhos né, ajuda a gente fazer mais competições [...]” (Gestor 4)

Deste modo, o PST trata-se de um programa voltado à democratização do acesso a prática e a cultura esportiva, tem como objetivo promover o desenvolvimento integral das crianças, jovens e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, proporcionando formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, por meio da prática esportivas educativas, tendo como um de seus princípios o esporte e o lazer enquanto direito e dever do Estado.⁶ Neste

⁶ Informações obtidas no site do Ministério dos Esportes. Disponível em: <<http://portal.Esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

sentido, apesar do PST ser um programa destinado ao esporte educação, abrange dentro de seus princípios o lazer, no qual o gestor o associou como uma ação voltada também para este setor.

Já o Projeto Lazer no Paraná tem por objetivo contemplar pequenos municípios, para que seus cidadãos tenham oportunidades de vivenciar momentos de entretenimento e descontração, por meio de atividades lúdicas ou pela prática esportiva. A Secretaria do Esporte do Paraná é responsável por realizar a capacitação dos gestores e fornecer *kits* de materiais, no qual cabe ao município contratar um estagiário para desenvolver as atividades junto à sua população.⁷

Apesar de serem programas diferentes, ambos apresentam um caráter voltado para o lazer, o esporte e a educação. Mas o que chama a atenção é a fala do gestor 4, que apresenta os benefícios propiciados pelo projeto ao qual foi contemplado, porém ao final relata que este auxilia a realizar mais competições. Neste sentido será que as diretrizes das ações por meio de tal projeto, garantem o acesso de práticas que oportunizam aos cidadãos o envolvimento com o lazer? Portanto, ao citar as competições, incorre-se o fato de que dependendo do direcionamento de suas ações, podem não estar democratizando o acesso ao lazer e vinculando os benefícios do programa diretamente a prática esportiva competitiva.

A partir destas considerações, verifica-se de maneira geral que os gestores têm uma compreensão limitada acerca do lazer e as ações não contemplam o acesso a este direito, para os vários públicos de abrangência. Outro fato preocupante, diz respeito ao município de São João do Ivaí, no qual o gestor por não ter consolidado o planejamento de suas ações, menciona que os programas e projetos voltados para o lazer não estavam nos planos de ação de seu departamento até o momento. Portanto, podemos estabelecer que dentro das ações municipais o lazer é relegado a segundo plano, em relação à outras demandas sociais. Neste sentido, o lazer deve estar na preocupação também das outras secretarias e departamentos, de forma a ser contemplado no planejamento das ações e na garantia deste direito.

Neste sentido, partilhando do mesmo pensamento de Reis e Starepravo (2008) de que o lazer se inter-relaciona com as demais esferas sociais, e as ações teriam de ser executada em conjunto, em contrapartida a hierarquia de prioridades

⁷ Informações do site da Secretaria do Esporte e Turismo do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4570>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

na gestão pública. Portanto, o segmento do lazer precisa da interação político-administrativa, na qual o governo deve compreender a importância da ação conjunta com outros segmentos públicos, como educação, cultura, habitação, ação social, planejamento urbano, entre outros (MAIA, 2003). De acordo com Marcellino (2001), tal ótica está pautada no entendimento amplo do lazer e sua interdisciplinaridade, corroborando a necessidade de trabalho integrado entre os diversos departamentos e secretarias da gestão pública municipal, ou seja, necessita que o poder público municipal institua políticas públicas intersetoriais, que considerem a representatividade da participação popular.

Falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo: significa falar em redução de jornada de trabalho – sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc.; significa, também, falar numa política de reordenação do solo – urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Resumindo: o lazer tem sua especificidade, inclusive como política pública, mas não pode ser tratada de forma isolada de outras questões sociais (MARCELLINO, 2001, p 12).

O autor apresenta as questões a serem consideradas nas políticas de lazer, no qual integram diversos outros aspectos da vida social, como a relação com os espaços urbanos, recursos humanos, integração entre os diversos setores públicos, ou seja, o lazer possui suas especificidades que devem ser consideradas e pensadas estrategicamente na elaboração das políticas públicas.

Conforme Reis e Starepravo (2008) para que uma política pública de lazer se efetive, devem-se considerar três vias: a disponibilização dos espaços e equipamentos de lazer, tanto na manutenção e construção, quanto no investimento em aparatos para as diversas manifestações culturais e de lazer; a acessibilidade, relacionado com as possibilidades de acesso a estes espaços e equipamentos, considerando o transporte, a estruturação urbana e os custos financeiros; e a educação, referindo-se a formação dos indivíduos, para que vivencie as possibilidades do lazer e tenham conhecimento para estimular a procura e reivindicar este direito.

Portanto, aproximando-se ao princípio das transformações das práticas e consumos esportivo, proposto por Bourdieu (2003), contata-se que as políticas públicas de esporte e lazer dos municípios da microrregião de Ivaiporã, PR, não

estão baseadas nas transformações da demanda e sim pela imposição da oferta como ações legítimas dentro do subcampo:

Para concluir, indicarei apenas que o princípio das transformações das práticas e dos consumos desportivos deve ser procurado na relação entre as transformações da oferta e as transformações da procura: as transformações da oferta (invenção ou importação de desportos ou de equipamentos novos, reinterpretação de desportos ou de jogos antigos, etc) engendram-se nas lutas de concorrência pela imposição da prática desportiva legítima e pela conquista de clientela dos praticantes comuns (proselitismo desportivo), lutas entre os diferentes desportos e, no interior de cada desporto, entre as diferentes escolas ou tradições (por exemplo *ski* em pista, fora de pista, de fundo, etc.), lutas entre as diferentes categorias de agentes cometidos com essa concorrência (desportistas de alto nível, treinadores, professores de ginástica, produtores de equipamentos, etc.); as transformações da procura são uma dimensão da transformação dos estilos de vida e obedecem portanto às leis gerais desta transformação (BOURDIEU, 2003, p. 202).

Sob esta lógica, percebe-se a incorporação negativa do *habitus* dos gestores dos municípios estudados, conforme Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013) este é caracterizado pela ausência de reflexão sobre as ações, as tomadas de decisão são baseadas no senso prático, onde a estratégia correta, não corresponde a mais racional, sendo presente no poder através do continuísmo das ações, baseado no prisma do empirismo para seu desenvolvimento, em que as tomadas de decisões não são as mais compatíveis sob a ótica do Estado como espaço que priorize o público.

Deste modo, fazendo uma analogia com o espaço de transformações entre a oferta e demanda, podemos afirmar que o *habitus* dos gestores municipais no agir profissional no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer tendem a reproduzir práticas antigas, com ofertas que não correspondem a demanda:

A correspondência que se observa entre as duas séries de transformações liga-se sem dúvida, aqui como noutros lugares, ao facto de o espaço dos produtores (quer dizer o campo dos agentes e das instituições que estão em condições de contribuir para a transformação da oferta) tender a reproduzir, nas suas divisões, as divisões do espaço dos consumidores: por outras palavras, os *taste-makers* que estão em condições de produzir ou de impor (ou ainda de vender) novas práticas ou novas formas das práticas antigas (como os desportos californianos ou as diferentes espécies de expressão corporal), bem como os que defendem as práticas antigas ou as antigas maneiras de praticar, cometem nas acção as disposições e as convicções constitutivas de um *habitus* em que se exprime uma posição determinada no campo dos especialistas e também do espaço social, e encontram-se por isso predispostos a exprimir, e portanto a realizar por meio da virtude da objectivação, as expectativas mais ou menos conscientes das fracções correspondentes do público dos profanos (BOURDIEU, 2003, p. 202).

Sendo assim, podemos inferir que no subcampo da região em questão, há a prevalência do capital social, para adentrar neste espaço social são valorizados

aspectos históricos dos indivíduos, em relação a sua vivência no meio esportivo, em detrimento ao capital cultural específico, o que levam aos gestores reproduzir “velhas práticas” nas políticas públicas de esporte e lazer.

Desta maneira destacamos a importância do capital cultural específico para atuar neste subcampo, no qual Maia (2003) enfatiza que para se alcançar uma política pública de esporte e lazer democrática e participativa, tem de se considerar alguns elementos importantes na implementação de novas ações, sendo estes: ampliação da capacidade técnica dos gestores, atualização e qualificação constante dos profissionais, construção de programas apoiados na participação popular, acompanhamento permanente das ações, sabedoria ao priorizar os investimentos e capacidade de tratar a causa pública como verdadeiramente pública são alguns dos requisitos necessários para o gestor de políticas públicas de esporte e lazer.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso desta pesquisa, ao se propor estudar o campo políticas públicas de esporte e lazer, tornou-se um desafio identificar como está estruturado este sistema composto por instituições, agentes, hierarquia de poderes e prioridades, conflito de interesses, ações, etc. Talvez não se colocando como um idealizador, mas por acreditar ser possível a transformação interior deste espaço, ao qual esta pesquisa representa os primeiros passos pessoais, que possibilitaram o amadurecimento profissional, ao mesmo tempo uma visão de um campo que ainda tem muito a ser explorado e a contribuir em várias instâncias para o desenvolvimento econômico, educacional, social e humano.

Deste modo, tomando como ponto partida os conhecimentos e as experiências relatadas pelos gestores para atuação no cargo, identifica-se que os mesmos valorizam o conhecimento esportivo, a realidade municipal, o diálogo com a sociedade e a viabilidade para implantação de ações no subcampo. Entretanto, não se verifica práxis profissional destes agentes em relação à estas concepções no modo de conduzir as ações no subcampo.

Outro ponto, importante refere-se à limitação dos conhecimentos acerca do esporte e lazer, restritos apenas a uma de suas manifestações ou conteúdos, além dos equívocos de acreditar que tanto o esporte, como o lazer por si só são capazes de solucionar os problemas de vulnerabilidade social. Observa-se que estes conhecimentos limitados são transferidos para o seu agir profissional, no qual as ações desempenhadas no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer também são limitadas.

Neste sentido, os gestores ainda possuem uma forma centralizadora de gerenciamento deste segmento público, pois a ausência de um sistema de participação popular estruturado e de conselhos municipais de esporte e lazer, não levam em considerações as demandas exigidas pelo público, na garantia dos direitos dos cidadãos. Deste modo, a maioria dos municípios coordena suas ações de forma isolada, em que se verificam poucas políticas intersetoriais, em parcerias com outros departamentos e secretarias da gestão pública municipal.

Estes aspectos conferem que ações realizadas no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, ficam a mercê das escolhas de seus dirigentes, em que

o formato do planejamento adotado e as prioridades das ações divergem em determinados momentos, e, que a destinação dos recursos é aplicado um grande montante para o esporte de rendimento, em detrimento as outras manifestações esportivas e para o lazer, atendendo os interesses de uma minoria da população.

Neste sentido, ao relatar como prioridades o desenvolvimento do esporte, os aspectos socioeducativos, na formação dos cidadãos, as estratégias utilizadas pelos gestores não vão ao encontro para se atingir estes objetivos nas políticas públicas, pois como um dos desafios desta função é dirigir os mecanismos de impulsos para o desenvolvimento da sociedade, com uma ideologia delimitada neste processo de construção, verifica-se que as estratégias adotadas pelos gestores não atribuem suporte para se alcançar esta condição.

Nota-se que o subcampo das políticas públicas de esporte e lazer na região carece de autonomia suficiente frente à gestão pública municipal. Esta carência de autonomia apresenta impactos no desenvolvimento das políticas públicas, verificada nas dificuldades apresentadas pelos gestores em relação aos recursos humanos, a estrutura física, os aspectos financeiros e a aderência da população aos projetos e programas fornecidos à população. Tais aspectos estão relacionados ao papel do poder público municipal em relação ao esporte e lazer, onde verifica-se que dentro da hierarquia de prioridades da gestão pública municipal, este segmento é relegado à segundo plano frente à outras demandas sociais.

Sob estes aspectos, o poder público municipal por não garantir minimamente condições para que se desenvolvam ações consistentes e efetivas no subcampo, em razão da falta de recursos humanos para execução das ações, conseqüentemente ocasiona o processo de fragilidade política, em que os gestores se submetem a atuar em diversos níveis da hierarquia administrativa dentro de seus departamentos. Outro fator limitante refere-se à organização burocrática de alguns municípios subordinada a outras secretarias, quanto à dependência financeira de recursos das prefeituras, não tendo execução orçamentária mínima para o esporte e o lazer. Neste sentido, somado a ausência de conhecimentos burocráticos, em relação às leis de esporte e lazer, não conseguem captar recursos para suas ações via leis de incentivo ao esporte.

Deste modo, a ausência de capital cultural específico para exercer a função, os gestores não conseguem articular a capacidade do campo de refratar e retraduzir as pressões externas. A partir destes elementos, podemos constatar que para

adentrar no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer, é priorizado o capital social dos dirigentes, quanto a sua trajetória no campo esportivo, que reflete diretamente nas ações desempenhadas.

As ações realizadas em grande parte dos municípios são as escolinhas de modalidades esportivas “tradicionais”, evidenciando-se poucas ações em outros esportes. Estes projetos priorizam em menor parcela o esporte de participação e grande parte o esporte de rendimento, ao se referir aos treinamentos e realização de competições. Quanto ao lazer, encontra-se um cenário crítico baseado em ações esporádicas, direcionadas à recreação e ao conteúdo físico e esportivo, tornando preocupante pela ausência de planejamento para este setor.

Quanto à abrangência das ações nota-se que estão direcionadas principalmente para as crianças, jovens, em algumas circunstâncias para a terceira idade e as competições para adultos. Neste sentido, a gestão adotada não é a democratização do acesso à prática esportiva, tanto no sentido de fornecer ações apenas para um grupo específico, quanto pela prioridade no direcionamento ao esporte de rendimento.

Podemos afirmar que a incorporação negativa do *habitus* levam os gestores a reproduzir ações de práticas antigas, sem reflexões necessárias neste campo, ou seja, pelo fato da configuração do subcampo estar direcionada ao capital social adquirido historicamente, os gestores tem em seu *habitus* baseado no empirismo das práticas profissionais, no qual a imposição da oferta visa legitimar suas ações, sem considerar a transformação das demandas.

Desta forma, ao analisar os conhecimentos e as experiências, assim como as concepções e ações de esporte e lazer, evidencia relações diretas no processo de elaboração das políticas públicas, submissão às pressões externas, gestão centralizadora das ações, implicações advindas do poder público municipal e a incorporação negativa do *habitus* dos gestores no conduzir das ações subcampo das políticas públicas de esporte e lazer.

Cabe ressaltar que o estudo apresenta limitações, pelo fato do mesmo não realizar o acompanhamento das atividades desenvolvidas nas secretarias/departamentos de esporte e lazer dos municípios, o que dificulta em determinados momentos, analisar como estão estruturadas as ações, necessitando de estudos com estes delineamentos metodológicos para aprofundar o

conhecimento acerca das políticas públicas deste setor na gestão pública em cada município, verificando suas especificidades dentro do subcampo.

Portanto, no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer da microrregião de Ivaiporã, PR, a gestão centralizada das ações dificulta avançar no sentido da apropriação da população destes fenômenos sociais. Neste sentido, apontamos a necessidade de investimento no capital cultural específico para o desenvolvimento da função do gestor público de esporte e lazer, para progredir nas ações, desde que o mesmo seja transferido a práxis profissional, para que estes agentes possam ter uma postura ativa e atribuir ressignificações no exercício de suas funções, para que desta forma possam transformar e legitimar suas ações em primazia do público.

REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000. Disponível em: < <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/334/340>>. Acesso em: 05 dez. 2015.
- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **Revista de Administração de Empresas - eletrônica**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a02v6n1.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- AMARAL, C. M.S. O gestor do esporte no Brasil. In: ROCCO JÚNIOR, A. J. et. al. **Ensaio sobre Gestão do Esporte: reflexões e contribuições do GEPAE/EEFE-USP**. Sarapuí, SP: OJM, 2015.
- AMARAL, S. C. F. Políticas públicas. In: GOMES, C. L (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-185.
- ARRETCHE, M.. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2015.
- ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre , v. 37, n. 1, p. 2 - 10, mar. 2015 . Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1556/999>> . Acesso em: 15 jun. 2015.
- BARBALHO, A. Capital cultural. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 60 – 63.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LTDA., 1977.
- BASTOS, F. C.; MAZZEI, L. C. Políticas públicas e gestão de instalações esportivas em municípios brasileiros. In: In: AGUADO, D. M. **La gestión desportiva municipal en Iberoamérica: Historia, teoría y práctica**. Madrid, Spain: Librerías Deportivas Esteban Sanz, S. L., 2013.
- BATISTA, K. S. C. Contrato. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 89 – 91.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.1, mar. 2011. Disponível em:

<<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/511/403>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004a.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas, SP: Papiurus, 2008.

_____. Capital simbólico e classes sociais. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

BRAMANTE, A. C. Política de lazer. In: GOMES, C. L (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 185-188.

BRASIL. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado: Caderno I: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009a.

_____. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado: Caderno II: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009b.

_____. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado: Caderno III: Desenvolvimento Institucional**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009c.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Lei Nº 11.438, de 29 de Dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm>. Acesso em: 23 dez. 2015.

_____. **Lei Nº 6.180, de 03 de agosto de 2007**. Regulamenta a Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6180.htm>. Acesso em: 23 dez. 2015.

_____. **Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 23 dez. 2015.

CANAN, F. Ações do setor público frente à constituição da estrutura de uma modalidade esportiva em nível local. In: MEZZADRI, F. M. **Políticas públicas e esporte.** Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014. p. 233 – 253.

CARNOY, M. **Estado e teoria política.** Campinas, SP: Papirus, 1988.

CARVALHO, E. J. G. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil.** Maringá: Eduem, 2012.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

CENCI, A. R.; BEDIN, G. L.; FISCHER, R. S. Do liberalismo ao intervencionismo: o estado como protagonista da (des)regulação econômica. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n. 4, p. 77-97, jan-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista5/liberalismoAnaGabrielRicardo.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CONFORTO, G. Descentralização e regulação da gestão de serviços públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 27-40, jan./fev. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7681/6247>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

CONSTANTINO, J. M. O desporto, a cidade e o lazer. In: LIBERATO, A.; SOARES, A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: traços históricos.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

COTTA, T. C. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/316/322>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

ELIAS, N. La génesis del deporte como problema sociológico. In: ELIAS, N; DUNNING, E. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización.** México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

FARIA, C. A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984>>. Acesso em: 30 out. 2014.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

GALINDO, A. G. Administração de políticas públicas de esporte: um ensaio sobre os fundamentos da ação do gestor. **Revista Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 15, n. 144, maio 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd144/administracao-de-politicas-publicas-de-esporte.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. Espaços e políticas de esporte e lazer como componentes essenciais na agenda de planejamento municipal. **Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Santana-AP**, v. 2, n.1, p. 148 – 154, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.ceap.br/artigos/ART27082009163148.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

_____. Esporte e lazer municipal: reflexões sobre as bases do planejamento e gestão pública. **Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Santana-AP**, v. 1, n. 1, out. 2005. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2015/00160848.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, L. C. Lazer – concepções. In: GOMES, C. L (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119 – 125.

GUEDES, O.; SILVA, S. C. Aspectos do Contratualismo Clássico na Formulação do Ideário do Estado Moderno: Subsídios para Análise do Pensamento Político Contemporâneo. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 13, n. especial, p. 133-143, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/4310/4379>>. Acesso em: 10 out. 2015.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 21, n. 55. p. 30-41, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese dos Indicadores de 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estado do Paraná: Microrregiões Geográficas**. Paraná: 2010. . Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/microrregioes_geograficas_base_2010.jpg>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

_____. **Relação dos municípios do Estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE**. Paraná: 2012. Disponível

em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>. Acesso em 12 fev. 2016.

LIMA, G. S. Repensando a prática do esporte e lazer na perspectiva de Pierre Bourdieu. In: MEZZADRI, F. M. **Políticas públicas e esporte**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014. p. 49 - 63.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 11, p. 71-82, set.1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4987/20401>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MAIA, L. F. S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**: Para atuação em políticas públicas. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p. 81 – 100.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**: Para atuação em políticas públicas. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

_____. Políticas de Lazer: Mercadores ou Educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. et al. **Políticas públicas de lazer – formação e desenvolvimento de pessoal** : os casos de Campinas e Piracicaba, SP. Curitiba, PR: OPUS, 2007a.

MARCELLINO, N. C. et al. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – políticas públicas**: os casos de Campinas e Piracicaba, SP. Curitiba, PR: OPUS, 2007b.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZEI, L. C.; AMAYA, K.; BASTOS, F. C. Programas acadêmicos de graduação em gestão do esporte no Brasil. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. v. 12, n. 1, p. 219 – 234, 2013. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/4458/4130>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, v. 3, 1999. p. 59-100

Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=331&Itemid=325>. Acesso em: 03 fev. 2015.

MELO, V. A. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.24, n.1, p.107-20, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16751/18464>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

MENEZES, V. G. **Gestão de políticas públicas desportivas municipais: análise da região metropolitana do Recife-PE, Brasil, no período de 2002-2008**. 2009. 366 f. Tese (Doutorado em Ciência do Desporto) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto. 2009.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais**. 178 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2000.

MEZZADRI, F. M. Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos. In: MOTTA, A.; TERRA, R. **Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011. p. 89 – 102.

MEZZADRI, F. M. et al. **Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do estado do Paraná**. In: XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Guadalajara, Asociación Latinoamericana de Sociología, 2007. Disponível em: <<http://www.aacademica.org/000-066/1919.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M.; FIGUERÔA, K. M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 27, n. 44, p. 49-63, maio 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n44p49/29385>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

MEZZADRI, F. M.; STAREPRAVO, F. A. **A estrutura dos projetos de esporte e lazer nos municípios de Piraquara, São José dos Pinhais e Araucária**. In: 1º Encontro da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/3.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MORAES, C. O. Do surgimento do Estado à democratização do sistema internacional: uma histórica busca pela liberdade. **Revista de Iniciação Científica da F.F.C.** Marília, SP, v. 9, n. 1, p. 11-21, 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/234/199>>. Acesso em: 30 out. 2014.

NOGUEIRA, J. A. S. C. Concurso público. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 81.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PEDROSO, C. A. M. Q. et al. Gestão de políticas públicas de esporte e lazer nas regiões norte e nordeste do Brasil. In: AGUADO, D. M. **La gestión deportiva municipal en Iberoamérica: Historia, teoría y práctica**. Madrid, Spain: Librerías Deportivas Esteban Sanz, S. L., 2013.

RECHIA, S. et. al. O lugar do lazer nas políticas públicas: um olhar sobre alguns cenários. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 225-246, mar. 2015. Disponível em: <<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/892>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

REIS, L. J. A.; STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.11, n.2, p. 1 - 20, ago. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/639/522>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal: projeto de planejamento e de política pública de um município brasileiro. **Revista Planejamento e políticas públicas**, Ipea, n. 32, jan./jun. 2009. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/15/282>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do Esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 25, p. 91-103, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092011000500010&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 ago. 2014.

ROCHA, L. C. **Políticas públicas de esporte e lazer na Bahia: um estudo analítico do Território Litoral Norte e Agreste Baiano**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ROCHE, P. F.. **Gestão desportiva: planejamento estratégico nas organizações esportivas**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROMERA, L. A. Esporte, lazer e prevenção ao uso drogas: dos discursos Equivocados aos caminhos possíveis. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.4, dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/400/295>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SAWITZKI, R. L. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/464/356>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, RS, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 out. 2014.

STAREPRAVO, F. A. **Esporte, política e ciência: a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**. Curitiba: CRV, 2013.

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. J. S.; MARCHI JR., W. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233-251, jul/set. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18420/14381>>. Acesso em: 05 out. 2014.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 785 – 798, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/743/884>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

STAREPRAVO; F. A. MEZZADRI. Gestão Pública de Esportes no Municípios do Estado do Paraná (Brasil). In: AGUADO, D. M. **La gestión deportiva municipal en Iberoamérica: Historia, teoría y práctica**. Madrid, Spain: Librerías Deportivas Esteban Sanz, S. L., 2013.

STIGGER, M. P. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: Para atuação em políticas públicas**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

TAVARES, G. H.; SCHWARTZ, G. M. Gestão da informação e do conhecimento em políticas públicas: ações realizadas pela rede CEDES/ME. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 04, p.207-226, out/dez de 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/38861/2745>>. Acesso: 10 jun. 2015.

TELLO, D. C. V. O Início do Estado Moderno: uma análise de modelos de estado e culturas políticas. **Revista OPSIS**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 73-89 - jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/18320/12551#.VW3pGM9Viko>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

TERRA, R.; IMENÊS, B.; PACHECO, F. Esporte e lazer e políticas públicas: uma visita à Região dos Lagos no norte do Estado do Rio de Janeiro. In: MOTTA, A.; TERRA, R. **Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011. p. 51-82.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/325/331>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008. Disponível em:<<http://biblioteca.digital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6644/5228>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

_____. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VIEIRA, T. P.; STUCCHI, S. Relações preliminares entre a gestão esportiva e o profissional de educação física. **Revista Conexões**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://conexoes.fef.unicamp.br/ojs/index.php/fef/article/view/200/158>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

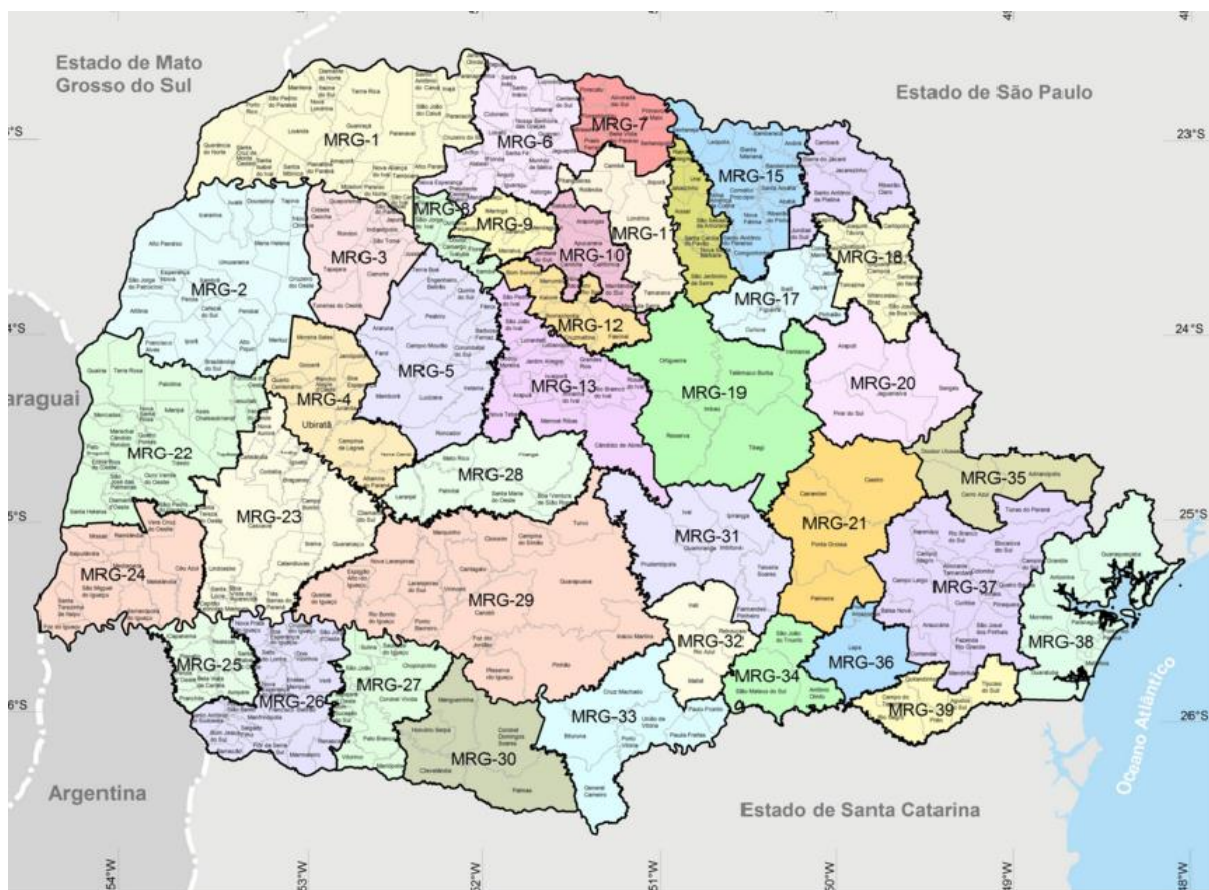
VIRTUOSO JR., J. S. et al. Educação Física e Esporte no Brasil: perspectivas de formação e intervenção profissional. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 17-30, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3477/2500>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

WERLE; V. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.16, n.1, p.135-142, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2010v16n1p135/2804>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

ZIGONI, P. Projeto. In: GOMES, C. L (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 188 - 191.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE IVAIPORÃ - PR.



*MRG 13: corresponde a Microrregião de Ivaiporã – PR.

Fonte: IPARDES (2010).

ANEXOS

ANEXO A – MODELO DA AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA



Universidade Estadual de Maringá
 Centro de Ciências da Saúde
 Departamento de Educação Física

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Prezado Senhor

Secretaria/Departamento de Esportes e Lazer

Prefeitura Municipal de _____ - PR

Vimos por meio desta, solicitar a V.S.^a Autorização para a realização da pesquisa intitulada: **ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE**, desenvolvida pelo GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER (GEPPOL), junto ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), orientada pelo Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo.

O objetivo da pesquisa é diagnosticar e analisar as principais características, especificidades e modo de ação dos agentes públicos municipais que compõe o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Os procedimentos a serem utilizados para a coleta de dados serão: questionários a todos os agentes públicos municipais (técnicos) que trabalham em sua Secretaria/Departamento e, entrevistas ao gestor municipal maior responsável pelas políticas públicas de esporte e lazer (secretário ou diretor de esporte e lazer) e a um profissional técnico especializado sorteado entre os respondentes do questionário. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Já os questionários serão compilados, categorizados e analisados.

O sigilo das informações será preservado, nenhum nome, identificação de pessoas, cargos ou instituições, especificamente, será divulgado por este estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins estritamente acadêmico-científicos. Além disso, informamos que este estudo é realizado de acordo com as normas do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UEM e que eventuais dúvidas podem ser esclarecidas com o pesquisador responsável, Prof. Dr. Fernando Augusto Starepravo, pelos telefones: (44) 3267-6940 e (44) 8425-3524.

Eu, _____ da **Secretaria de Esportes e Lazer** da Prefeitura Municipal de _____ - PR, após ter lido todas as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes ao estudo, autorizo a realização da pesquisa intitulada **ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE**.

Município, data da assinatura.
Nome do Gestor da Secretaria/Departamento

ANEXO B – MODELO DO TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada: **Políticas públicas de esporte e lazer na Microrregião de Ivaiporã, PR: concepções e ações dos gestores públicos municipais**, desenvolvida pelo GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (GEPEFE), junto ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), orientada pelo professora Ms. Andréia Paula Basei. O objetivo das pesquisas é analisar as concepções e ações dos gestores públicos municipais da Microrregião de Ivaiporã, PR, em relação às políticas públicas de esporte e lazer. Para isto a sua participação é muito importante, e se dará da seguinte forma: será realizada uma **entrevista** com perguntas sobre suas concepções e seu trabalho como gestor público. Informamos que como se trata de uma entrevista semiestruturada, a mesma durará aproximadamente 45 minutos, o que poderá causar-lhe desconforto. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos que você pode deixar de responder qualquer pergunta que possa gerar desconforto ou constrangimento, e que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, as quais serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As entrevistas gravadas e transcritas estão destinadas apenas a pesquisa, de forma que em nenhum momento os nomes serão citados. Ao final da pesquisa as gravações serão descartadas. Os benefícios indiretos aos sujeitos de pesquisa estão relacionados à contribuição para o avanço do conhecimento sobre as políticas públicas de esporte e lazer e os agentes envolvidos. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o **Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UEM**, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____
 declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar
 VOLUNTARIAMENTE desta pesquisa.

_____ Data: ___/___/_____
 Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, _____,
 declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa
 supranominado.

_____ Data: ___/___/_____

Assinatura do pesquisador - GEPEFE

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Andréia Paula Basei
Rua Emílio Ganzert, 295 apto 101
CEP 86870-000
Ivaiporã - Paraná - Brasil
Email: andreiabasei@yahoo.com.br

Telefones: (43) 9600-8798
(43) 3472-5950

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM
Universidade Estadual de Maringá.
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.
Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.
CEP: 87.020-900.
Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444.
E-mail: **copep@uem.br**

ANEXO C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**ANÁLISE DOS AGENTES PÚBLICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE
ENTREVISTA – GEPPOL – MARINGÁ 2014**

Data da pesquisa: ____/____/____ Pesquisador (a) _____

1. Local da Entrevista _____

2. Município _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

3. Data de nascimento ____/____/____ Sexo _____

4. Escolaridade:

Curso de Graduação: _____

Instituição: _____

Ano de conclusão: _____

Curso de Pós-graduação: _____

Instituição: _____

Ano de conclusão: _____

5. Qual seu cargo / função atual? _____

6. Como se deu seu ingresso nessa função/cargo? _____

7. Qual sua renda mensal relacionada/relativa ao Esporte e Lazer nesta instituição?

(1) até um salário mínimo (SM) (R\$724,00)

(2) 1 a 3 SM (724,00 a 2.172,00)

(3) 3 a 5 SM (2.172,00 a 3.620,00)

(4) Mais de 5 SM (3.620,00)

8. Etnia: _____

9. Filiação partidária: _____ Prefeito: _____

ACESSO A INFORMAÇÃO:

10. Quais os principais meios de comunicação que você utiliza para se informar?

11. Você tem acesso à internet? Quantas vezes por semana? Quanto tempo por dia?

12. Acessa algum site específico relativo ao esporte e lazer? Qual?

13. Já participou de algum curso à distância e/ou presencial? E formação voltada para o esporte e lazer? Qual?
14. Como você busca qualificação para exercer sua função?
15. Qual a forma de capacitação/formação você considera que seja mais eficiente para qualificar sua atuação profissional na secretaria/departamento?

DADOS DA PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO

16. Há quanto tempo você trabalha com Gestão do Esporte e Lazer?
17. Quais os conhecimentos, saberes e experiências que você julga necessários para desenvolver seu trabalho?
18. Qual seu conhecimento em relação às Leis sobre esporte e lazer (municipais, estaduais e federais)?
19. Qual o seu entendimento acerca do esporte?
20. Qual seu entendimento acerca do lazer?
21. Em sua opinião, qual deveria ser o papel do poder público municipal em relação ao esporte e ao lazer?
22. A sua Secretaria/Departamento possui algum tipo de planejamento nas ações relacionadas a políticas públicas de esporte e lazer? Quais?
23. O que é priorizado / objetivado com as políticas públicas de esporte e lazer?
24. Qual a organização da secretaria/departamento? (Quantas diretorias, coordenações, funcionários). Como ocorre a contratação desses profissionais?
25. Em seu município existe a participação popular nas discussões acerca do esporte e do lazer? Existe algum tipo de conselho?
26. Qual o orçamento da Secretaria/Departamento? Quanto representa percentualmente em relação ao orçamento geral do município? Ele é suficiente para o desenvolvimento de esporte e lazer? Por quê?
27. Quais são as principais ações, programas e projetos de **esporte** desta Secretaria/Departamento? Existe algum tipo de financiamento ou apoio externo?

28. Quais são as principais ações, programas e projetos de **lazer** desta Secretaria/Departamento? Existe algum tipo de financiamento ou apoio externo?
29. Você considera que a gestão do esporte e do lazer pode/deve ser desenvolvido atrelado a outros setores/departamentos em seu município?
30. Os espaços para o esporte e lazer são suficientes para a execução de suas ações? Está programada construção, ampliação e conservação de novos espaços específicos de esporte e lazer no município?
31. A secretaria/departamento atua também em distritos e áreas rurais? De que forma?
32. Há uma política de formação, qualificação e atualização dos profissionais da instituição? Quem são os responsáveis pela formação dos profissionais de esporte e lazer?
33. Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento de sua gestão nesta Secretaria/Departamento?
34. Existe alguma informação relevante sobre o esporte e lazer no município que gostaria de mencionar?